



II CONGRESSO  
Histórico DE  
Amarante

ACTAS

PATRIMÓNIO, ARTE E ARQUEOLOGIA

II VOLUME

TOMO I

## A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra: *consuetudo*, *sprezzatura* e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI

### Introdução

D. Miguel da Silva trouxe consigo de Roma Francisco de Cremona, antigo *muratore* em S. Pedro do Vaticano, que projectaria para o bispo de Viseu um importante conjunto monumental em S. João da Foz (1525-1547)<sup>1</sup>. Em 1988, Rafael Moreira afirmou que a obra do «Cremonês» poderia ter tido o papel de «catalisador de vocações artísticas», ou influenciado na «atração ao novo estilo de alguns praticantes da nova geração», entre os quais sobressaiam Diogo de Castilho, João Lopes e Julião Romero<sup>2</sup>. Mais tarde, corrigindo essa afirmação, escreveu não ter encontrado vestígios de que a igreja da Foz tivesse sido entendida pelos pedreiros da área do Porto; a excepção seria o dominicano Romero que, porém, apenas teria abarcado toda a sua importância após uma viagem efectuada a Roma em 1552-1553. O mesmo Romero recolheria ainda de Cremona um importante elemento decorativo, a *tabula ansata*, amplamente empregue como janela na matriz

<sup>1</sup> Segundo Rafael Moreira, Francisco de Cremona terá vindo para Portugal em 1525; o seu nome, porém, surge apenas documentado em 1539 por um escrívão portuense como sendo o mestre pedreiro que tinha a seu cargo as obras do bispo de Viseu D. Miguel da Silva. A 19 de Fevereiro desse ano é consultado pela vereação do Porto sobre uma vistoria no edifício da Câmara; seis meses depois o monarca refere-se elogiosamente ao relatório então feito por ele. Torna a ser referido em 1542 e 1546, sempre no Porto, sendo provável, segundo Rafael Moreira, que estivesse ainda activo quando Giovanni Ugolino, emissário do cardeal Farnese, veio a essa cidade, em 1548, para tomar posse dos bens de D. Miguel da Silva, sendo possível que tivesse falecido depois dos meados do século (MOREIRA, Rafael - D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal, *O Mundo da Arte*, 2ª Série, nº1, (Abril/Maio/Junho 1988), pp. 10-11).

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 22.

da Foz, que utilizaria na fachada da igreja da Misericórdia de Braga e, muito provavelmente, na do Porto. Contudo, seria sobretudo a planta da matriz fozeira, de «espacialidade larga e luminosa», sensível já a um ambiente de Contra-Reforma, a gerar uma profícua descendência nortenha. Rafael Moreira, emendando em 1997, devido aos resultados entretanto conhecidos das pesquisas arqueológicas no local, o que tinha proposto em 1988<sup>3</sup>, adiantou então que a igreja da Foz seria de nave única, organização espacial que classifica como pré-borromáica, que corresponderia a um modelo que, em meados do século, a Roma católica começava a impor. Solução - nave única com capelas colaterais no cruzeiro, em substituição das três naves habituais - que Romero aplicaria posteriormente, segundo o mesmo investigador, na segunda planta de Amarante (1554?), em S. Domingos de Viana (i.1561) na Misericórdia de Braga (1562) e na matriz de Ponte de Lima (1567).

Seria esse, portanto, o maior legado de D. Miguel da Silva, e do seu *muratore*, à arquitectura portuguesa, já que a igreja da Foz teria antecipado em mais de uma década a data tradicionalmente aceite pela historiografia para a imposição da nave única. Portanto, o que Rafael Moreira afirma ser a «simplicidade albertiana» da Foz, revista por Julião Romero à luz das necessidades litúrgicas e espirituais do seu tempo, viria a servir de inspiração a duas das mais originais criações da arquitectura quinhentista nacional: a igreja-tipo Misericórdia, que considera uma instituição exclusivamente portuguesa, e a igreja em «caixa-lisa» (*plain-box*, segundo Kubler), adoptada pela Companhia de Jesus. Papel pioneiro que, prossegue Rafael Moreira, coabitaria com um outro, mais conservador, já que Julião Romero, nas técnicas e modelos construtivos, como nas concepções decorativas, continuaria a socorrer-se da sólida tradição regional dos «Lopes»<sup>4</sup>.

Posteriormente, Carlos Ruão negará a importância do arquitecto italiano no contexto da arquitectura portuguesa da época, embora adiante que as *tabulae ansatae* da fachada de Braga, denunciavam «...como seria de esperar, um conhecimento directo da obra do italiano por parte do mestre português...»<sup>5</sup>. As afirmações de Rafael Moreira serão ainda, de forma

<sup>3</sup> Rafael Moreira, avançou, num primeiro momento, para um templo de planta basilical, com três naves e cobertura leve de tijolo, similar à empregue no claustro da Sé de Viseu, igualmente de Cremona (MOREIRA - D. Miguel..., pp. 16, 21).

<sup>4</sup> MOREIRA, Rafael - Arquitectura: Renascimento e Classicismo, *História da Arte Portuguesa*, com direcção de Paulo Pereira. Lisboa: Temas e Debates, 1997, vol. II, pp. 339-340.

<sup>5</sup> «...Todavia, e não podemos deixar de o afirmar, não existem reflexos directos e evidentes dos seus modelos na arquitectura nacional...» (RUÃO, Carlos - «O Eupalinos Moderno». *Teoria e Prática da*

esporádica, é certo, retomadas por Carlos Barroca, que alude igualmente à proximidade entre as janelas em *tabula ansata* da matriz da Foz e as suas homólogas da Misericórdia de Braga<sup>6</sup> e José Ferrão Afonso que, para além de insistir na presença das *tabulae*, não apenas na Misericórdia de Braga, mas também na demolida fachada da sua congénere da rua das Flores portuense, reafirma a existência nesta última, bem como em São Gonçalo de Amarante, de uma arcada triunfal, tripartida e escalonada, com exedras colaterais em meia-laranja que, rematando a nave única, é também de ascendência fozeira<sup>7</sup>.

Será, por conseguinte, objectivo desta comunicação expor os resultados de uma pesquisa mais aprofundada sobre a importância de Cremona para a arquitectura da segunda metade de Quinhentos no Noroeste do país. Investigação essa, porém, que articulou o *muratore* com uma conexão que se suspeitava, mas cuja decisiva dimensão trabalhos académicos recentes vieram confirmar. Chamamos-lhe caminho de Coimbra e terá como viajantes mais destacados o trio integrado por Diogo de Castilho, João de Ruão e Manuel Luís. Retoma-se aqui, desse modo, aprofundando alguns aspectos, corrigindo pontualmente outros, formulando novas hipóteses e acrescentando desenvolvimentos, um tema que foi primeiramente apresentado em artigo de 1997, posteriormente prosseguido no I Congresso Internacional de Amarante<sup>8</sup> e que é uma preocupação central da investigação do autor.

*Arquitectura Religiosa em Portugal 1550-1640*, Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [edição policopiada], vol. II - *Da «Corte» à «Provincia»*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, p. 193. A citação encontra-se em: *Ibidem*, p. 398.

<sup>6</sup> BARROCA, Carlos - *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Edições INAPA, 2001, p. 31.

<sup>7</sup> AFONSO, José Ferrão - A janela e a «Ideia»: notas sobre a arquitectura «longa» de Quinhentos no Porto. *Boletim Interactivo da Apha*, nº 4, Dezembro 2006, <http://www.apha.pt>, p. 2 e ss. (Aproveita-se para corrigir aqui um erro que, infelizmente, surgiu nesse artigo onde, na nota nº 7, se refere a possibilidade de as janelas e dos nós que, no exterior da rotunda da cabeceira as ornar, serem posteriores à construção da igreja. Trata-se, obviamente de um lapso que teve origem na confusão com as aberturas existentes na cúpula da capela-mor). Noutro artigo, em que retoma com mais detalhe a obra de Frei Julião, Rafael Moreira salienta ainda que nas Misericórdias de Braga e do Porto a nave única termina em arco triunfal ladeado por exedras, em que se patenteia bem o modelo inaugurado na matriz da Foz. Nesse protótipo se baseariam todas as Misericórdias do país, colocando desse modo em causa a pretensa originalidade do «estilo jesuítico» (Idem - Portugal, Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a Arquitectura da Contra-Reforma, *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*. [s.l.]: Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundación Calouste Gulbenkian, 1995 p. 228). Salienta ainda a óbvia relação entre os projectos do Colégio de S. Paulo em Braga (1567) e da matriz da Foz do Douro, na linha de uma filiação geral das igrejas Jesuítas no templo do cremonês (Idem - *Arquitectura: Renascimento e Classicismo...*, p. 360).

<sup>8</sup> Respectivamente: AFONSO, José Ferrão - Manuel Luís - Um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista, separata de *Museu*, IV Série, nº 6 (1997) e Idem - «Manuel Luís, um mestre pedreiro entre o Porto, Amarante e Braga». In *Amarante Congresso Histórico 98. Actas*. 4 vols. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000, vol. III, p. 8.

Ainda no que se refere ao conteúdo da comunicação, convirá salientar que Cremona foi o introdutor no país de uma linguagem cujo referente original era a por vezes difícil congruência entre Vitruvius e os resultados da pesquisa arqueológica efectuada pelos arquitectos do início de Quinhentos em Roma<sup>9</sup>. Para o arquitecto de Augusto, o sistema decorativo, ou *decor*, deveria obrigatoriamente estar subordinado a um conjunto de elementos estruturais já que, integrando as diversas componentes da Ordem, como os suportes, as aberturas e o entablamento, assinalava a verdade, ou coerência entre o que aparece – *imago* – e o edifício encarado como construção<sup>10</sup>. A essa relação Vitruvius chamou *consuetudo*, conceito que influiria na *concinnitas* albertiana entendida como uma organização subordinada à beleza que, essencialmente, consistia na manutenção de um sistema uniforme de proporções em todas as partes do edifício<sup>11</sup>. Porém, a capacidade, reconhecida por Vitruvius, de a arquitectura ser o *imago* de si mesma, será determinante para a sua rápida desestabilização, mormente às mãos caprichosas da auto-representação. Como se afirmou, o reconhecimento arqueológico efectuado por homens como Rafael ou Baldassare Peruzzi revelaria, no terreno, as contingências da «verdade» vitruviana; uma conjuntura cultural em que a auto-representação se afirmava explorará as possibilidades dessa disparidade, tendendo a tornar a parede exterior dos edifícios, sobretudo as suas fachadas, num ecrã, simultaneamente desestruturado e desestruturador, em que os elementos decorativos se esgotam, passando apenas a emoldurar uma organização visual e não a expressar um sistema construtivo; esse é o conceito, italiano

<sup>9</sup> «...Em boa verdade, o vitruvianismo mais não foi de que a tentativa de tornar legível a teoria acerca das três ordens arquitectónicas enunciadas por Vitruvius, através da qual se pensava poder reconstituir de forma definitiva a arquitectura antiga...» (RUÃO – *O «Eupalinos...»*, vol. I, p. 131). Se com Giuliano de Sangallo, na igreja de *Carceri*, se notam as primeiras tentativas de criar uma correcta teoria das ordens, será Bramante, no *Tempietto*, o primeiro arquitecto do Renascimento a definir correctamente o dórico (Ibidem, p. 141). Paradoxalmente, porém, a pouca clareza do texto de Vitruvius não contribuiria para uma clarificação arquitectónica. Desse modo «...os seus objectivos só seriam cumpridos quando os teóricos e/ou arquitectos puseram de lado a contradição entre o texto clássico e a matéria arqueológica, apresentando um modelo, quer teórico quer prático, partindo de uma síntese pragmática fosse ela puramente especulativa – como no caso de Vignola – prático/experimental – como no caso de Palladio ou teórico-prática como no fundamental texto de Sebastiano Serlio» (Ibidem, p. 131). Sobre a não existência de um vitruvianismo em Portugal ver: Ibidem. pp. IX, 27, 174 e ss.

<sup>10</sup> PAYNE, Alina A. – *The Architectural Treatise in the Italian Renaissance. Architectural Invention, Ornament and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 45.

<sup>11</sup> WITTKOVER, Rudolf – *Architectural principles in the Age of Humanism*, Chichester: Academy Editions, 1998, p. 41.

e erudito de *sprezzatura*, no sentido da facilidade artificiosa, conforme foi enunciada pelo Cortesão de Castiglione em 1527: «a verdadeira arte consiste em que não pareça arte»<sup>12</sup>.

A esse artifício letrado juntar-se-á uma outra e não menos dúbia forma de *sprezzatura*; na realidade, Francisco de Cremona deparou na região com uma forte tradição construtiva gótica, pré-icónica, definidora de relações estruturais de articulação que se destinavam a permanecer ocultas<sup>13</sup>, que vai entrar em choque com a novidade italiana; por agora, identifiquemos esse embate com a prática construtiva dos «Lopes» assinalada por Rafael Moreira. Com efeito, se, em termos unicamente construtivos, o Renascimento não traz nenhuma, ou quase nenhuma inovação em relação às capacidades técnicas do pedreiro treinado na tradição medieval, o mesmo não sucederá no que respeita à aptidão do oficial, ou do encomendador, para compreender a nova gramática, ignorância que geralmente vai a par de um desmesurado apetite pelo seu abundante léxico. Desse modo, o oficial limitar-se-á a decorar, de forma livre, a parede com os signos acidentais – aberturas, colunas, pilastras, molduras – de uma cultura cujo carácter rigoroso, especulativo e universal lhe escapava. A essa outra liberdade chamamos *sprezzatura* por defeito; para obviar a ela, quer os pedreiros quer os seus mecenas necessitariam de uma cultura arquitectónica vitruviana que primou pela ausência em Portugal, não obstante os focos de um ambiente humanista, cujo carácter essencialmente literário e diletante Carlos Ruão salientou<sup>14</sup>.

Dupla *sprezzatura* que não será uma originalidade portuguesa; ela foi codificada, sob a égide da *licenza*, nos diversos livros do tratado de Serlio (1537-1551). O bolonhês, para além de não recusar liminarmente a *autoritas* da *consuetudo* vitruviana, sintetizando-a e harmonizando-a com os resultados da pesquisa dos arquitectos arqueólogos, sobretudo Baldassare Peruzzi, de quem terá herdado o espólio<sup>15</sup>, não se esqueceu de a incorporar, igualmente, à tradição gótica. Por conseguinte, a presença no Porto de um construtor que tinha tido acesso, através do seu trabalho em S. Pedro do

<sup>12</sup> CASTIGLIONE, B. – *Il libro del Cortegiano* I. Venecia, 1572. Apud Gombrich, G.H. – *Arquitectura y retórica en el Pallazzo del Tè de Giulio Romano*. In *Gombrich Essencial*. Madrid: Editorial Debate, p. 405.

<sup>13</sup> CARPO, Mário – *Architecture in the Age of Printing. Orality, Writing, Typography, and Printed Images in the History of Architectural Theory*. Cambridge, Massachusetts / London, England: The MIT Press, 2001, p. 45.

<sup>14</sup> RUÃO – *O «Eupalinos...»*, vol. I, p. X.

<sup>15</sup> RUÃO – *O «Eupalinos...»*, vol. I, pp. 142, 147.

Vaticano, a uma novidade<sup>16</sup> posteriormente codificada criou uma situação *sui-generis*. O modo de transmissão do novo léxico arquitectónico pode, pelo menos em alguns casos, não ter partido dos novos meios multimédia da tratadística – sobretudo Serlio, cujo tratado terá uma influência decisiva, mas dúbia, na arquitectura portuguesa, já que esta o tomou pela ortodoxia vitruviana – mas, como sucedia na tradição medieval, através da organização corporativa oficial, da prática dos estaleiros e das companhias de pedreiros: o caso mais paradigmático dessa difusão será o da *tabula ansata*. Na verdade, a primeira versão do tratado de Serlio – os Livros IV (1537) e III (1540) – seria apenas traduzida para castelhano em 1552, enquanto Francisco de Holanda receberia do próprio autor, em 1539, o III volume que, segundo Rafael Moreira, ofereceu a D. João III. O bom conhecimento de Serlio implicará também a compreensão da Ordem – identificada por Carlos Ruão com o vitruvianismo – que o Bolonhês codificou, o que, em Portugal, não ocorrerá antes da década de 60; elementos desestruturados da nova linguagem, porém, já eram previamente explorados no Entre-Douro-e-Minho, associados à pré-ordem popularizada pelo tratado de Diego de Sagredo, originalmente publicado em Toledo em 1526 e apenas editado em Lisboa em 1541<sup>17</sup> e à tradição medieval que ainda representava. Linguagem classicizante, de ambiente humanista e referente pré-serliano que foi sobretudo praticada, nas décadas de trinta e quarenta, no foco reformador de Coimbra, geograficamente bastante próximo do Entre-Douro-e-Minho<sup>18</sup>. Aí se popularizou ainda uma terceira forma de *sprezzatura*: a *licenza* dos

<sup>16</sup> MOREIRA, Rafael – *Arquitectura: Renascimento e Classicismo...*, p.337. Sobre a arquitectura praticada no círculo da corte papal no início do século a bibliografia é abundante, recomenda-se, contudo, o recente trabalho de Cristoph Frommel: FROMMEL, Cristoph Luitpold – *Architettura alla corte papale nel Rinascimento*. Milano: Mondatore Electa, 2003.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 337, 350. A edição lisboeta, em castelhano, incluía as ilustrações e apêndices da versão francesa de 1535. Rafael Moreira refere ainda como fonte directa de Francisco de Cremona a tradução ilustrada de Vitruvius, de Cesariano, de 1521 (*Ibidem*, p. 337).

<sup>18</sup> Ver, sobre este tema, o que afirma Maria de Lurdes Craveiro na introdução da sua recente tese de doutoramento e a importância que, para esse processo, teve a reforma, espiritual e material, do mosteiro agostinho de Santa Cruz (CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*. Dissertação de doutoramento apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História de Arte [edição policopiada]. Coimbra: FLUC, 2002, vol. I, p. 3). Para a autora, o contrato firmado, em 1528, entre Diogo de Castilho e o mosteiro de Santa Cruz, para a reforma do edifício será «...o testemunho possível da aceitação de um comportamento humanista traduzido em ampla reorganização formal e espacial que desenvolve todos os formulários do Renascimento...» (*Ibidem*, p. 108), ou «...verdadeiramente o primeiro manifesto em Coimbra de uma cultura arquitectónica do Renascimento que depois o mosteiro haveria de desenvolver e implementar na cidade...» (*Ibidem*, p. 120).

escultores, sobretudo João de Ruão, que jogaram nos limites ambíguos entre disciplinas artísticas e, conseqüentemente, na ambivalência dos significados.

## 1 - Alguns problemas de atribuição

Como vimos, Rafael Moreira atribui a Romero uma série de templos quinhentistas importantes no Noroeste: as Misericórdias do Porto e Braga, a transformação da matriz de Ponte de Lima, ainda os conventos dominicanos de Santa Cruz de Viana do Castelo e S. Gonçalo de Amarante. Nestes últimos casos baseia-se num conhecido excerto de uma carta enviada de Roma por Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1563, ao vigário do convento de Viana Frei Jerónimo Borges<sup>19</sup>. A missiva refere explicitamente Romero como arquitecto de S. Gonçalo; o equívoco de Rafael Moreira, e de Figueiredo Guerra antes dele, deveu-se, como explica Carlos Ruão, a ambos terem tomado o *Frei João*, que igualmente nela é citado, pelo mesmo Romero. Na realidade tratava-se de Frei João de Leiria, amigo e companheiro de Frei Bartolomeu dos Mártires, que disse a primeira missa em S. Domingos de Viana no ano de 1571 e o substituiu, no governo do arcebispado, após a sua partida para o concílio de Trento em 1561<sup>20</sup>. Entre todas as construções referidas, portanto, apenas podemos associar Romero documentalmente a S. Gonçalo de Amarante e, mesmo aqui, o grau de participação e a qualidade do papel desempenhado pelo «arquitecto» necessitarão ser clarificados. Segundo Moreira, Romero, activo entre 1551-71, de origem biscaína e crescido na Batalha<sup>21</sup>, foi incumbido de alterar as traças originais – possivelmente em 1548 – de S. Gonçalo, convento cuja primeira pedra foi lançada em 1543 e

<sup>19</sup> Na carta, o arcebispo exorta Frei Jerónimo a construir «...um edificio mui moderado e fuja muito do engenho e magnanimidade de Fr. Julião Romero, arquitecto de S. Gonçalo...» (SOUSA, Frei Luís de – *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 205).

<sup>20</sup> RUÃO – *Arquitectura maneirista no noroeste de Portugal. Italianismo e flamenguismo*. Coimbra: Electricidade do Norte, 1996, pp. 85-86. Figueiredo Guerra será, nos finais do século XIX, provavelmente baseado na referência a Romero como arquitecto e na confusão com o Frei João (de Leiria), por várias vezes nomeado na carta, o primeiro a atribuir-lhe a fábrica, pelo menos da fachada: «... a fachada da igreja denuncia a origem italiana do seu arquitecto Romero...» (GUERRA, Figueiredo – *Arquivo Vianense*. Viana do Castelo, 1895, p. 108. Apud RUÃO – *Arquitectura...*, pp. 85 e 94, nota 92).

<sup>21</sup> MOREIRA, Rafael – *Portugal: Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a arquitectura da Contra-Reforma, Do Tardo-Gótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*, p. 221. Embora, noutros artigos, Rafael Moreira se refira ao arquitecto dominicano, será neste que mais detalhadamente o faz e analisa a sua obra, pelo que a ele nos reportamos. Mais uma vez, a referência à Batalha provém do equívoco atrás enunciado e esclarecido por Carlos Ruão: como se informa na carta de Bartolomeu dos Mártires dirigida a Jerónimo Borge, foi Frei João de Leiria, e não Romero, que cresceu na Batalha (RUÃO – *Arquitectura...*, p. 86).

teria sido projectado pelos «Lopes»<sup>22</sup>. Em 1552 estava em Roma, cidade de onde partiu no ano seguinte, embora sem a desejada autorização papal para o culto de São Gonçalo que fora aí procurar. De novo em Amarante, teria mais uma vez modificado o projecto da igreja primeva de três naves, então ainda não iniciada, por um novo templo, com nave única, capelas laterais comunicantes e transepto inscrito sob cúpula. Em 1554, a antesacristia do convento estava já concluída, sendo essa a data inscrita no lavabo. No ano seguinte, o Dominicano teria regressado a Roma, para diligenciar a aprovação do novo projecto. Após essa viagem, e ainda segundo Rafael Moreira, é possível que tenha embarcado para a Índia, em 1558, na sequência de um rocambolesco furto sacro. Depois de Frei Bartolomeu dos Mártires ter sido consagrado arcebispo de Braga (1559), Frei Julião reapareceria como arquitecto de S. Gonçalo, talvez regressado após 1561. Durante a sua estadia na Índia, a obra amarantina teria sido dirigida por Manuel Luís e, em 1561, Frei Bartolomeu dos Mártires encarregou Romero do projecto de S. Domingos de Viana, cuja igreja arrancaria apenas em 1566, mas dirigido por João-Lopes-o-Moço; em 1571 celebrou-se aí a primeira missa, embora a fachada do templo só viesse a ser concluída em 1576.

Rafael Moreira concede que o papel exacto de Frei Julião em todos esses empreendimentos não é confirmado documentalmente, pelo que teria desempenhado uma função, sobretudo conceptual, de conselheiro artístico do Arcebispo. O que justificaria as atribuições ao Dominicano das Misericórdias de Braga e do Porto, esta última erguida pelo mesmo Manuel Luís que com ele tinha trabalhado em Amarante. Nesse sentido, Frei Julião teria antecipado em alguns anos o cargo de *consiliorum aedificatorum* de uma ordem religiosa que, mais tarde, seria frequente nos Jesuítas. Teria sido, aliás, nessa qualidade que surge pela última vez referido na documentação quinhentista quando, em 1567, como a Câmara de Ponte de Lima desejasse ampliar a matriz da vila, apelou ao Arcebispo de Braga, que enviou Frei Julião. Este recomendou o abobadamento e chamou, do Porto, Manuel Luís para executar o projecto.

## 2 - O caminho de Coimbra

Algumas das afirmações de Rafael Moreira seriam posteriormente postas em causa. Em primeiro lugar, a igreja da Misericórdia do Porto já

<sup>22</sup> MOREIRA - Portugal..., p. 222.

se construía em 1523<sup>23</sup>, pelo que a sua espacialidade inovadora dificilmente poderia resultar da ida de Frei Julião a Roma nesse ano. É certo, contudo, que o seu modelo deverá estar na Matriz da Foz, embora não, como Rafael Moreira adianta, através de Romero, mas sim de alguém que ele próprio sugerira para, posteriormente, vir a descartar: Diogo de Castilho.

O mestre biscainho viveu, casou e trabalhou no Porto nas décadas de 20 e 30<sup>24</sup>, estando, por exemplo, associado em 1535 ao convento de Monchique e, com João de Ruão, à obra da Serra do Pilar iniciada em 1537. Seria de admirar que o carácter revolucionário da matriz da Foz não lhe tivesse chamado a atenção. Com efeito, logo depois, já em Coimbra, Diogo de Castilho criará uma das mais importantes igrejas do século XVI português, a do Colégio da Graça (c. 1548-1555)<sup>25</sup>, com nave única de criptocolaterais e

<sup>23</sup> AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 9. Em 4 de Janeiro de 1559, a confraria, em pedido dirigido ao Cabido da Sé, afirmava que a igreja estava «fundada» e que a queria concluir (ASCMP, H, Bc<sup>o</sup> 1, n<sup>o</sup> 13, fl. 33 e s. Apud BASTO, Artur Magalhães - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I. Porto SCMP, 1997, p. 384). Onze meses depois, o bispo D. Rodrigo Pinheiro procedeu à bênção da igreja, mas esta deveria apenas ter pouco mais do que os alicerces (ASCMP, D, Bc. 8, n<sup>o</sup> 1, fl 4 e ss. Apud: *Ibidem*, p. 385).

<sup>24</sup> Diogo de Castilho casou no Porto com Isabel de Ilharco, pouco depois de 1520, e aí viveu alguns anos, tendo muito provavelmente projectado o convento beneditino de S. Bento da Avé-Maria e a rua das Flores. Desempenhou ainda um importante papel no mosteiro da Serra do Pilar, iniciado em 1537 e, pelo menos uma vez, o seu caminho encontrou-se com o de Francisco de Cremona, nas obras da torre da Câmara, em 1539 (Cf. CRAVEIRO, Maria de Lurdes - *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. policopiada). Coimbra: FLUC, 1990, p. 8; AFONSO, José Ferrão - *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP, 2000, pp. 88-89; BASTO, Artur de Magalhães - Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (Novembro-Dezembro 1957), vol. XX, fasc 3-4, p. 459 e ss; GONÇALVES, Nogueira - *O Claustro do mosteiro da Serra do Pilar na arquitectura portuguesa*, separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXI, fasc. 3-4, pp. 22-23.

<sup>25</sup> «...Foi nesta igreja que se fez a implementação original da planta de nave única com capelas intercomunicantes...» (CORREIA, José Eduardo Horta - Os colégios universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses, *Monumentos*, n.º 8 (1998), p. 18). Paulo Varela Gomes adianta que o templo coimbrão «...desempenha um papel absolutamente crucial na arquitectura portuguesa da década de 1550. Para além de ter sido possivelmente o primeiro templo classicista com cripto-laterais surgido entre nós, possui uma abóbada de caixotões cobrindo a nave única que é extraordinária pelo seu desenho e pelo facto de continuar sem corte de nível sobre a capela-mor, caso que creio ser único em Portugal e precisa de ser esclarecido. O coro alto sobre nártex-túnel é outro aspecto interessante da obra, antecipando a solução de Paciotto-Herrera na basílica do Escorial. A referência a exemplos góticos, o espaço planimétrico quadrangular (que só se lê na planta), o transepto elevado por dois degraus e a capela-mor por mais um, a dedicação a Nossa Senhora da Anunciação, a primeira abóbada de caixotões da arquitectura portuguesa são aspectos que parecem remeter para a conjuntura contra-reformista préborromãica que referi a propósito das igrejas de cruz grega inscrita» (GOMES, Paulo Varela - *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII. A planta centralizada*. Porto: FAUP, 2001, p. 287, nota 9). Afirmações que serão retomadas, mais recentemente, por Maria de Lourdes Craveiro «...a igreja da Graça implanta-se também (de forma pioneira) num terreno cultural e ideológico que abre caminho à combatividade tridentina e a uma formação mais cerrada da parené-

em que o coro alto, bem como o corpo da igreja e a capela-mor em túnel são cobertos por abóbadas de canhão em caixotões de pedra.

Embora exista ainda, na planimetria - inclusive nas criptocolaterais - e sobretudo na altimetria da Graça, uma enorme dívida para o templo do mosteiro de Santa Cruz, que o mesmo Diogo de Castilho reedificara entre 1518 e 1547, a sua cobertura e a reformulação espacial, no sentido da clarificação perspectiva que propõe, podem dever à Matriz da Foz - é aliás, muito possível que esta apresentasse o mesmo tipo de coro alto, em túnel e apainelado<sup>26</sup> que Castilho, desenvolveria posteriormente em Coimbra - embora não se possam, igualmente, ignorar as várias experiências coimbrãs nesse sentido, efectuadas por Chanterenne e Ruão, focadas nas micro-arquitecturas<sup>27</sup>. Experiências em que a ambiguidade cenográfica relativizou o carácter do *imago* construtivo. Na Foz, porém, a arquitectura mandou e, pela primeira vez em Portugal, uma grande área foi coberta por uma abóbada de berço apainelada, embora em tijolo, material que Cremona tinha já empregue no claustro da Sé de Viseu; a arqueologia salientou os grandes depósitos argilosos encontrados na área da antiga nave, a documentação refere a enorme quantidade de tijolo que foi empregue na preeenchimento das muralhas da fortaleza que envolveu a matriz. Nova tecnologia que se aliaria ao emprego do ferro, em cinco tirantes que uniam transversalmente a nave ao nível da cornija e, aliados à concavidade dos painéis, forneciam à abóbada a estabilidade necessária para vencer o enorme vão. Essa técnica construtiva, bem italiana, e o seu desconhecimento pelos mestres portugueses, adivinhasse numa missiva dirigida ao rei em 1542<sup>28</sup>; a proximidade, na Cantareira,

tica cristã...» (CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 240 e ss; excerto citado a p. 240) e Carlos Ruão, que afirma ser ela «...uma eficaz tipologia para a modernidade estilística que se impõe a partir daqui e que encontrará no Carmo a sua consumação linguística...» (RUÃO - *O Eupalinos...*, vol. II, p. 606 e ss; excerto citado a p. 608).

<sup>26</sup> OSÓRIO, Maria Isabel Noronha Pinto - A intervenção arqueológica no castelo da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços, *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p. 76.

<sup>27</sup> CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 345.

<sup>28</sup> «...E por a obra ser italiana e feita a guisa de Italia he necessario ser mestre dela o dito mestre Francisco pera se acabar e fazer na forma e maneira que ate ora se fez...» (Carta do corregedor Francisco de Lucena ao rei D. João III, datada de 27 de Setembro de 1542. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo cronológico, l. 72, 122. Apud MOREIRA, Rafael - D. Miguel da Silva..., p. 16.) Em 1546 a cobertura da igreja estava quase concluída (Ibidem). Rafael Moreira, porém, embora afirme que a abóbada era de tijolo, inclina-se para uma cobertura de «...aresta em tijolo, muito abatida, do tipo volta à *unghe*, tão comum em Itália (Idem - Um exemplo: São João da Foz, de Igreja a fortaleza, *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, Porto: C.N.C.D.P, Infante 94, 1994, p. 60, nota 18). Mário Barroca, pelo contrário, adianta que a abóbada de tijolo era de canhão (BARROCA - *As fortificações...*, p. 35). No século XVII são referidos os «caixões» da igreja. Por exemplo em carta de D. João IV alusiva ao

de uma importante indústria de olaria facilitaria a produção dos tijolos<sup>29</sup>; a também importante indústria das ferrarias do Porto, e os seus artífices, não teria problemas na execução dos tirantes.

A novidade «pré-borromáica» da Graça pode-se dever a um trabalho conjunto de Castilho - que substituiu a técnica do tijolo para uma outra, a da pedra, que os oficiais portugueses dominavam perfeitamente, não se esquecendo de a associar, como na Foz, a tirantes de ferro - e do reformador agostinho Frei Luís de Montoya, que, como responsável máximo pela fábrica, acompanhou as obras de muito perto<sup>30</sup>. Aí surge a trabalhar, em 1544, um pedreiro chamado Manuel Luís<sup>31</sup>. A sua assinatura, firmada no livro de despesas da obra, pode ser uma primeira versão da que, anos mais tarde, se repete abundantemente em diversa documentação relativa a esse personagem chave da arquitectura nortenha da segunda metade do século. Evolução gráfica que se poderá compreender, se pensarmos que Manuel Luís deveria estar, em 1544, no início do seu percurso profissional. É então designado apenas como pedreiro e deveria, portanto, ser ainda bastante novo; 15 anos depois surgirá, pela primeira vez documentado como mestre,

seu desmantelamento: «...imagens, retabulos, caixões e o mais que avia na dita igreja...» (ADP, Fundo Monástico, *Mosteiro de Santo Tirso*, K/16/4-45, 1648, Fevereiro 14, fol. 92). Mais tarde, referem-se os materiais, originários do templo, que foram reutilizados no forte de S. João da Foz: «...pedraria lavrada, alvenaria, tijollo, telha e madeira...», para além das «linhas», ou tirantes de ferro da nave da igreja, em número de cinco, uma das quais teve como destino a Relação do Porto (Idem, 1679, Julho 6, fl. 122). Rafael Moreira refere, igualmente, o emprego do ferro na cobertura da igreja e os materiais que foram retirados dela para serem empregues na fortaleza (MOREIRA - Um exemplo..., p. 66, nota 38).

<sup>29</sup> Em 1552, os alcatruzes necessários para o arranjo do aqueduto que conduzia a água do chafariz da Sé ao Paço episcopal vieram da Cantareira (AFONSO, José Ferrão - A Igreja e a criação de uma paisagem urbana institucional: a envolvente da Sé do Porto no século XVI, *Douro. Estudos & Documentos*, nº 20, [2005], p. 185, nota 116).

<sup>30</sup> CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 236: «...Frei Luís de Montoya não evidencia formação específica em arquitectura. O seu papel restringe-se à coordenação geral das obras, ao controlo dos dinheiros, à formalização dos contratos estabelecidos, à edificação de uma estrutura capaz de responder às necessidades da Ordem e, de forma idêntica, afirmá-la num contexto de apertada concorrência. O frade agostinho constitui o elo de ligação fundamental entre as instituições de poder na cidade, quer sejam a Câmara ou as outras comunidades religiosas, ao mesmo tempo que a protecção real lhe assegura o êxito da empresa. A seu lado, Diogo de Castilho estabelece a orientação do processo construtivo fornecendo as plantas e os desenhos necessários, fiscalizando as obras e o cumprimento das empreitadas...» (Ibidem, p. 237). Ver ainda, sobre o papel desempenhado por Montoya: MARQUES, José - A imagem da Senhora do Pópulo da igreja da Graça, em Coimbra, *Diário do Minho*, 25 de Junho de 2008, p. IV e ss.

<sup>31</sup> Arquivo Distrital de Braga, Ms. 1019, fl. 8, 108-108/vº, 113, 166. Apud CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 478. A presumível assinatura de Manuel Luís encontra-se no fl. 108. Com Manuel Luís colabora o pedreiro Manuel Nunes; será interessante saber que o primeiro terá uma filha chamada Ana Nunes (AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 21), pelo que poderá tratar-se de um familiar próximo.

à frente do importante estaleiro da igreja da Misericórdia do Porto<sup>32</sup>.

Não podemos, com absoluto rigor, afirmar que se trata do mesmo indivíduo; a hipótese, porém articula-se e dá consistência a uma outra enunciada em artigos anteriores: a de que existiu uma relação profissional próxima entre Diogo de Castilho e alguns possíveis familiares de Manuel Luís. Na verdade, um João Fernandes, seu presumível pai, esteve nas obras dos Jerónimos e em Santa Cruz de Coimbra e um Pêro Fernandes acompanhou-o nesses dois estaleiros; mais tarde, um pedreiro com o mesmo nome surgirá, em 1554, como mestre das obras do convento de São Gonçalo de Amarante, trabalhando aí pelo menos desde 1550<sup>33</sup>. É, aliás, provável que Manuel Luís seja parente próximo de João e Pêro Luís, pedreiros do círculo de Diogo de Castilho, que desempenharam um papel importante na Graça e no Colégio dominicano de S. Tomás<sup>34</sup>. O que contribuiria para esclarecer, igualmente, a misteriosa presença de Manuel Luís em Amarante, adiantada, mas não documentada por Rafael Moreira, c. 1558-1559.

O possível tirocínio de Manuel Luís em Coimbra na década de 40, bem como a presença aí de toda uma activa companhia de pedreiros, alguns dos quais posteriormente se dirigirão ao Entre-Douro-e-Minho, poderão ser decisivos para a compreensão da arquitectura da segunda metade de Quinhentos nessa região. Porém, a ligação entre ela e Coimbra não se esgotará neles e em Diogo de Castilho: outra figura maior, João de Ruão, percorreu o caminho coimbrão que conduzia do Mondego ao norte. Esclareçamos desde já que, não apenas o trabalho de Ruão como escultor será determinante para

<sup>32</sup> BASTO - *História...* Porto : SCMP, 1997, vol. I, p. 390. Mais uma vez Diogo de Castilho pode ter influído nessa situação, visto ter sido, por duas vezes, em 1563 e 1566, provedor da Misericórdia de Coimbra (VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1890, vol. I, p. 181).

<sup>33</sup> Cf. DIAS, Pedro - *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490 - 1540*, Coimbra : ed. EPARTUR, 1982, p. 186. Sobre a presença de Pêro Fernandes em Amarante, ver: AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 8, nota 4; Idem - *Manuel Luís, um mestre pedreiro...*, p. 8.

<sup>34</sup> João Luís está na Graça pelo menos até 1548; contratou empreitadas de parceria com Jorge Dias e António Fernandes, mas principalmente com um outro Luís, Pêro, e Jerónimo Afonso. Trabalhará também para os Dominicanos, com quem contratará, em 1547, de novo em parceria com Pêro Luís e António Lopes, a construção do portal do Colégio de S. Tomás. Em 1549, contratou a execução do claustro do mesmo Colégio, projectado por Diogo de Castilho, embora esse contrato não tenha sido respeitado; desse modo, em 1555 será feito um novo contrato com Martinho de Ledesma, agora de parceira com António Lopes e Pêro Fernandes. Com António Lopes contratará ainda, em 1555, a construção da igreja e sacristia da igreja de Orvieira, em Oliveira de Frades. João Luís foi casado com Francisca Jorge. Isabel de Ilharco, mulher de Diogo de Castilho, foi madrinha de uma das suas filhas, Maria; esta casou em 1564, tendo Diogo de Castilho sido padrinho (CRAVEIRO - *O Renascimento...*, pp. 479-480). Pêro Luís, para além do que atrás se disse, teria aprendido a sua arte em Santa Cruz, sendo referido pela última vez em 1551 (ibidem, p. 470 e ss.)

o ornamento arquitectónico das igrejas quinhentistas do Entre-Douro-e-Minho, mas igualmente a sua actividade, menos divulgada mas pelo menos tão importante, de arquitecto<sup>35</sup>. O normando, arribado a Coimbra em 1530, cooperaria logo com Castilho em Santa Cruz, colaboração que se prolongaria, contemporaneamente, no portuense e também crúzio mosteiro da Serra do Pilar (1537). Como no caso do biscainho, seria, igualmente, de estranhar que não se tivesse interessado pela obra que D. Miguel da Silva mandava executar na Foz do Douro pela mesma época. Ambos podem mesmo ter sido consultados sobre o remate da cobertura da igreja que o italiano parecia ter abandonado em 42. Na verdade, a Foz deve ter sido determinante para uma mutação decisiva no seu percurso artístico; as micro-arquitecturas, frequentemente revestidas com abóbadas de caixotões, que Ruão tinha abundantemente utilizado, principalmente na ambígua arte da *sprezzatura* que foi a escultura tumular e retabular, moveram-se, a partir de finais da década de 40, para uma dimensão de *consuetudo* própria da arquitectura, enquanto o etéreo experimentalismo quatrocentista, que produzira o claustro da Manga e a rotunda da Serra do Pilar, deu lugar a uma solidez romanista. Evolução que a historiografia de arte sintetizou na passagem de um estilo «suave», associado ao Renascimento do *Quattrocento* a um estilo «robusto», em que predomina a gramática decorativa maneirista e um conhecimento de Miguel Ângelo<sup>36</sup>. Processo que se esclarece, por exemplo, na passagem do incerto valor estrutural das pilastras caneladas dos cunhais do segundo registo da Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra (c. 1530) aos suportes jónicos, já com definitiva *firmitas*<sup>37</sup>, dos arcos das capelas da cabeceira do inacabado convento dominicano da coimbrã rua da Sofia (i. antes de 1560)<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> Sobre a figura e obra de João de Ruão existe uma abundante bibliografia; sobre a dualidade escultor/arquitecto e sobre a ascendência, pouco referida, do segundo sobre o primeiro, ver uma excelente síntese em: RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 612 e ss.

<sup>36</sup> Cf. RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 615. Jerónimo de Ruão, filho de João de Ruão, mostraria igualmente, segundo António Trindade, um bom conhecimento da obra arquitectónica de Miguel Ângelo (TRINDADE, António - *A arquitectura maneirista em Portugal - da capela panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora*, dissertação de mestrado [ed. policopiada]. Lisboa : FLUL, 1998, p. 120. Apud RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 156).

<sup>37</sup> Carlos Ruão refere ainda, como marco importante na actividade arquitectónica de João de Ruão, a capela do Santíssimo Sacramento, na matriz de Cantanhede (1547), de abóbada de canhão esquadrelada precedida por um arco triunfal coríntio de volta perfeita, dupla pilastra e coluna (RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 625-626).

<sup>38</sup> O templo dominicano, iniciado ainda na década de 50, possuía uma cabeceira tripartida, de que apenas resta hoje a colateral do lado da Epístola, tendo a do lado do Evangelho, ou do Tesoureiro (contratada por João de Ruão em 30 de Dezembro de 1558. (GARCIA - *João de Ruão...*, p. 121-122) sido deslocada para o Museu Machado de Castro. À cabeceira tripla corresponderia, segundo Nogueira

A viragem seria tão pronunciada que Nogueira Gonçalves fez notar o carácter alienígena desta última obra no panorama coimbrão do seu tempo; não teve, por isso, dúvidas em atribuí-la a Isidoro de Almeida, capacitando-o para ela pela sua estadia em Itália. A «estadia em Itália» de Ruão pode ter sido, na realidade, o seu contacto com a Matriz da Foz. Aí, pela primeira vez em Portugal, pilastras caneladas jónicas surgem, no arco triunfal da capela-mor, expressando a *consuetudo* da Ordem e articulando-se correctamente com o dórico do entablamento da cúpula; Cremona parece ter-se inspirado, para as pilastras e entablamento interiores, nas exedras do *ninfeo* de Genazzano, perto de Palestrina, atribuído a Bramante<sup>39</sup>. Na inacabada igreja dominica de Coimbra, Ruão pode ter seguido esse modelo de arco triunfal; contudo, os capitéis jónicos do cruzeiro serão diversos dos empregues na Foz, com a voluta envolvida por acanto que Serlio também utilizou<sup>40</sup>; como veremos,

Gonçalves, um corpo de três naves, as laterais com abóbodas de aresta (GONÇALVES, António Nogueira - A igreja do Convento de São Domingos na rua da Sofia, *Estudos de história de arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, pp. 302-303). Lurdes Craveiro, porém, avança a ideia de um plano original em nave única, precedido de nartex com três aberturas, baseada numa descrição da planta da igreja e convento, datada de 1732, publicada por Rui Pedro Lobo: "Como se vê da sua planta que se conserva em duas tábuas no cartório deste convento e se mostra da cap<sup>a</sup> mor, cap<sup>as</sup> collaterais e cruzeiro que ficou tudo grande e sumptuoso havendo de compor o corpo da igreja cinco capelas por cada lado com coro na cap<sup>a</sup> mor e outro por cima da porta principal com sua formosa escadaria p<sup>a</sup> a p<sup>a</sup> de fora e tres arcos na entrada, havendo de compor o interior do convento dous claustros e hu pateo tudo cingido de dormitórios com casa de noviços como tudo se vê na dita planta" (LOBO, Rui Pedro - *Santa Cruz e a Rua da Sofia...*, pp. 158-159. Apud CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 232, nota 24). A obra, porém, nunca parece ter passado além do cruzeiro, apesar do empenho e orientação do reformador castelhano Frei Martinho de Ledesma, falecido em 1574, quando apenas se concluíra a capela-mor, e o patrocínio de figuras poderosas como o duque de Aveiro e o tesoureiro da Sé (Ibidem, p. 231 e ss). Segundo Carlos Ruão, o contrato da capela do Tesoureiro, por Ruão, em 1558, obrigava a que grande parte da sua estrutura, bem como da capela-mor, e da outra ábside lateral - a única hoje existente - estivessem já erguidas nesse ano (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 598). Apesar de existir um contrato firmado com Isidoro de Almeida para a construção da capela-mor em 1567 (GARCIA, Prudêncio Quintino - *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923, pp. 305-310) Carlos Ruão coloca em dúvida essa autoria, baseado em algo absolutamente evidente: a capela do Tesoureiro (lado da Epístola) e a que ainda hoje existe, «encaixam com uma luva no estilo arquitectónico de João de Ruão» (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 600), pelo que a capela-mor, e toda a traça da igreja, também lhe devem ser atribuídas. Ruão transcreve ainda um excerto de Nogueira Gonçalves que nos parece esclarecedor: «Isidoro não a projectou isoladamente; o estudo do conjunto mostra bem a unidade de pensamento como a origem do architecto, estranha ao ambiente coimbrão do momento» (GONÇALVES - A igreja... p. 307). Noutro passo do seu texto, Nogueira Gonçalves salienta que Isidoro de Almeida «...esteve em Itália, como elemento do exército» (Ibidem, p. 300) e considera-o «superior a todos os homens que construíram em Coimbra por todo o século XVI, até à grande obra da Sé Nova. A demorada, crítica e sincera contemplação das três capelas e o seu confronto com as igrejas da Sofia e ainda de todas as outras da cidade, à excepção daquela, produz forte convicção» (Ibidem, p. 302).

<sup>39</sup> KRAUTHEIMER, Richard - Il "ninfeo" di Bramante a Genazzano, in FROMMEL, Christoph Luipold - *Architettura alla corte papale nel Rinascimento*. Milão: Electa, 2003, p. 215 e ss.

<sup>40</sup> SERLIO, Sebastiano: *On Architecture*, vol. I. *Books I-V of Tutte L'Opere d'Architettura et Prospectiva* by Sebastiano Serlio, New Haven & London: Yale University Press, 1996, livro IV, est. XXXVIII, p. 323.

eles aparecerão, posteriormente, noutras obras do aro Noroeste.

Quer a *sprezzatura* do ornato arquitectónico de Ruão, quer a sua posterior deslocação para uma esfera de *consuetudo* deixarão marcas importantes na edilícia do Entre-Douro-e-Minho. Já se chamou em artigo anterior a atenção para a presença de João de Ruão no contrato da capela de Nossa Senhora de Agosto em 1565 e a sua aprovação ao projecto de Manuel Luís<sup>41</sup>. Por essa altura, e desde 59, o normando dirigia a igreja de S. Salvador de Bouças, perto do Porto<sup>42</sup>. O trirocínio do mestre portuense, as afinidades estilísticas entre muitas das suas obras e as de Ruão; a direcção, por Jerónimo Luís, seu possível irmão ou familiar próximo<sup>43</sup>, entre 1577 e 1583<sup>44</sup>, da obra da Serra do Pilar a que o normando estivera profundamente ligado e a sua também presumível colaboração na igreja da Conceição Velha lisboeta, de que foi aparelhador em 1587 e para a qual Jerónimo de Ruão, filho de João de Ruão, projectou<sup>45</sup>; as muito notadas semelhanças entre as cabeceiras de Santa Maria de Belém, projectada por Jerónimo Ruão, e da Misericórdia portuense, a que se deve acrescentar a menos constatada proximidade entre os universos da ábside luisina da rua das Flores e da capela do Santíssimo Sacramento da Sé de Coimbra (1566), em que João de Ruão sintetizou *sprezzatura* e *consuetudo* numa difícil congruência; ainda a divulgação nortenha, por Manuel Luís, da decoração «flamenguista» de que o normando foi um prosélito e pioneiro praticante, mas cujas possibilidades arquitectónicas serão mais exploradas por ele do que pelo mestre coimbrão<sup>46</sup>; tudo leva a suspeitar, não de um encontro ocasional em 1565, mas de uma relação mais forte, no tempo e na forma, entre os dois artistas. Aqui também se fortalece a hipótese de a assinatura no livro de despesas da Graça pertencer ao então ainda pedreiro Manuel Luís. Carlos Ruão levantou a ponta deste véu, embora adiantando

Antes dele, Cesariano reproduziu igualmente esse tipo de capitel na sua edição de Vitruvius (1521).

<sup>41</sup> AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 11.

<sup>42</sup> GARCIA, Prudêncio Quintino - *João de Ruão. Documentos para a biographia de um artista*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913, p. 93 e ss. Apud RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 631 e ss.

<sup>43</sup> RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 420.

<sup>44</sup> «...Nesta circunstância é importante pôr em relevo o papel que poderá ter desempenhado o mestre francês que, durante a década de 70 trabalha no Porto, concretamente em Leça do Balio, estando inclusive presente no contrato para a feitura da capela de Nossa Senhora de Agosto de Manuel Luís. Se collocarmos a hipótese de Jerónimo Luís ser seu irmão parece-nos existir uma ligação lógica em que João de Ruão acompanharia de perto as obras por si projectadas e construídas por alguém que evidentemente conhecia e confiava...» (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 420).

<sup>45</sup> RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 125.

<sup>46</sup> RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 471. Deve, contudo, salientar-se que Manuel Luís, deve ter tido, igualmente, acesso às gravuras flamengas, sobretudo de Vredeman de Vries, através da importação directa feita por livreiros do Porto, alguns deles cristãos-novos.

que o encontro teria ocorrido no Porto e não, como cremos, em Coimbra: «...O momento mais decisivo para a sua formação (*de Manuel Luís*) foi certamente o encontro com João de Ruão, no Porto, durante as décadas de 40 a 60. As suas primeiras obras revelam um apego a formulários «ruanescos», desde logo na fachada primeva da Misericórdia do Porto (1559-1564) e mesmo na Misericórdia de Braga que deve ter sido por si projectada...»<sup>47</sup>. Será, portanto, essencial o estudo desta última<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 416.

<sup>48</sup> Carlos Ruão atribuirá a Misericórdia de Braga a Manuel Luís, baseado num excerto manuscrito de 1666, em que um provedor da Misericórdia da rua das Flores, Nuno Barreto Fuseiro, afirma que o mestre portuense a tinha «reparado» (RUÃO - *Arquitectura...*, pp. 202-203). Magalhães Basto já tinha transcrito esse excerto: «Fez-se a Capela-mor desta Casa, de que foi mestre Manuel Luís, cujo nome descobrimos em lisonja da perfeição da obra e suposto que reparava a Misericórdia de Braga em que fosse de tanto custo prosseguiu nela esta Casa, fundada em várias razões, que se referem no livro das Contas desta administração de fl. 27 em diante no ano de 1586 e pelo que havia passado com o mesmo D. Lopo visitando esta Igreja sentindo de que não tivesse Capela-mor» (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, H, Bc<sup>o</sup> 6, n<sup>o</sup> 2, fl. 228. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 119). O texto, porém, é pouco claro, e o «Livro de Contas» referido, que poderia ajudar a esclarecê-lo, não foi encontrado, quer por Magalhães Basto, profundo conhecedor do arquivo da confraria portuense, quer por Carlos Ruão, quer pelo autor deste artigo. Surgem, assim, várias hipóteses de interpretação. Uma primeira aludiria aos problemas que, entre Novembro de 1586 e Agosto de 1587, a obra da capela-mor da Misericórdia do Porto, devido ao seu elevado custo, colocou à Mesa da confraria, problemas esses que puseram mesmo em causa a continuação, à frente da obra, do seu mestre Manuel Luís (ASCMP, D, Bc<sup>o</sup> 8, n<sup>o</sup> 2, fl. 80. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 123-124; Idem, D, Bc<sup>o</sup> 8, n<sup>o</sup> 2, fl. 82. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 125). Assim, uma interpretação do texto de Fuseiro poderia querer significar que Manuel Luís teria, nesse período, trocado o Porto por Braga e a obra da capela-mor pela «reparação» da Misericórdia bracarense. O próprio Carlos Ruão, baseado em aspectos estilísticos, vai colocar a hipótese de Manuel Luís ter «retocado» os pórticos da igreja bracarense em época posterior à década de 60, hipóteses que descartará por razões estilísticas (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 397). Após as dificuldades terem sido ultrapassadas, a construção da capela-mor seria retomada pela confraria, apesar do seu elevado custo, com mestre Luís de novo à sua frente. Na realidade, será apenas em 27 de Agosto de 1587, depois de resolvidos todos os problemas atrás enunciados, que a obra da capela-mor propriamente dita arrancaria, com a abertura dos alicerces e colocação da primeira pedra. Nos três anos decorridos desde o início dos trabalhos, em 26 de Julho de 1584 (ASCMP, B, Bc<sup>o</sup> 3, n<sup>o</sup> 12, fl. 2v<sup>o</sup>. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 121) apenas se teria procedido ao difícil e moroso trabalho de desbaste da encosta granítica, necessário para a execução dos alicerces da cabeceira e ao lavrar dos elementos arquitectónicos - frisos, fustes, capitéis, etc. - que, posteriormente, a integrariam (ASCMP, B, Bc<sup>o</sup> 3, n<sup>o</sup> 13, fl. 141. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 125). Não encontramos, porém qualquer registo da actividade do mestre em Braga por essa altura; a não ser uma não documentada referência de Eduardo Pires de Oliveira, que o dá como tendo sido o autor do projecto de acrescentamento da Alfândega dessa cidade no ano de 1585 (OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Braga - Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 14). Isto embora surjam, no livro respeitante ao pagamento das férias da obra da capela-mor do Porto (ASCMP, B, Bc<sup>o</sup> 3, n<sup>o</sup> 12, *Livro da despesa que se faz na capella que Dom Lopo d'Almeida mandou que se fizesse*) algumas ausências significativas de Manuel Luís, exactamente nos finais de 1586 e início de 1587, época da «crise»: não esteve presente na semana que antecede o dia 13 de Setembro de 1586 (Idem, fl. 125); o mesmo sucedeu na que terminou a 4 de Outubro (Idem, fl. 128); na que terminou a 24 de Janeiro de 1587 (Idem, fl. 148v<sup>o</sup>); bem como na que findou a 6 de Fevereiro (Idem, fl. 149v<sup>o</sup>) e na seguinte (Idem, fl. 150v<sup>o</sup>). Essas ausências coincidem, também com o aparecimento de um vedor da obra, Gonçalo Vieira, em 13 de Setembro de 1586 (Idem, fl. 126). Há porém, trabalhos importantes a decorrer por essa altura na igreja da

### 3 - A Misericórdia de Braga

A fachada original da Misericórdia portuense foi substituída no século XVIII pela actual, riscada por Nasoni; como dissemos, também a cobertura da sua nave por caixotões pétreos, será comutada, durante a mesma campanha, por uma de tijolo, pedra e estuque que ainda hoje se mantém. Não temos dúvidas que Manuel Luís terá lançado a abóbada portuense directamente inspirado na igreja da Graça coimbrã em que tinha trabalhado; acrescentou-lhe ainda as mísulas do pronunciado e recortado entablamento,<sup>49</sup> de boa

Misericórdia bracarense, como sejam a colocação de gradeamentos interiores e exteriores, a que Manuel Luís pode ter estado ligado (ver nota 72). Outra interpretação possível, associada à anterior; prende-se com as disposições do testamento de Dom Lopo de Almeida que permitiu a construção da cabeceira. Neste caso, a referência à «reparação» da Misericórdia de Braga poderá significar que esse termo se relacione, não com qualquer aspecto edilício, mas com uma indenização de carácter compensatório, indenização essa que obviamente estaria a cargo, não de Manuel Luís, mas sim da confraria portuense, e que esse encargo suplementar tivesse dificultado a continuidade da obra, já de si extremamente pesada, da capela-mor. Essa compensação poderá ter tido origem no episódio decorrido em 1585, quando a Misericórdia de Braga enviou os visitantes que despoletarão a crise na obra da capela-mor a que se fez referência em cima, ao sugerirem que ela não estava conforme o plano inicial, podendo, por conseguinte estar em causa o cumprimento perfeito das últimas vontades de Dom Lopo (ASCMP, H, Bc<sup>o</sup> 1, n<sup>o</sup> 9, fls. 75v<sup>o</sup> e 76v<sup>o</sup>. Apud BASTO - *História...*, vol. II, p. 122). É que, sendo assim, esse valioso legado reverteria, como se declarava no testamento, para Braga: «...a administração desta minha herança com o direito de testamentário passa a Misericórdia da cidade de Braga...» (ASCMP, H, Bc<sup>o</sup> 1, n<sup>o</sup> 7, fl. 2 e ss. Apud BASTO - *História...*, vol. II, pp. 11-12). Finalmente, uma outra interpretação, adoptada por Carlos Ruão - e pelo autor deste artigo em trabalho anterior - seria a de que Fuseiro aludiu à participação de Manuel Luís na construção da igreja da Misericórdia de Braga entre 1561-1565 (ver nota 54). Na realidade, também por esta época o mestre Manuel Luís, que pelo menos desde 1559 estava à frente da obra portuense, teria podido abandoná-la, por falta de verbas, em favor do estaleiro bracarense. Seria mesmo necessário que um irmão de posses, Diogo Brandão, se oferecesse para adiantar do seu bolso as férias dos oficiais, já que a obra estava em risco de perder o mestre (ASCMP, D, Bc<sup>o</sup> 8, n<sup>o</sup> 1, fl. 41. Apud AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 25). Depois deste episódio, as obras no Porto prosseguiriam e em 1564 concluiu-se a construção da abóbada de pedra da igreja (BASTO - *História...*, vol. I, p. 389). Fuseiro, que escrevia quase um século depois dos acontecimentos, pode ter confundido uma obra em que Manuel Luís participara no início da década de sessenta - a da Misericórdia de Braga, que possivelmente trocava pelo Porto devido à actuação de Diogo Brandão - com acontecimentos decorridos c. de 20 anos depois, quando o mesmo Manuel Luís abandonaria, em 1584, o estaleiro de S. Gonçalo de Amarante para construir a capela-mor do Porto. Seja como for, concordamos que a atribuição de Ruão, inclusive porque é coadjuvada por ponderáveis razões de carácter estilístico e alguns elementos que podemos designar de «circunstanciais»: se não existe nenhuma referência nos arquivos bracarense à presença de Manuel Luís em Braga por essa época, refere-se nos anos de 1561-62 e 62-63, quando se efectuou o essencial da obra de pedraria, a existência de pelo menos dois «mestres» (ver nota 54) e, no ano seguinte, 1564, surge a notícia da conclusão da cobertura na igreja da rua das Flores; Manuel Luís ter-se-á definitivamente decidido pelo Porto, inclusive porque, nesse ano, o seu papel na obra da igreja bracarense estava já terminado. Em 1566 dá-se a vistoria à obra de Braga, por um pedreiro «louvado» vindo do Porto, que poderia, conforme Carlos Ruão sugere, ser o próprio Manuel Luís (RUÃO - *Arquitectura...*, p. 205; Idem - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 396).

<sup>49</sup> O entablamento da obra luisina, incluindo as mísulas ou cachorros, foi mantido quando da substituição da cobertura em 1749, apesar de, no contrato, se afirmar que apenas se deveriam conservar

tradição romana, que Cremona empregara também na Foz<sup>50</sup> e Castilho prosseguiria na Graça. Como dissemos, na Misericórdia pode-se ter articulado a experiência coimbrã e «graciana» de Manuel Luís com o seu estudo da igreja do Cremonês: a nave única concluía-se numa arcada tripartida escalonada, com duas exedras em meia laranja ladeando o arco cruzeiro que abria para a capela-mor<sup>51</sup>. Na fachada, as *tabulae ansatae* eram, igualmente, o sinal do conhecimento próximo da matriz da Foz; é, aliás, bem possível que esta as exibisse, igualmente, no frontispício. Elas, juntamente com uma forte influência do ornato arquitectónico coimbrão, de cuja existência podemos suspeitar na rua das Flores, surgirão igualmente na Misericórdia de Braga.

Já referimos o nome de João de Leiria; ele seria o braço direito de Bartolomeu dos Mártires, mesmo após o regresso deste em 1564, e dirigiu empreitadas construtivas importantes do prelado dominicano, como, por exemplo, a do inovador seminário bracarense de S. Pedro, iniciado em 1572<sup>52</sup>. O seminário adoptou a arquitectura de «loggias sobrepostas»

as mísulas que se destinavam a suportar os arranques dos arcos de pedra que, actualmente, ladeiam os lunetos: «... demolirão os lados da igreja de uma e outra parte até tirarem os cachorros e daí para cima se tornará a fazer na forma seguinte: a cornija de dentro será com a mesma moldura que tem, para dizer com o arco cruzeiro, porém será só a cachorrada dos arranques dos lunetos, como mostra a planta dos mesmos lados...» (AHSCMP, L, Bc<sup>o</sup> 8, n<sup>o</sup> 15, fl. 13. Apud FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, 1995, vol. III, p. 294).

<sup>50</sup> Não na igreja, mas nas duas sacadas ainda hoje existente, da fachada da residência abacial, igualmente atribuível a Cremona. Esse tipo de entablamentos é reproduzido na edição de Vitruvius de Cesariano (1521).

<sup>51</sup> As actuais exedras colaterais e o arco cruzeiro propriamente dito devem ter sido executadas durante a construção da capela-mor, entre 1584-1589, embora não existam elementos documentais para afirmar que elas existissem anteriormente a essa data, como afirma Magalhães Basto (BASTO - *História...*, vol. II, p. 396). Sabe-se, porém, que a igreja, até 1584, não possuía capela-mor, tendo chegado a ponderar-se, em 1573 e 1579, a colocação de um retábulo, encomendado a Pedro Anes, no outão do templo (Ibidem, p. 396 e ss). Esse retábulo, deveria, por conseguinte, preencher o arco cruzeiro. Na realidade, a construção de uma capela-mor deveria estar, obrigatoriamente, prevista no projecto inicial de Manuel Luís, não tendo sido executada apenas por razões económicas; desse modo, as duas colaterais integrariam, também a traça original.

<sup>52</sup> «Logar tenente do Senhor Arcebispo Primas Nosso Senhor e governador das rendas deste arcebispado, executor do Collegio do Seminario que se ora ordena nesta cidade conforme ao sagrado concílio tridentino» (Arquivo Distrital de Braga, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 14, 1572, Março 4, fl. 122). Frei João de Leiria dirige a compra de habitações, situadas no Campo da Vinha, com traseiras para a muralha, necessárias para a construção do novo seminário (ver ainda: Idem, fls. 130, 130v<sup>o</sup> e 1572, Março 12, fl. 133); era ainda vivo em 1575 (SOUSA - *Vida...*, p. 464), mas em 1578 já tinha falecido (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 32, 1578, Junho 30, fl. 117). O seminário de S. Pedro de Braga, ordenado por Bartolomeu dos Mártires no Campo da Vinha e bem visível, por exemplo na planta de Braunio (1597), era de planta rectangular, com um pátio central para onde abriam dois níveis de galerias de circulação com arcadas toscanas (ver nota 64), para serventia das celas e outras dependências. Segundo Pires de Oliveira, foi o primeiro do seu género da Península Ibérica e, iniciado nos finais de 1571 ou início de 1572, seria demolido no início do século passado, tendo o seminário funcionado aí até 1880 (OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *O edifício do convento do Salvador. De mosteiro das freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 19).

da *palestra* vitruviana interpretada por Cesariano, idêntica à que Rafael Moreira identificou com o projecto de «implicações humanistas» de Ruão para o Colégio das Artes coimbrão<sup>53</sup>, executado e adicionado por Diogo de Castilho; dele foram mestres, primeiro António Gonçalves e depois, a partir de 1579, o seu filho António Sequeira em parceria com Diogo Vaz<sup>54</sup>. Mais

<sup>53</sup> Segundo Rafael Moreira, o projecto humanista de João de Ruão, abandonava o «... tradicional partido do claustro monástico com contrafortes, por um esquema mais livre, de modelo serliano, em «loggias» sobrepostas...» (MOREIRA, Rafael - *Arquitectura, Catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, Arte Antiga*, I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 310-311).

<sup>54</sup> O seminário bracarense tinha uma óbvia influência do Colégio das Artes (1548-1555) projectado por João de Ruão (cujo nome surge em carta publicada por Mário Brandão: BRANDÃO, Mário - *O processo na Inquirição de Mestre João da Costa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1944, vol. I, pp. 275-277) e executado e transformado por Diogo de Castilho (Idem - *O Colégio das Artes (1547-1555)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924, vol. I, p. 347) instalado, a pedido de D. João III, nos colégios cruzios de S. Miguel e Todos-os-Santos, ocupado entre 1555-1565 pelos Jesuítas e, depois, pela Inquirição, de que receberá a designação de «Pátio da Inquirição». Sobre o Colégio das Artes ver ainda: CRAVEIRO - *O Renascimento...* p. 186 e ss; RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 629 e ss; CORREIA, José Eduardo Horta - *A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses*. In *Actas do Congresso História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, vol. II, p. 271. A obra de pedraria do seminário bracarense tinha sido da responsabilidade de António Gonçalves; por sua morte, sucederam-lhe, em 1579, o seu filho António Sequeira, morador na Praça do Peixe e Diogo Vaz, morador na freguesia de Santa Maria de Sequeira, termo de Barcelos (o mesmo que tinha trabalhado na Misericórdia, ver nota 49) que, em 1582, deram quitação do trabalho efectuado: «... pella qual se obriguaram a fazer toda a obra de pedraria do lanço contra Domingues Anes no seminário pellos preços conteudos na escritura feita antre Antonio Gonçalvez que Deus tem e o dito seminário e que a dita obra estava acabada e tinham feito conta ao dito senhor Manuel de Queiros feitor das dittas obras e se acharão terem feitos na ditta obra cento e sesenta braças e mea e trinta e dous palmos d'aivenaria, dos que se montarão, a seiscentos reis por braça, noventa e seis mil e quinhentos reis. E se acharão mais terem feitos nove arcos, em que se montarão, a cinco mil reis por arco, quarenta e cinco mil reis. E outsorj se acharão serem feitas quinze frestas, em que se montarão, a dous mil reis por fresta, trinta mil reis e em vinte e hũ portais, em que se montarão, a dous mil e duzentos reis ho portal, quarenta e seis mil e duzentos reis. E assy se acharão mais terem feitos dous portais mayores em que se montão, a tres mil lre quinhentos reis ho portal, sete mil reis. E se acharão mais terem feitas dezoito janellas, nas quaes se montarão, a dous mil e duzentos (...\*) janella trinta e nove mil e seiscentos reis (...\*) que tambem fezerão (...\*) reis cada hũa em que se monta sette mil (...\*) sy he tres cunhaes nos portaes a rezão (...\*) seus (...\*) cunhaes per seu (...\*) centos reis e se acharão (...\*) de janellas (...\*) cada hua dous m (...\*) (fl. 12) senta e seis varas se (...\*) palmo de entablamentos que outrosi fizerão he montão a rezão de trezentos reis a vara vinte mil e dez reis no que tudo faz soma de trezentos mil quatrocentos e vinte reis. E loguo os ditos Diogo Vaz e Antonio Sequeira confesarão terem recebidos a esta conta do dito Manuel de Queiros feitor das dittas obras duzentos e sesenta mil reis per vezes, de que tem dadas, pagas e quitações per assentes no livro das despesas e gastos das ditas obras do dito seminário e ao fazer desta receberão ambos cada hũ perante mim taballiam e testemunhas delle dito Manuel de Queiros em comprimento da soma acima ditta quarenta mill quatrocentos e vinte reis com hos quaes se acabava de perfazer a dita conta dos duzentos mil quatrocentos e vinte reis que se montão na dita obra...» (\*Ilegível por o documento estar deteriorado) (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 43, 1582, Março 5, fl. 11 e ss). O edifício, porém, não estava ainda concluído, e em 1595 é contratada, entre João Baptista Conti, mestre-sala do arcebispo Agostinho de Castro que sucedera a Manuel de Queiros no cargo de feitor das obras do Seminário, e o pedreiro Lourenço Gonçalves, morador no arrabalde de Santa Bárbara, a construção de uma quarta ala, que fechava o rectângulo, adossada à muralha que o separava do jardim do Paço Arquiepiscopal: «...dentro do dito

collegio do symynario hũa casa grande descontra ho quintall do arcebispo Nosso Senhor que ha de servir de dormitoryo dos collegiais. E na dita casa avia de aver catorze cellas do tamanho das outras do dito collegio com suas janellas para o terreyro asy e da maneyra que tem as outras cellas que estavam descontra ho nacente que caiem sobre o dito terreyro, com suas cantoneyras dentro nas cellas e sejam asy como ellas. E o dito dormitório avia de correr ao longuo do muro que esta descontra ho dito quintall, vindo da casa que servio de secretas antigas, te a torre que esta no dito collegio, cordeado a prumo com ha parede das casas que servirão de secrettas. E lhe avia de fazer na parede d'escontra ho dita quyntal do arcebispo no allto junto do entabollamento dez frestas de modo que esta trasado na mostra da ditta obra. E bem asy mais tres portaes grandes na parede que ha de ficar no terreyro redondos e da grandesa dos outros portais que estão nos bayxos das logeas do dito collegio com suas padieiras de pedra de dentro e de fora e bem escorados e bem asy mais quatro frestas de pedra na dita parede nos lugares honde elle Joaom Baptista nomear e diser as quaes avião de ser de (fl. 155) quatro palmos de comprido e dous d'allto. E elle dito Lourenço Gonçalvez avia de por toda a pedra e saybro e barro e servidores he todo ho que for necessaryo de seu officio para a ditta obra e abrir os allcerces para ella alltos que serão conforme a dita obra e dar os reboucos todos e allem disso lhe avia de fazer a custa (...) de pedra para ho allto toda a ditta obra asy d'escadria como de allvenaria avia de ser feita em sua perfeição he bem acabada asy de como d'escada de modo que elle dito Lourenço Gonçalvez avia de dar a dita obra feita a sua custa sem elle senhor João Baptista e o dito collegio lhe darem mais que ha cal que for necessarya para a parede e madeira pera os estrados e a avia de dar a dita obra acabada em sua perfeição e a vysta de officiais ate dia de Pascoa de Frolles primeyro vindouro do ano que vem de myll quinhentos noventa e seis anos. E lhe avia de dar por cada braça da parede d'allvenaria que ha de ser de largura de tres palmos ate o andar do sobrado e dahi para o allto dous e meyo a razão de oitocentos e e cincoenta reis. E por cada janella de cada sella com suas cejas e solleyras por bayxo a dous mill reis. E por cada fresta das atraz ditas asy das que am de estar sobre o quyntal do senhor arcebispo como as outras a myll e quynhentos reis e por cada portal a tres myll reis e pellas cantoneyras aquylo que se lhe pagua por cada hũa das outras sellas que se vera pellos lyvros honde ellas estão carreguadas. E por cada vam d'entabollamneto a trezentos he cincoenta reis digo de entabollamento a quatrocentos reis. E pera comprimento de todo este contrato logo ao fazer desta escritura elle dito Joaom Baptista deve pagar a elle dito Lourenço Gonçalvez perante mym taballyam geral e testemunhas ao diante nomeadas oyo myll reis (...) (fl. 155v<sup>o</sup>). Ha qual obra e contrato disse elle João Baptista que fazia por comissão e mandado do arcebispo Nosso Senhor e como feitor do dito Collegio conforme ao molde da traça da dita obra que ao fazer desta escritura elle dito Joaom Baptista deu a elle dito Lourenço Gonçalvez que ele recebeo em sy e se obrigou a entregar tudo no cabo da obra...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 86, 1595, Agosto 7, fl. 154v<sup>o</sup> e ss). No ano seguinte, o mesmo Baptista Conti, agora nomeado como trinchante do arcebispo, contrata com Manuel Fernandes, morador em Vila do Conde a quantia de seis mil alqueires de cal «boa e de receber e que não seja mareada» necessários para a oba (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 89, 1596, Fevereiro 23, fl. 77 e ss). Ainda nesse ano, o mesmo Conti introduzirá uma alteração ao projecto que Lourenço Gonçalves executava: «...por a ditta obra ficar em mais perfeição estava contratado com ho dito Lourenço Gonçalvez que presente estava que elle no baixo da logea do dito dormitoryo terreyro que havia de fazer fizesse pelo meyo ate o sobrado todos hos arcos que fossem necessaryos com suas collunas ao modo que estão os outros no dito collegio pera sobre elles se assentar parede e portais pera as sellas que se hão de fazer dos dormitoryos e corredor que ha de yr perante elle. E allem disso em cada sella que se fyzer seu portal de pedra do modo dos outros portaes que estão nas sellas do dyto digo sellas do dito collegio. E que (fl. 126v<sup>o</sup>) toda a dita obra avia de ser muito boa e de muito boa pedra e e em toda sua perfeição e tudo ho mais como as mais do dito collegio com sua allvenaria e allcerces e tudo avia de dar acabado ate por todo ho mes de Setembro que vem e lhe avia de dar por cada portall tres myll reis e por cada arco seis mil reis e pella allvenaria e allycerces como polla mais que pello outro contrato lhe há de dar e paguo tudo como a obra for imdo...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 89, 1596, Março 14, fl. 126). Por sua vez, a obra de carpintaria das celas e corredores seria contratada em 1574 aos carpinteiros Cristóvão Ferreira e Nuno Gonçalves; como faleceram antes de a concluir, possivelmente na grande peste de 1581, seria concluída por João Gonçalves, também carpinteiro, morador fora da porta de Santiago, na rua de S. Sebastião, que é contratado pelo feitor das obras, Manuel Queirós, para

do que Romero, João de Leiria, a quem Bartolomeu dos Mártires censurava o ser «suspeito neste caso de edificio magnífico»<sup>55</sup>, terá sido o *consiliorum aedificatorum* de que fala Rafael Moreira e estará, naturalmente associado à obra da Misericórdia<sup>56</sup>.

Sobre esta, uma informação importante é-nos veiculada pela documentação da confraria: na igreja bracarense operaram simultaneamente, desde 1561-1562, pelo menos dois mestres de pedraria<sup>57</sup>; o que se coaduna

executar no «...lanço contra Domingos Anes, pedreiro, em que ha de avar cellas de allto abaixo corretores janellas e portaes de cellas e solhados d'armação d'asnarya forros no corredor e cellas de (...\*) d'esteyra. E o corredor de riba forrado de tres (fl. 166v<sup>o</sup>) agoas e as cellas de quatro agoas tudo com suas molduras e entabollamentos e com todas as mais cousas conforme a toda a mais obra de cellas e corredores que estão ja acabados, que fizeram os ditos Cristovão Ferreira e Nuno Gonçalvez. E ysto digo a qual obra asy lhe davão por preço e contia em cada par de cellas d'allto a bayxo com seus corretores todo perfeito e acabado como dito he e bem forado he solhado de seis mil e seiscentos reis, que vem por cada sella e seu corredor tres mill e trezentos reis. E para a dita obra se lhe dara toda a madeira taboado pregadura necessarya e todo ho mays sera elle João Gonçalvez obrigado a fazer tudo jnteyramente com has mesmas hobrigações e comdições conteudas na escriptura feita antre o collegio e os ditos Nuno Guomçalvez e Cristovão Ferreira que lhe foy lida e declarada. A qual escriptura fizera Manuel de Lemos taballiam nesta corte aos dous dias do mes de Março de mil quinhentos e septenta e quatro anos...». Em Agosto de 1582, a obra de João Gonçalves estava concluída (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 44, 1582, Agosto 27, fl. 48). É de notar que, quer João Gonçalves, quer, provavelmente, o seu filho António Sequeira, foram também mestres do vizinho Colégio jesuíta de S. Paulo (ver nota 160).

<sup>55</sup> SOUSA - *Vida...*, p. 205.

<sup>56</sup> João de Leiria surge, naturalmente, dado o seu cargo, associado à obra da Misericórdia a primeira, logo no seu início, em 23 de Fevereiro de 1561, quando o arcebispo deu quarenta mil reis de esmola à confraria para as obras «...da nova casa que se ora faz dos quaes corenta mil reis demos hũ conhecimento asynado por todos ao senhor padre Frei Joaom de Leiria que os entregou a Joaom de Randona tesoureiro dos taes dinheiros...» (ADB, Misericórdia, 396, *Livro das Sepulturas e Termos* (...) 1552-1691, fl. 57v<sup>o</sup>). Em 27 de Julho desse ano, já como governador do bispado, entregou ao tesoureiro mais 20.000 reis (Ibidem, fl. 59). No ano seguinte, em 19 de Agosto de 1562, é na sua presença que se efectua o acordo entre o alcaide-mor de Braga, o provedor da Misericórdia e os testamenteiros de Baltasar Limpo, entre eles o arceidiago de Vermoim e administrador da capela de S. Pedro de Rates Cristóvão Leitão, que vai permitir à confraria receber a avultada doação que lhe fora deixada em testamento pelo arcebispo Baltasar Limpo: «...que se desse a dita confraria da Misericordia pera se fazer hum templo e Igreja em que celeberrassem os devinos officios e se enterrassem os pobres e confrades da confraria (...) pera se acabar de fazer o dito templo que estava começado como ho defunto mandou...» (ADB, Misericórdia, 450, *Livro 7 de Títulos*, 1562, Agosto 19, fl. 10 e ss).

<sup>57</sup> A construção de uma nova casa da Misericórdia foi decidida em 2 de Janeiro de 1558. Em 12 de Março, o arcebispo Baltasar Limpo aprovou a fundação da nova sede da confraria; as obras, contudo, apenas devem ter começado em 1561, sendo já arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, que confirmou a provisão do seu antecessor que permitia aos confrades «levantar altares e celebrarem officios divinos» (CASTRO, Maria de Fátima - *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Obras nas igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções*. Braga: Autor/Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001, vol. I, p. 12 e ss). Ver também RUÃO - *Arquitectura...*, p. 205; Idem - *O «Eupalinos...»*, p. 394 e ss e AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 9. Para Pires de Oliveira, a igreja da Misericórdia, que se poderá atribuir a Manuel Luís, apenas terá sido iniciada em 1562 (OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Braga - Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 119). A igreja foi edificada no local onde se situava a casa de Branca de Azevedo: «O corpo onde esta a casa da Santa Misericordia forão casas de Branca d'Azevedo dona viuva, irmã do conego

com uma análise estilística. Com efeito, o carácter inovador dos portais e da quase totalidade da decoração arquitectónica que lhes está associada surpreende, o que levou Carlos Ruão a colocar a hipótese, rapidamente descartada, de uma intervenção posterior<sup>58</sup>. Em contraste, a restante fábrica revela um carácter mais antiquizante nos arcos ogivais de suporte do coro e nas respectivas mísulas, protorenascentistas<sup>59</sup>; nos alongados janelões laterais; nas mísulas exteriores, que repetem as interiores na fachada principal; nos baldaquinos sobre elas, com cupolins de planta centrada e abóbadas nervuradas góticas, idênticos aos executados para os túmulos reais e a fachada de Santa Cruz. Enfim, todo um mundo da decoração arquitectónica pré-ruanesca, que Castilho e os seus colaboradores desenvolveram no aro coimbrão. Os goticismos, porém, terminam aí. Se as gárgulas zoomórficas da cornija se inspiram nas da antiga Relação<sup>60</sup>, as frestas em *tabula anseata* e o óculo central, os dois pórticos coríntios e a sua parafernália decorativa,

Melchior da Silva Ferras» (ADB, *Misericórdia*, 396, *Livro das Sepulturas e Termos (...)* 1552-1691, fl. 27. Referido por CASTRO - *A Irmandade...*, vol. I, p. 12-13). Nos finais de 1560, já se refere a igreja «que se ora faz» e a venda de materiais provenientes da demolição da habitação de Branca de Azevedo (ADB, *Misericórdia*, 396, *Livro das Sepulturas e Termos (...)* 1552-1691, fl. 56). Em Fevereiro de 1561, Bartolomeu dos Mártires doa 40.000 reis para as obras da «nova casa que se ora faz» (ver nota seguinte) e em 14 de Julho de 1562 fazem-se, pela primeira vez, as contas às despesas anuais «...em pagamento dos pedreiros mestres das obras e em cal ferros das festas e outras despesas...» (Ibidem, fl. 68). Em 27 de Junho de 1563 são vendidos dois casais, para que com o dinheiro deles se pudesse «cobrir a nova igreja» (Ibidem, fl. 72). Nesse mesmo ano, em 11 de Julho, quando de novo são feitas as contas às despesas anuais da obra da igreja, refere-se, mais uma vez, a existência de pelo menos dois «pedreiros mestres da obra» a quem foram pagos 145.000 reis (Ibidem, fl. 73). Alude-se ainda aos gastos - 11.500 reis - com os carpinteiros Martim e João Gonçalves «a custa do madeiramento da igreja» e o pagamento - 4.000 reis - ao ferreiro Fernão Gonçalves «que fez os tirantes» (Ibidem). Com o se anotou em artigo anterior, o ano, seguinte, decorrido entre Agosto de 1563 e Agosto de 1564 será o último em que se referem, nesse livro, as despesas da obra com pedreiros (52.000 reis), carpinteiros (27.000 reis) e serralheiros (53.000 reis) (Ibidem, fl. 79v<sup>o</sup>. Apud AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 9). Carlos Ruão indica também que a primeira referência directa ao arranque da obra data do ano de 1561-62 e que, em 1563-64, ela já estaria, no essencial, concluída, por se referir a despesa de azeita para a «igreja nova» (RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 395). Assinala também as obras de carpintaria da cobertura, dirigidas pelo entalhador e mestre de carpintaria João Gonçalves, morador na porta de Santiago, embora apenas a partir de 1565, ano em que recebeu 40.000 reis pelo contrato da «obra da igreja», empresa que concluiria em 1568 (Ibidem, pp. 395-396).

<sup>58</sup> RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 397.

<sup>59</sup> Abertos no reverso da fachada principal, ladeando a porta e suportando o coro. Um deles poderá ter servido para albergar a sepultura do irmão Sebastião Pereira, que em 1559 doou 14 mil reis para «fazer uma sepultura com um arco na parede detrás da porta principal» (CASTRO - *A Irmandade...*, vol. I, p. 15).

<sup>60</sup> Similares às existentes na ala nascente do paço arquiépiscopal, antiga Relação, que ostenta as armas de D. Manuel de Sousa (1544-1549). Estas, por sua vez, são idênticas às do Paço do Concelho de Vila do Conde, atribuído a Cremona. A mesma filiação é perceptível nas aberturas do piso térreo da Relação bracarense e, sobretudo, no inovador conceito geral, regular e horizontal, da sua fachada, já devedor da *concinnitas* albertiana.

embora adicionada segundo uma *ars combinatoria* pouco respeitadora da *concinnitas* albertiana, devem a uma outra linguagem, também coimbrã, mas posterior<sup>61</sup>: elementos como as esferas proveêm da fachada da igreja da Graça e da capela de S. Miguel dos Paços Reais, ambas de Castilho, enquanto as vieiras são um *leitmotiv* da obra de Ruão e serão por ele utilizadas, com o mesmo elemento central de remate, por exemplo no claustro da Serra do Pilar. Outra referência a Coimbra está nos elementos vegetais, articuladores de toros e plintos, que as colunas coríntias mostram na base; frequentemente utilizados e não apenas por Diogo de Castilho<sup>62</sup>, eles surgirão igualmente no claustro da Serra.

Não será, portanto, descabido avançar com uma hipótese: os pórticos poderão ter sido traçados e executados por um dos mestres referidos na documentação e, talvez, financiados pela avultada doação testamentária do arcebispo Baltasar Limpo que a confraria garantiu desde 1562<sup>63</sup>. Esse mestre poderia ter sido Manuel Luís; se é bem perceptível neles a influência do pioneiro portal que Diogo de Castilho projectou para o colégio dominicano de São Tomás em Coimbra (i.1547), lavrado por João Luís, António Fernandes e Pêro Luís<sup>64</sup>, articulam essa autoridade com os resultados da progressiva romanização da obra de João de Ruão e, se o conceito dos mascarões nas impostas deve a Cesariano, o seu grafismo, bem como o dos relevos dos plintos reproduz gravuras maneiristas

João de Ruão, que como referimos, se encontrava desde 1559 empenhado na igreja de S. Salvador de Bouças e que projectara, entre 1546 e 1549<sup>65</sup>, com o patrocínio de Diogo de Castilho, a igreja da Misericórdia de

<sup>61</sup> RUÃO - *O «Eupalinos...»* vol. II, p. 397.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 626.

<sup>63</sup> Ver nota 56; ainda relativamente a essa doação, a 7 de Outubro de 1563, os testamentários do arcebispo informaram a Misericórdia sobre o modo como tinham cumprido as disposições testamentárias do falecido prelado e nomearam como seu procurador a Aleixo de Corda, fidalgo e irmão da confraria, para arrecadar a fazenda destinada à Misericórdia: «... conforme aos legados e mais conteúdo no testamento e que por ter cumprido ho testamento hos dias passados aplicará ho resto da fazenda que ficara asy de bês como de auções que pertemceram a fazenda do dito Senhor arcebispo ou podese pertemcer a dita confraria da Misericórdia desta cidade pera as obras da casa e ornato divino que se nella ora faz...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 6, 1563, Outubro 7, fl. 112-112v<sup>o</sup>). No mesmo dia os irmãos nomeariam o mesmo Aleixo de Corda para arrecadar a fazenda que lhes fora deixada pelo arcebispo (Ibidem, fl. 115 e ss). Ver também: CASTRO - *A Irmandade...*, vol. I, p. 17.

<sup>64</sup> Carlos Ruão identifica, igualmente, a portada da Misericórdia portuense, que deveria ser muito semelhante à de Braga, com a do Colégio de São Tomás (RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 393). Como dissemos, o portal do colégio seria executado por Pêro Luís, António Fernandes e João Luís, encontrando-se hoje no Museu Machado de Castro (CRAVEIRO - *O Renascimento...*, p. 471).

<sup>65</sup> GARCIA - *João de Ruão...*, pp. 196 - 197. Apud RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 627. A varanda da Misericórdia coimbrã, obra, igualmente, de João de Ruão, também se situava a sul da capela de Santiago,

Coimbra, com a qual o templo bracarense possuía várias afinidades, entre as quais se destacam, interiormente, a arcada tripartida escalonada no outão, separada do espaço da nave por degraus – o que não exclui, liminarmente, a descendência fozeira afirmada por Rafael Moreira<sup>66</sup> - e, no exterior, uma varanda sobre arcos, ou *loggia*, entre a costã sul e a capela de D. Diogo de Sousa, no claustro da Sé, apenas executada em 1568<sup>67</sup>. Uma *loggia*

sobre cuja nave direita, uma capela, e a sacristia do mesmo lado, o normando construiria a igreja da confraria. No contrato assinado entre a Misericórdia e a colegiada de Santiago, em 3 de Junho de 1546, será testemunha o irmão da confraria Diogo de Castilho que, mais tarde, como se disse, será por duas vezes provedor (GONÇALVES, Nogueira - «O escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra», *Estudos de história da arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 171).

<sup>66</sup> Ibidem. Nogueira Gonçalves refere que esses altares estariam cravados em arcos abertos na parede e sugere ainda uma disposição alternativa, com o altar principal na parede fundeira e os outros dois nas laterais; inclina-se, contudo, mais para o primeiro tipo, por ser «o das Misericórdias do baixo Mondego» (Ibidem). Como exemplos, podem-se citar ainda hoje existentes, as igrejas das Misericórdias de Penela, Soure e Tentúgal. Todas elas, contudo, são posteriores à de Braga.

<sup>67</sup> ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 12 A, 1568, Novembro 16, [s/n fl.]. Contrato entre o provedor e irmãos da Misericórdia e os carpinteiros António Martins, Cristóvão Francisco e Martim Gonçalves sobre a «...obra de carpintaria das officinas da dita casa nova da dita Misericórdia...». Mais tarde, o pedreiro Diogo Gonçalves, morador em S. Martinho de Dume, construirá, entre a Misericórdia e o claustro da Sé, uma varanda, ou alpendre sobre arcaria, que, no contrato, se especifica deveria ser idêntica à existente no Colégio de São Paulo: «...para que fizesse toda a obra da pedraria de hũa baranda na crasta da dita casa da Misericórdia que ha de começar des a porta travessa que entra da dita Misericórdia para a dita crasta e ha de jr entestar nas costas da sacristia do senhor arcebispo Dom Diogo de Sousa que Deus tem. A qual baramda ha de levar tres arcos lamçados sobre hum poio de pedraria lavrado d'escoadria de bisel ou quina viva a qual for mais vomtade dele senhor provedor e irmãos. O qual poio sera de altura de dous palmos e meo e todo o vão debaixo da dita varanda sera lavrado d'escadria de fiadas limpa e boa e bem junta a aresta. E as columnas da dita baramda jrão fundadas sobre o dito poio e alicerse que para isso fara da altura e largura segura e necessaria para seguramça da dita obra de bõs rebocoos e as columnas serão como as do seminarjo na altura e groçura que a obra demandar para segurança e a perfeição proprea della com suas vazas he capiteis. E sobre os ditos tres arcos levará a dita obra seu entabolamento e sobre elle sobpectoris e pectoris e sobre hos pectoris levará suas columnas com suas vazas he capiteis as quaes columnas serão em numero aquellas que a obra demandar e sobre ellas levará a dita baranda suas padieiras de pedra com seu entabolamento nas quaes padieiras da dita baramda haverá d'escomtra dentro hum releixo aberto bem feito e seguro para se asentarem ho frechal do madeyramento. A qual obra toda sera conforme a varamda e obra do seminarjo e a hua traça e mostra que se aj apresentou que fica asinada por mim tabalião de meu sinal raso. E no cabo da dita baramda se ha de fazer hum cunhal d'escadria grosso bem feito e bem lavrado e seguro para repuxo da dita obra e seguramça della e sera jupendo (?) na parede da saocristia velha da dita capella da Misericórdia e da parede para fora tera tres palmos he sera d'altura de toda a dita baramda porque ha de ir tomar em cyma o telhado. E asy fara mais ho dito Diogo Gonçalves e alevantara d'alvenaria a parede descontra a casa de João Fernandez Pemintel a que for necessaria ate chegar ao dito telhado e bem asy fara mais e alevantara (fl. 22) a costã da parede da sacristia da dita casa da Misericórdia em tamta altura que venha e tome as agoas das officinas e da dita baramda para que venhõ cair junto a capella de Santa Luzia ou omde melhor parecer. A qual obra toda atras declarada ha de ser de muito boa pedra alva he limpa lavrada d'escadria e as colunas hũas e outras bornidas. E a escadria toda ha de ser chãobada (?) e os vãos d'antre hos arcos ha de ser d'escadria da banda de dentro e de fora alvenaria. E asy mudara a fresta da saocristia da dita Misericórdia e a pora omde for necessaryo. A qual obra elle senhor provedor e Jrmãos diserão que davão ao dito Diogo Gonçalves e elle a acceptou e tomou sobresy e se obrigou por sua pessoa e bens a dar feita acabada

semelhante, com os mesmos três arcos, fora erguida por Cremona na Foz, permitindo a comunicação entre a residência abacial de D. Miguel da Silva e a matriz que lhe ficava junta<sup>68</sup>. Poderemos, portanto, pensar que a igreja da Misericórdia de Braga, excluindo os portais e a sua decoração, possa ter sido concebida ainda durante o arcebispado de Baltasar Limpo (1550-1558), segundo o modelo da sua congénere coimbrã, e que o seu plano se deva ao segundo mestre que as fontes adiantam, alguém pertencente às companhias de oficiais que operavam na órbita de Diogo de Castilho; este já tinha colaborado, com o então ainda provincial dos Carmelitas, no Colégio do Carmo da rua da Sofia<sup>69</sup>.

Também não é impossível que Manuel Luís tenha traçado a igreja e os pórticos; nesse caso, entre os debuxos de ambos o seu percurso terá sofrido uma súbita aceleração, que poderá ser imputada ao reencontro com Ruão

da maneira atras declarada ate dia dos samtos primeiro vimdouro por preço contia de quarenta he cimco mil reis (...).» (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 35, 1579, Junho 23, fl. 21.) Os arcos toscanos dessa varanda existem ainda hoje. Diogo Gonçalves é o fundador de uma importante dinastia de pedreiros, tendo construído em 1585 o acrescento da Alfândega, no exterior da porta do Souto «...fazer a casa da Alfandega e obra della fora da porta do Souto desta cidade onde ora estaa na forma seguinte...» (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 54, 1585, Julho 6, fl. 5 e ss), que, segundo Pires de Oliveira foi, igualmente, projectado por Manuel Luís (OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Braga...*, p. 119). Segundo Carlos Ruão, que refere o contrato da Alfândega, Diogo Gonçalves, casado com Catarina Dias, é pai dos pedreiros António Lourenço, Gregório Lourenço, Belchior Lourenço, Salvador Nunes e Francisco João (RUÃO, Carlos - *A actividade do arquitecto maneirista Gregório Lourenço: uma desconhecida família de mestres de pedraria*, *Museu*, IV Série, nº 6, (1997), p. 54).

<sup>68</sup> OSÓRIO - *A intervenção...*, p. 76.

<sup>69</sup> Deveremos, mais uma vez, salientar o mesmo tipo de espacialidade na igreja da Misericórdia portuense, a que o bispo do Porto Baltasar Limpo (1537-1550) pode não ter sido alheio. Baltasar Limpo que, em 1540, tinha ordenado a construção, na rua da Sofia e em colaboração com o reformador Frei Brás de Barros, do Colégio do Carmo, cujo noviciado, projectado por Diogo Castilho, estaria concluído em 1548 (GONÇALVES, António Nogueira - *Inventário artístico de Portugal-Cidade de Coimbra*. Lisboa: S.N.B.A., 1947, p. 138). Baltasar Limpo esteve em Trento entre Dezembro de 1545 a Junho de 1547 e empreendeu a reforma do espaço medieval da Sé do Porto (AFONSO, José Ferrão - *Entre a continuidade e a reforma. Algumas considerações sobre a Sé do Porto quincentista*, *Mvsev*, IVª Série, nº 15 (2006), p. 81 e ss); essa nova espacialidade foi preconizada, igualmente, para o templo da Misericórdia de Braga, de cuja construção seria, pouco antes de falecer, o grande dinamizador. Em 1558, a 15 de Março, em reunião do provedor e irmãos, tendo em conta o grande número de pessoas que desejavam ser sepultadas na nova igreja e o elevado número de capelas que aí pretendiam fundar, estipulam, entre outras medidas, um conjunto de normas reguladoras construtivas para elas: «...para todas gozarem da sua devoção, as faziam pelas medidas que lhes dessem (...) iguais, todas abobadadas e muito bem ornamentadas e fabricadas de maneira que a obra corresponda com o verdadeiro fabricante e fazedor de todas as coisas que é Cristo nosso Redentor (CASTRO - *A Irmandade...*, vol. I, p. 14-15). A caixa de oração do templo bracarense será ainda melhor definida em 1591: «...para melhor ordem da igreja e ela estar igual, como convem estar e todos os devotos que a ela vão se satisficam, por as campas dela ora estarem muito descompassadas, desiguais e afastadas umas das outras, e umas baixas e outras altas, com o que as pessoas que á dita igreja vêm dão muitas topadas e as mulheres quedas...» (Ibidem, p. 16).

ocorrido por volta de 1559 no Porto. Deveremos também atribuir-lhe o projecto, que não a direcção, da vizinha casa de despacho, muito semelhante, na fachada, à sua congénere da rua das Flores, já operacional em 1550. Aí surgem as mesmas rigorosas aberturas dóricas que Cremona utilizaria na igreja da Foz e no farol de S. Miguel-o-Anjo, Castilho disseminaria pela Graça e Serlio popularizou. O mesmo Diogo Vaz (de Castro) que, na década de setenta estaria à frente do Seminário dirigirá essa obra, apenas concluída em 1571<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> Carlos Ruão refere-se pela primeira vez a Diogo Vaz, afirmando: «... só a partir de 1567-1568, a presença de contínuas obras de pedraria comandadas por D<sup>o</sup> Vaz, «mestre das obras de pedraria» (RUÃO, *Arquitectura...*, p. 205). Mais tarde, na sua tese de doutoramento, alude de novo a Diogo Vaz, atribuindo-lhe a direcção das obras da casa de despacho, posteriores à conclusão da igreja, cargo que ocupava ainda em 1568 e especificando que era morador no «crasto» da freguesia de S. Martinho de Dume (Idem - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 397). Pires de Oliveira adianta que teriam sido os mestres de pedraria Diogo Vaz e de carpintaria João Gonçalves a dirigir a obra da igreja desde o seu início em 1562 (OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Braga - Percursos e memórias de granito e ouro*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 119). As obras da casa de despacho arrancaram em 1567, depois de demolida uma habitação situada no local em que se iria implantar: «Item despemdeo mais com hos pedreiros carpinteiros e servidores que derribaram a casa que foi de Gonçalo da Silva dous mil e setecentos noventa e cinco reis». Logo após, surge o primeiro pagamento a Diogo Vaz de Castro: «Item despemdeo mais que deu a Diogo Vaz de Castro pedreiro de seus jornais e dos servydores e de quoaeremta e sete reboucos com os quateros deles dous mil cemto e trinta e cinco reis». Em 1569, o mesmo Diogo Vaz ainda exerce as funções de mestre da obra da casa de despacho, sendo designado «mestre da obra de escadrya»; no ano seguinte, 1570, idem. Nos finais deste ano aparecem as primeiras referências a despesas com telha e os pedreiros Domingos Fernandes, António Martins e António Gonçalves recebem dois mil reis dos oito mil que lhes eram devidos pela execução do «entabulamento da casa nova»; gasta-se no retelhar da «casa nova» e em beberetes para os carpinteiros e pedreiros; em 1571, Diogo Vaz de Castro ainda recebe, sendo a última vez que o seu nome é referido, relacionado com a obra; paga-se ainda a pedreiros que fizeram a chaminé, retelharam e precintaram o telhado e por «çarar a casa de fora e a casa de cimma de demtro»; um serralheiro é pago pela fechadura que executou para a porta da rua e o pedreiro Gaspar Vaz pelo «estaição (?) debaixo do campanario»; surgem gastos em cunhais das divisões do piso de cima, e em soleiras das janelas e das portas «de cima e de baixo»: o sino, em que se gastaram 11.340 reis, esteve a cargo do sineiro Aguiar e, finalmente, o mesmo Gaspar Vaz recebe pela cruz de pedra colocada no outão da igreja (ADB, Misericórdia, 657, *Despesas 1554 - 1574*, [s/n/f.], anos económicos de 1567-1568; 1568-1569; 1570-1571). Gaspar Vaz, provavelmente parente de Diogo Vaz, tinha um filho que também trabalhou na Misericórdia: «Ao filho de Gaspar Vaz pedreiro de fazer hũa tranqueira na porta principal vinte reis». Este deve ser o João Pires Marramaque que se menciona pela mesma época e pela mesma obra: «Despemdeo mais que deu a João Pirez Marramaque pedreiro de concertar a soleira da porta principal e fazer as tranças das portas cento e oitenta reis» (ADB, Misericórdia, 657, *Despesas 1554 - 1574*, 1565, [s/n/f.]). O assento referente a João Pires é referido em RUÃO - *Arquitectura...*, p. 205). A obra de carpintaria da casa de despacho foi contratada, em 1568, pelo deão da Sé e provedor da Misericórdia Diogo Figueira, aos carpinteiros Martim Gonçalves, do Campo de Santa Ana, António Martins e Cristóvão Francisco, moradores fora da Porta Limpá: «...que elles ditos caprpyntheiros se obrigavão, como de feito obrigarão todos juntamente e cada hũ jnsolydum, a obra de carpintarys das officinas da dita casa nova da dita Misericordya primeiramente as portas de boa madeira de castanho com suas guarnyçoës necessarias com seus pes (...\*) primeyro (...\*) rotos que falt (...\*) sydas em fe (...\*) y estão selha (...\*) de meo fio com hũa esta (...\*) paaõ que deça para a logea com porta d'alçapão e pasamão e mais hũa porta que vay do dito sobrado para o dito pateo da mesma maneyra da dita rua e de castanho. Item

Reafirma-se que não se conhecem provas documentais da presença de Manuel Luís em Braga, para além da dúbia alusão de Fuseiro. Mas as semelhanças estilísticas entre a fachada bracarense e a da antiga da Misericórdia do Porto, que poderá, inclusive, ser posterior a ela, serão suficientes para, com um razoável grau de certeza, lha podermos atribuir. O ambiente coimbrão e ruanesco dos portais, as sugestões da matriz da Foz também apontam nesse sentido; mas a participação do portuense pode ter-se alargado a uma série importante de obras, interiores e exteriores, maioritariamente implementadas por Cristóvão Leão, que foi arcediogo de Vermoim e provedor da confraria e se prolongaria até aos anos oitenta<sup>71</sup>.

mais farão outra porta no topo da escada de pedra que vay para ho coro chã da mesma madeyra. Jtem no sobrado de cyma farão e porão elles ditos carpinteiros mais quatro traves reynaas e quadradas e direytas de castanho ou de carvalho muito bem forradas e lavradas de castanho. E ho dito sobrado de barrotes de castanho direytos e solhado do dito castanho e todo muyto bem preguado e lympo e debruado. Itens mais se obrigam pela dita maneira fazer e por cinco janellas de madeyra de castanho da mesma feyção e goarnição das portas da rua com suas adufas da mesma madeira. Jtem mais duas portas da mesma maneyra hua para entrar na dita casa do pateo de ryba e outra para sayr para a varanda da mesma maneyra das outras. Item mais armarão (...\*) boa madeira (...\*) reyta e forte (...\*) ripa sem nen (...\*) toda de bo (...\*) e com seos temprantes e quadros conforme ao forro do coro do ospital de São Marcos e com seo entavolamento e cordões e todo muito lympo e bem obrado e perfyeto. E correrão mais elles ditos carpinteiros como atras se conntem com o sobrado de cyma ate a parede da Igreja sobre a escada que vay para o coro porão repartymentos feitos de emxameses por tyjollo e baldeames e sera forrado d'esteyra des hos repartymentos ate a parede da igreja. E has portas dos taes repartymentos serão de boa madeira de castanho goarnecidas. E o pateo dante a porta do coro e a porta do sobrado de riba das officinas sera forrado d'engodo de quatro angos (?). E o mais telhado que correr para baixo tambem sera forrado d'engodo e todo de madeira de castanho e bem feito. E toda esta obra se obrigarão elles a fazerem muito bem feita e forte e lympa e de receber com todas as cousas necessarias para a perfeição dellas. E porão toda a pregadura que lhe for necessaria a qual sera a da terra e não de fora, E todo assy compor todos e cada hũ ate por todo ho mes de Maio primeyro vyndouro do anno que (...\*) ta e nove... Cumprindo as condições impostas no contrato, os três carpinteiros receberiam 65.000 reis pela obra (\* - lligível por o documento estar deteriorado). (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 12 A, 1568, Novembro 16, [s/n.fl.].

<sup>71</sup> Em 24 de Junho de 1565, Cristóvão Leão, arcediogo de Vermoim, deu 100.000 reis para a execução do retábulo-mor da igreja (ADB, Misericórdia, 396, *Livro das Sepulturas e Termos (...)* 1552-1691, fl.83). Ainda nesse ano, o tesoureiro já tinha gasto, dessa quantia, 48.000 reis, que entregara ao carpinteiro encarregue da sua execução e são entregues, ao pintor António Jusarte, 44.500 reis «em começo de pago da pintura do dito retabolo» (Ibidem, fl. 84) Em 1576, o mesmo Cristóvão Leão contratou com os entalhadores Lucas Fernandes e Jácome Pires, moradores na rua do Souto, a execução de um retábulo do lado da Epístola (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 27, 1576, Maio 31, fl. 45v<sup>o</sup> e ss. Apud SERRÃO, Vítor - *André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 237). Em 1577, o pintor António Juzarte será contratado para executar as pinturas desse retábulo (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 29, fl. 64 e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 237). Em 1579, Cristóvão Leão e os irmãos contrataram com o pintor Lucas Soares, morador no campo de Santa Ana, a pintura do entablamento entre os dois retábulos (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 36, 1579, Setembro 16, fl. 23 v<sup>o</sup> e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 293). Em 1585, o relojoeiro Fernão Gonçalves, casado com Maria Brava e morador fora da Porta Limpá, contrata a execução do gradeamento frente aos altares: «...estava contratado com Fernão Guomçallvez relojoeyro morador a Porta Limpá desta mesma da banda de fora, que presente estava, de lhe fazer hũas grades de ferro diante os

altares da casa da Santa Misericórdia desta cidade de Bragua as quais avião de ser postas no deradeiro degrao debaixo com seu friso e molladuras conforme a mostra que esta feita de que abaixo se faz menção. As quais grades avião de levar oitenta ballaustres d'alltura cada delles de seis pallmos e meio e riba da barra que se ão de assentar a fora o espaço e compridão que ha de jr em chumbado e embebydo no degrao. Antre os quais oitenta ballaustres os dez delles serão mais groços e hos outros porquanto hão de servyr de estribos e fortes para seguramça e fortaleza das (fl. 119) ditas grades. Os quases dez ballaustres hão de ir sobre a molladura e remates redondos...». O preço da obra, que deveria estar concluída até ao mês de Maio de 1586, foi orçado em 80.000 reis (ADB, *Nota Geral*, 53, 1ª Série, 1585, Setembro 1, fl. 118v<sup>o</sup> e ss). Em 31 de Julho desse ano, Fernão Gonçalves tinha concluído a obra recebendo o último pagamento que lhe era devido (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 59, 1586, Julho 31, fl. 37). Em 28 de Agosto, o pintor Domingos Fernandes seria contratado para pintar «de ornamento romano» e dourar as grades (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 59, 1586, Agosto 2, fl. 43v<sup>o</sup> e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 289). Em 1587, será a vez de o espaço fronteiro à fachada da igreja ser tratado e o provedor Cristóvão Leão contrata o mesmo Fernão Gonçalves para executar um gradeamento: «...de lhe fazer hias grades de ferro no patteo dante a porta principal da casa da Santa Misericórdia nova desta cidade de Braga que esta sobre a fonte do Bemaventurado São Geraldo, as quais avião de ser postas nas bordas do lageamento do dito patteo desconta a rua nova de Sousa e avião de começar da porta e rematte do paçamano da escada de pedraria que sobe da dita rua Nova desconta a Porta Nova para diguo Nova de Sousa para o dito pateo e dahi correndo direito ate o canto e dahi polla mangüa ate o canto homde fenece o dito pateo contra a porta de São Geraldo e capella de Dom Guonçallo de maneyra que as ditas grades tenham todo ho vão e comprimento do dito lageamento asima declarado. Ho qual vão (fl. 79) e comprimento que agora esta em que has ditas grades hão de ser postas são dezoito varas de medir de cinco pallmos a vara pouco mais ou menos. As quais grades hão de ser de ballaustres de ferro da aber diguo de ferro da grosura, altura e feição que são dous ballaustres e peças que hão de servir na mesma obra e grades e com ho mesmo debuxo e feição que tem e do mesmo comprimento os quais ficarão em poder delle senhor arcediago pera mostra que tem de comprimento des a barra que se ha de lançar primeiramente sobre o lastro da pedra e que se hão de encayxar hos ditos ballaustres ate a barra de cima em diguo ballaustres ate a outra barra e peitoril de cima em que se ha de fazer o rematte delle cinco pallmos d'alltura afora ho que se ha de embeber no lastro das pedras e das ditas barras. E allem disso avião de ter os ditos ballaustres mais de comprido hu espigão em que se ha de encaixar hum diamante de ferro com sua armação em riba a modo de maçam de espada aguda e conforme ao dito diamante de ferro que ficou outrosy em poder delle dito senhor arcediago, de maneyra que ho ballaustre e cada hum delles ha de ser de comprydão, ho que ha de aparecer e se ver, de seis palmos esforçados, nos quais entrão ho dito diamante com sua maça e as barras que se hão de lançar nas ditas grades asy a do lastro do chão como a do peitorill de cima avião de ser boas, groças e fortes e bem lavradas, de maneyra que fiquem primas e bem feitas e com sua perfeição que respondão a obra dos dittos ballaustres. E o ditto Fernão Guomçalves avia de meter na ditto obra todos hos ballaustres necessaryos ate encher o dito vão com declaração que de hum ballaustre ao outro não aja mais vão nem largura do que estava debuxado em hü papel de mostra que elle ditto Fernão Gonçalvez fez o qual estava asynado por elle ditto senhor arcediago e o ditto Fernão Gonçalves e por mim tabaliã geral que ficou em poder delle dito senhro arcediago. E de dez em dez ballaustres se pora hü forte que sera conforme a hü dos dous que ficarão em poder delle dito senhor arcediago e no principio e no cabo ficara a obra com cada hü dos ditos fortes e pello meyo de dez em dez ballaustres avera hü (fl. 180v<sup>o</sup>) forte os quais diguo forte conforme as ditas mostras de maneyra que antre hum forte e outro avera dez ballaustres que todos hüs e outros serão conforme as mostras de ferro atras ditas que ficão em poder delle senhor arcediago. E no lastro debaixo de cada hü dos fortes avia de por ho ditto Fernão Gonçalvez hü tubo de ferro ao modo de barra que se ha de embeber na pedra, a qual barra atraz ha de levar hum ferrão de ferro grosso que se ha de chumbar na pedra pera ajudar no lastro a fortalecer a ditto peça de fonte e obra. E no principio das ditas grades da parte da escada que vem para o dito pateo no primeyro pillar de ferro fara hum esporão que vay cayr no peitorill de pedra da ditto escada chumbado e no cabo das ditas grades hü mão forte e boa que honre a dita grade e obra e a fortalleça. As quais grades elle ditto Fernão Gonçalves avia de fazer boas bem feitas bem lavradas e acabadas pondo ho ferro e todo ho mais necessario para ellas de sua

Delas não restou traço na igreja actual: no exterior, desapareceram a fonte de S. Gualdim em que assentava o embasamento do portal principal e o gradeamento que a cercava; no interior, a arcada tripartida escalonada está oculta, embora seja fortemente sugerida pelo retábulo setecentista de Marceliano de Araújo que marca três naves virtuais. A cobertura em caixotões de madeira também não é a original; esta, segundo o modelo da Foz do Douro e associada aos mesmos tirantes de ferro, devera-se ao carpinteiro João Gonçalves<sup>72</sup>.

casas e assentallas as suas custas no dito pateo de modo que a hobra fique segura e forte e sem se aballar e em toda sua perfeição...». Preço da obra 150.000 reis; à custa do provedor ficaria tudo o necessário para as «dittas grades e bara e rabos dos feitos dellas» serem chumbadas, para além de pedreiros para abrir os «encanais» necessários para asua colocação (ADB, *Nota Geral*, 64, 1ª Série, 1587, Outubro 26, fl. 178 v<sup>o</sup> e ss). Logo depois, o arcediago de Vermoim entregará ao cidadão Manuel de Queirós 150.000 reis em dinheiro, para que ele mandasse pintar as grades, logo que elas estivessem prontas e as mandasse assentar no seu lugar; se sobrasse algo desse dinheiro, deveria ser entregue ao provedor e irmãos da Misericórdia para que eles os gastassem em esmolas (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 67, 1588, Maio 13, fl. 114 e ss). Seguiu-se a execução dos órgãos, a cargo do organeiro portuense Salvador Rebelo: «...Estava contratado com ho senhor Sallvador Rabello, organista morador na cidade do Porto, na rua Cham della que presente estava, para lhe aver de fazer hüs orguãos pera a casa da Santa Misericórdia desta cidade que fazia esmolla a ditto casa. Hos quaes orguãos avião de ser do tamanho dos orguãos que estavam na capella de São Geraldo syta na Santa See desta cidade no comprimento e terão a largura necessarya para corresponder aho dito comprimento e avião de ser dos mesmos registos que tem os ditos orguãos e das mesmas vozes. E que tenham (fl. 180v<sup>o</sup>) ho tom dos ditos orguãos e d'avantagem e todos perfeitos e acabados e de muito bom mettall desta (...\*) ligua que lhe nojo faça e com hos folles e asentados na dita casa da Misericórdia no lugar em que aos irmãos della parecer e todo feyto em sua perfeição e que seryão bons e de receber e que não aja neles fallta allgüa. E para elles lhe avya de dar em pagua e pagar elle ditto provedor arcediago Cristóvão Lyão vinte e oito mill reis em dinheiro de contado e allem disso o assento de madeyra em que se hos ditos orguãos hão de assentar e bem assy as artyuas (?) pailles ou portaes e todo ho mais necessaryo para os ditos orguãos avya de per elle ditto Sallvador Rebello e os avya de dar postos e acabados dentro nesta cidade pello modo doredito ate dia de Pascoa de Frolles primeiro vindouro do anno que vem de myll e quynhentos e oitenta e nove anos de modo que no ditto dia de Pascoa de Frolles estarão assentados em seu lugar...» (\*: ilegível) (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 68, 1588, Agosto 17, fl. 180 e ss). Em 25 de Agosto de 1588, o gradeamento exterior do pátio da igreja estava concluído e Fernão Gonçalves dá-se por quite do dinheiro que lhe era devido (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 69, 1588, Agosto 25, fl. 19 e ss). Em 25 de Agosto, Domingos Fernandes obriga-se a pintar esse gradeamento exterior (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 69, 1588, Agosto 25, fl. 20 e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 289). Em 1 de Outubro, a pintura estava concluída (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 69, 1588, Outubro 1, fl. 138 e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 290). Finalmente, para concluir este ciclo de obras, Cristóvão Leão contratou com Francisco Soares, em 17 de Junho de 1590, a pintura da área inferior do coro alto e dos tirantes que tinham sido executados por Fernão Gonçalves (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 72, 1590, Junho 17, fl. 172v<sup>o</sup> e ss. Apud SERRÃO - *André de Padilha...*, p. 293).

<sup>72</sup> A cobertura esteve a cargo do carpinteiro João Gonçalves, que se encarregaria de toda a obra de carpintaria da igreja (ver nota 58). O actual tecto em caixotões, porém, já não é o original, tendo sido apenas contratada em 1656, segundo o modelo do existente no convento do Salvador (OLIVEIRA, Eduardo Pires de Oliveira - *O Edificio do Convento do Salvador - de mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*, Braga, 1994, p. 69). Não deverá, contudo, ser muito diverso do quinhentista, até porque João Gonçalves executou outras obras de carpintaria para a mesma casa beneditina do Campo da Vinha. Em 1594, Simão Gavião, o tesoureiro do arcebispo Agostinho de Castro, «... de comissão do

arcebispo nosso senhor estava contratado com Joaom Gonçalvez carpinteiro morador fora da Porta de Santiago desta cidade que presente estava que elle dito Joaom Gonçalvez lhe forre o tecto do alito da casa que ha de servyr de refeytorio no mosteiro novo que ho arcebispo nosso senhor hora ordena no dito campo para as freiras do mosteiro de Bentoyngo das Donas. Ho qual forro do dito refeytorio elle dito João Gonçalvez avya de forrar ao longo dos barrotes do sobrado que vay por cima do dito refeytorio e bem asy avya de forrar por baixo e pollas ilharguas as traves que estão abaixo dos ditos barrotes e tudo de boa madeira de castanho limpa e bem lavrada seca e do modo he feição que esta forrado a casa do dormytoreo que esta sobre o dito refeytorio. E bem asy lhe avya de fazer mais nas casas do dito mosteyro hũa varanda do tamanho e largura da outra que estava nas ditas casas no pateo dellas com seus ballaustres torneados e outra varanda que hatravesse des a quyna das casas que estão descontra o nacente ate a quina da cazinha que esta no cabo da baranda descontra o poente e tudo da largura da baranda que esta feyta e do modo dela (fl. 179v<sup>o</sup>) com ho emmadeyramento nos alltos todo da feição da outra baramda com suas traves e barrotes e da compridão dos da baranda velha de modo que as ditas duas barandas hão de responder com ha velha que esta feyta e de modo que se am de por ellas toda (?) ao redor com ha dita baranda velha. E as avya de solhar de muito bom tabuado e fazer os peitoris tudo em sua perfeição e bem acabado e avya de por de sua casas todas as traves barrotes he caybros necessaryos e tabuado e pregadura asy para as barandas como o forro do refeytorio sem elle senhor Simão Gavião aver de por de sua parte a conta do dito mosteiro mais que a telha e pillares de pedra que so a dita baranda ha de ter depois que ele a faça lavrada e posta em perfeição. E elle dito João Gonçalvez avya d'escorar a dita baranda ate a dar acabada e tella sobre os arcos a sua custa te se porem os pillares e elle senhor Simão Gavião avya de mandar fazer a parede em que se ha de encostar o emmadeyramento da baranda que se ha de fazer descontra o norte e os buracos homde se hão de meter os barrotes da baramda. Os quais barrotes terão de instância a hũ do outro como os da baranda velha...». João Gonçalves teria que acabar a obra até ao mês de Agosto desse ano, recebendo por ela 38.000 reis (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 90, 1596, Maio 29, fl. 179 e ss). João Gonçalves, carpinteiro, entalhador e imaginário, foi o mais importante artista da madeira no Minho na segunda metade do século XVI. Outros aspectos da sua vida e obra: em 1564, sendo morador fora da Porta de Santiago, é contratado pela Câmara para executar «...hũa gaolla pera se levar ho Santissimo Sacramento dia de Corpo de Deos», segundo debuxo do também entalhador João António «...A qual gaolla sera lavrada por ellos frisos e columnas de romano...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 7, 1564, Março 6 [s/n. fl.]). Em Fevereiro de 1573 «...tomou hu retabollo da igreja de Vianna da capella mor da dita igreja he se obrigara ha fazer lo hasy da madeira como da pintura como se mais largamente quontem em hũa (fl. 117) escritura d'obrigação que hi mostrou em que se hobrigou a fazer ho dito retavollo como foi dito. Ha qual escretura foy feita na dita villa de Vianna cidade per mim aos vimte dias do mes de Fevereiro deste presente ano de mil he quinhentos he setenta he tres anos (...). E que hora estava consertado com Domingos Pinheiro pintor seu vezinho per que pintasse ho dito retavollo como se continha na dita obrigação he sob as penas della e ysto com lhe dar corenta he quatro mil reis pella dita pintura e elle Domingos Pinheiro pintara e forara a dita pintura he dourara ha sua propria custa pello dito preço hate dia de Samiguel de Setembro primeiro que vem deste presente ano de mil he quinhentos e setenta e tres anos, com tal decraracão que elle João Gonçalvez lhe dara a madeira hacabada meado Julho deste dito anno...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 15, 1573, Abril 13, fl. 116v<sup>o</sup> e ss). Em 1576 contrata o casamento do seu filho, o cutileiro António Gonçalves, com Catarina Varela, sobrinha do familiar do arcebispo Pedro de Castro (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 28, 1576, Outubro 22, fl. 153v<sup>o</sup> e ss). Em 1578 contrata a execução de obras de carpintaria na casa do mercador Jerónimo da Costa: «...para lhe fazer certas obras de carpintaria nas casas que faz na rua do Souto, de que tinham feyto dous roles...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 32, 1578, Junho 22, fl. 89v<sup>o</sup> e ss). Em 1579, apelidado de imaginário, vende, com a sua mulher Bárbara de Castro, uma devesa em S. Martinho de Dume (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 35, 1579, Julho 13, fl. 75 e ss). Em 1585 contrata a obra de carpintaria da extensão da Alfândega, no exterior da porta do Souto (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 53, 1585, Agosto 22, fl. 86v<sup>o</sup> e ss). Em 18 de Dezembro desse ano, ele, e o pedreiro Diogo Gonçalves, responsável pela obra de pedraria, dão-se por quites dos pagamentos que lhe eram devidos, respectivamente 40.000 e 50.000 reis (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 55, 1585, Dezembro 18, fl. 30 e ss). Em 1587 é contratado para executar a obra de carpintaria das duas casas, de dentro e fora, do palatário do mosteiro de

O bom desempenho bracarense de Manuel Luís terá justificado, em 1567, a chamada a Ponte de Lima – por Frei Jerónimo Borges, que preencheu um importante papel na direcção das obras do convento dominicano vianense<sup>73</sup> - e não, como afirmou Rafael Moreira, por Julião Romero<sup>74</sup>. Saliente-se, ainda, que é também possível que Manuel Luís trabalhasse, por essa época, no convento dominicano do Porto<sup>75</sup>. Como se disse, o papel de Romero parece, desse modo, estar reduzido unicamente a S. Gonçalo; sendo assim, porém, as razões da chamada de Manuel Luís, podem não se terão ficado apenas a dever à sua prestação em Braga.

#### 4 - «Forte mas pobre»: S. Domingos de Viana

A actuação de Manuel Luís nas Misericórdias de Braga e do Porto e a sua boa relação com os Dominicos portuenses, que poderia mesmo passar pela direcção de obras, teriam sido suficientes para que Jerónimo Borges, vigário de Viana e homem entendido nas questões da edilícia, o aconselhasse, em 1567, para a obra da matriz de Ponte de Lima? A dimensão desta fábrica, que incluiu a construção de uma nova capela-mor com caixotões de pedra e a transformação da antiga igreja medieval num templo de três naves<sup>76</sup>, aponta para uma outra hipótese: é bem possível que Jerónimo Borges tivesse recorrido ao portuense porque ele tinha desempenhado um papel importante na igreja do convento vianês de Santa Cruz, cujos alicerces tinham sido lançados no ano anterior.

Nossa Senhora dos Remédios, no valor de 27.500 reis (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 64, 1587, Setembro 3, fl. 83 e ss). Em 1592, é testemunha no contrato firmado entre o cónego Melchior da Silva Frazão e o carpinteiro Domingos Loureiro, da freguesia de Santa Cristina de Algos, para a execução de um «sepulcro» para a Sé: «...Convem a saber quatro collunas jonycas estruyadas e estrias de machos sobre quatro pedestais com capiteys e vasas e seus frisos perffeytos assy por dentro como por fora e o pee de fora ha de ser cadrado diguo e o de fora ha de ser endegido (?) e o frizo de demtro redomdo que respomda a meja laramja que ha de estar em cyma do ditto frizo e a meza laranja sera por dentro lavrada de seus artesões com seus diamantes redomdos hou ovados...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 76, 1592, Outubro 17, fl. 117v<sup>o</sup> e ss). Dadas as columnas jónicas e a presença dos diamantes e ovados, não temos dúvida em atribuir o desenho do sepulcro a Manuel Luís, que à época se encontrava já em Braga, a trabalhar para o arcebispo Frei Agostinho de Jesus (Cf. AFONSO - *Manuel Luís*, p. 18 e ss.)

<sup>73</sup> SOUSA - *Vida...*, p. 123 : «...Neste edificio entendia o Padre Fr. Jerónimo Borges, e no espiritual entendiam seus companheiros...».

<sup>74</sup> RUÃO - *Arquitectura*, p. 121.

<sup>75</sup> A.D.P., Fundo Monástico, *Convento de S. Domingos*, 4308, *Colecção 1<sup>a</sup>*, 1565, Janeiro 13, fl. 87. Manuel Luís, mestre de pedraria, morador na rua de S. Miguel, é testemunha, no convento dominicano do Porto, do emprazamento de uma casa, situada em Miragaia, à sua cunhada Antónia Vaz.

<sup>76</sup> Cf. SILVA, Maria Efigénia Lima Evangelista da - *A igreja matriz de Ponte de Lima*. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto : ed. do Autor, 1971, pp. 199-200.

Salienta-se, em relação ao templo dominicano de Viana, um evidente ar de família com a Foz do Douro, na espacialidade «ampla e luminosa», na disposição e forma das janelas do clerestório da nave, nos tirantes de ferro que unem as costãs e no plano perspectivo em que se dispõe a capela-mor; mas registre-se, igualmente, que o caminho de Coimbra também alcançou as margens do Lima. Com efeito, a planimetria é com criptocolaterais, como na Graça de Diogo de Castilho, mas em cruz latina; no interior, a alongada altimetria, ainda gótica é, igualmente, devedora da Graça e, por conseguinte, de Santa Cruz<sup>77</sup> e o estilizado jónico das criptocolaterais e do cruzeiro é coimbrão. Na fachada, o eficaz e bem escultórico dispositivo cénico que fez avançar, em relação aos corpos laterais, o ecrã em que se cinzelou o retábulo, foi ensaiado por João de Ruão na igreja de S. Salvador de Bouças<sup>78</sup>; o próprio retábulo é também ruanesco, sendo inspirado no da capela do Tesoureiro do convento de S. Domingos da rua da Sofia, hoje no Museu Machado de Castro e tem, igualmente, fortes ligações com os pórticos de Braga. Os torreões que ladeiam a capela-mor, e que Serlio reproduz, repetem os que Diogo de Castilho distribuiu pelas ilhargas do Paço Real coimbrão e Ruão ensaiara na micro-arquitectura da Porta Especiosa, enquanto os remates esféricos de Serlio, que também surgem em Coimbra e Braga, ultimam a fachada de Viana, cujos distintos panos são articulados por pilastras concluídas por

<sup>77</sup> Varela Gomes adianta que a igreja de Viana seria a terceira em Portugal com nave única e criptocolaterais, depois da Graça de Diogo de Castilho e da igreja jesuíta do Espírito Santo em Évora. (GOMES, Paulo Varela - *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII. A planta centrada*. Porto : FAUP, 2001, p. 123). Antes delas, porém, alude ainda à igreja, de nave única e criptocolaterais, do convento dos cônegos de S. João Evangelista de Vilar de Frades, construída entre 1513 e 1532 com traça de João-Lopes-o-Velho (Ibidem, p. 123). A esse propósito, cita Joaquim Alves Vinhas e a sua tese de mestrado sobre o convento de Vilar; porém, da leitura desta não é claro que a igreja quinhentista dos Loios, que Vinhas atribui, aliás, a João de Castilho, reservando para o mestre «João Lopes, residente na vila de Guimarães» um papel de executor, tivesse nave única e criptocolaterais comunicantes, antes da reconstrução do corpo da igreja que se verificará a partir de 1623. A única referência que o pode fazer supor é a alusão, feita por um cronista conventual seiscentista, a uma livraria que, em 1561, se ergueu adossada ao clerestório do lado norte do templo, sobre as «capelas». Estas, porém, não eram necessariamente criptocolaterais, sendo, muito provavelmente, os retábulos de capelas de missas que se abrigavam na nave lateral do lado do Evangelho. Sendo assim, o templo quinhentista, seria muito provavelmente de três naves cobertas de madeira, o que, aliás, se coaduna melhor com a época (VINHAS, Joaquim Alves - *A igreja e o convento de Vilar de Frades. Das origens da Congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento. 1425-1834*. Dissertação de mestrado em história de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto : Barcelos, 1998, p. 75 e ss.).

<sup>78</sup> Em 14 de Novembro de 1562, Ruão propõe alterações ao projecto inicial da igreja: «E na dita mesa se vyrã cartas de yo de Ruã q faz a obra da Igreja de bouças em q mādava Recado q era necesario fazerse a obra pr huua manra q parecia melhor a entrada da porta principal q he fazer a porta mais fora cõ ho q fiquaua mayor a igreja, e q nõ custava mais, ou pouco mais quãdo ho custase...» (GARCIA - João de Ruão..., p. 97. Apud RUÃO, Carlos - *O «Eupalinos...», vol. II, p. 632*).

capitéis, cuja matriz poderia igualmente ser ruanesca; o óculo central sobre o retábulo, já com *rollwerk*, reproduz o da Misericórdia de Braga.

Descendência coimbrã que nos faz regressar, de novo, à igreja do convento dominicano da rua da Sofia; Frei Luís de Sousa sugere, entre as razões para que a obra não fosse completada, uma mudança no seu plano primitivo<sup>79</sup>; essa alteração poderia ter passado, não apenas pela entrega da cabeceira tripla a João de Ruão em detrimento de Isidoro de Almeida, mas também pela transformação do projecto original de três naves num espaço mais consentâneo com o espírito reformador da época, inspirado na vizinha igreja da Graça, em cruz latina e nave única com criptocolaterais<sup>80</sup>. Acelerou-lhe, porém, a perspectiva, diminuindo a elevação e largura da capela-mor em relação à nave criando, desse modo, um eficaz dispositivo de condicionamento psicológico. Essa descendência e a ligação a Ruão assentariam que nem uma luva a Manuel Luís; contudo, o nome que geralmente se associa ao convento da foz do Lima, não é o seu, mas sim o dos «Lopes»<sup>81</sup>. Carlos Ruão salientou que Viana poderia ser uma obra conjunta dos três irmãos, Mateus, João, e mesmo Gonçalo, embora o protagonismo pudesse recair em João-Lopes-o-Moço, reafirmando uma atribuição que foi primeiro adiantada por Matos Reis<sup>82</sup>. Outros autores, como Ana Goy<sup>83</sup> apontam, sobretudo, para a

<sup>79</sup> Ibidem, pp. 600-601.

<sup>80</sup> Haupt adianta também que a igreja era de nave única (HAUPT, Albrecht - *A arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa : ed. Presença, 1986, pp. 221-222).

<sup>81</sup> Mateus Lopes, nascido c. 1540, é o mais novo dos três filhos de João-Lopes-o-Velho que seguiram a mesma profissão do pai; os outros dois são João Lopes-o-Moço, nascido em 1530 e Gonçalo Lopes, três anos mais novo (Cf. REIS, Matos - Lopes - Uma família de artistas em Portugal e Galiza. *Revista de Guimarães*, 1988, vol. 96, p. 151 e ss).

<sup>82</sup> RUÃO - *Arquitectura...*, pp. 91-92. Admite, no seguimento do que tinha afirmado Matos Reis, que João Lopes-o-Moço possa ter trabalhado aí a tempo inteiro (Cf. REIS, Matos - Lopes... p. 157). Noutro artigo, Ruão adianta o protagonismo que Mateus Lopes pode ter tido na obra (RUÃO, Carlos - «O Mosteiro de São Gonçalo. O microcosmos da arquitectura maneirista no noroeste de Portugal», *Monumentos*, nº 3, (1995), p. 26) para, mais tarde, descartar essa hipótes, dada a então pouca idade de Mateus Lopes, afirmando sobre João Lopes - o - Moço «...com toda a certeza, foi o mestre responsável pela edificação do convento de São Domingos entre 1561 e 1571...» (Idem - *O «Eupalinos...», vol. II, pp. 505-753*).

<sup>83</sup> Ana Goy refere que Mateus Lopes, formado no vale do Lima, terá trabalhado, nos primeiros anos da sua carreira, com a sua família no convento de S. Domingos de Viana: na década de sessenta, como a fábrica tivesse passado por uma difícil situação económica, terá abandonado Viana, deslocando-se em 1567 para Pontevedra. Apesar de ter feito carreira na Galiza, Mateus Lopes deslocar-se-á várias vezes a Portugal; a primeira dessas ausências importantes foi em 1568 e, nessa altura terá traçado a fachada-retábulo de S. Domingos. Goy atribui o projecto da igreja a Romero e, junto a ele, Mateus Lopes teria completado a sua formação iniciada no vale do Lima. O pórtico de S. Domingos seria anterior ao de S. Gonçalo pelo menos uma década. Salienta também as afinidades entre ela e os retábulos coimbrões de Chanterenne e Ruão (GOY DIZ, Ana - La fachada de la Iglesia de San Gonzalo de Amaran y su influencia en la arquitectura Galaico-Portuguesa, *Monumentos*, nº 3 (1995), pp. 17-18).

participação de Mateus Lopes na fachada-retábulo, muito semelhante à que, segundo ela, o mesmo mestre erguerá em S. Gonçalo de Amarante e, depois, na Galiza, na Colegiada de Santiago, em Cangas, Pontevedra (1585) e em S. Marinho Pinario, Santiago de Compostela (1597)<sup>84</sup>.

Não se conhecem provas documentais que confirmem o protagonismo concedido, no convento dominicano, a João-Lopes-o-Moço ou Mateus Lopes; a obra é-lhes associada porque, após a morte do seu pai, eram os mais importantes mestres a operar na zona, o que é há muito referido pela historiografia, e pelas semelhanças estilísticas com outras construções, contemporâneas ou posteriores, que lhes são atribuídas<sup>85</sup>. Voltaremos a falar desta última «razão», quanto à primeira, convirá esclarecer que, até há muito pouco tempo, o nome e obra de Manuel Luís eram quase completamente desconhecidos; como estudos recentes vieram esclarecer, esse desconhecimento não se deveu à sua menor importância. Nesse sentido, se o convento dominicano foi da responsabilidade dos «Lopes» e se estes eram tão valorizados na região, não se compreenderá que Jerónimo Borges, que deve ter desempenhado um importante papel no seu projecto geral, quando necessitou de um construtor em Ponte de Lima não tenha chamado nenhum deles, mas sim Manuel Luís.

Ponte de Lima (1567) que, aliás, apresenta pontos de contacto estreitos com a igreja de Viana, só possíveis por o seu autor estar a par de um projecto cuja execução se iniciara no ano anterior. O clerestório tem as mesmas aberturas horizontais modeladas segundo a *tabula ansata* e a ordem dos capitéis é, também, a jónica nas suas duas versões coimbrãs<sup>86</sup>. Para além disso, a capela-mor profunda é poderosamente luisina, com as mesmas mísulas que encontramos na Misericórdia do Porto a suportar o apainelado

<sup>84</sup> Ver RUÃO - *Arquitectura...*, pp. 105-106.

<sup>85</sup> Matos Reis afirma que, depois de ter concluído a conduta de água para o chafariz do Campo do Forno em Viana, que se justificava, segundo a acta da vereação «porquanto tinha já experiência com o pai de ajudar a fazer em outros chafarizes e assim neste», João Lopes-o-Moço teria ido provavelmente trabalhar de imediato para as obras do convento de S. Domingos, entre outras razões «...atendendo às já comprovadas qualidades de bom artista, à orientação do fundador Bartolomeu dos Mártires de fazer uma obra económica, o que seria mais fácil com artistas da região, e ao facto de membros da mesma família aparecerem depois a trabalhar para os dominicanos» (REIS, Matos - Os Lopes..., p. 157).

<sup>86</sup> Carlos Ruão adianta que a origem do jónico vianês estaria na reforma da Matriz de Viana: «...O modelo da reforma da Matriz de Viana poderá ser considerado o mais antigo, incluído no período renascentista minhoto decorrente da arte de João-Lopes-o-Velho, canonizado na estranha capela em concha aberta na nave lateral do lado da Epístola...». Porém, a capela, de S. Bartolomeu ou Nosso Senhor dos Artistas, data já de 1597 (CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela - *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 55)

granítico. Saliente-se contudo, que Manuel Luís não seria, por razões de contenção financeira da vereação, o executor da traça que desenhou. Daí pode ter resultado a estranha conclusão trapezoidal da abóbada da capela, que supomos ser uma interpretação deficiente da exedra em meia-laranja do projecto original. Exedra que será um tema, retomado por Peruzzi e Bramante da arquitectura clássica<sup>87</sup>, desenvolvido por Cremona nas colaterais da matriz da Foz e na compartimentada morfologia interior do farol de S. Miguel-o-Anjo. Todavia, uma outra obra, até agora desconhecida, que D. Miguel da Silva patrocinou na Foz também a utilizou: uma capela, «obra reall grandiosa», em meia laranja e da invocação de Nossa Senhora, erguida na Cantareira junto ao farol de S. Miguel<sup>88</sup>. Em Ponte de Lima, Manuel Luís poderá ter-se inspirado nesses modelos que, aliás, aplicou também no plano da capela-mor da Misericórdia do Porto<sup>89</sup>.

Se podemos admitir a presença de Manuel Luís em S. Domingos de Viana, baseados, pelo menos, em razões tão fortes como as que ponderaram o seu encargo aos «Lopes», mais uma vez se deve salientar que essa possibilidade revela de um outro argumento: a proximidade da igreja ao ambiente da *sprezzatura* retabular ruanesca. Com efeito, a panóplia de elementos clássicos; coluna, capitéis, entablamentos e frontões da fachada de Viana, não é *imago* de nenhuma componente construtiva. Existe, contudo, uma relação inegável entre o retábulo e o santuário interior. Ela, todavia, é de outra qualidade que não a estrutural e pode-se associar, igualmente, a um conceito enunciado por

<sup>87</sup> Peruzzi utiliza-o, por exemplo, no átrio do *palazzo Massimo*, em Roma, depois de ter reproduzido nos desenhos planimétricos que executou da basílica de Maxêncio e do Panteão (FROMMEL, Christoph Luipold - *Arhitektura...*, respectivamente pp. 171 e 180). Bramante utilizou-a também no *cortile* do Belvedere (Ibidem, pp. 111-112 e 118) e no *ninfeo* de Genazzano (Ibidem, pp. 224-225, ver nota 42).

<sup>88</sup> ADP, *Fundo Monástico*, Mosteiro de Santo Tirso, K/25/14, cx 323, *Tombo da Igreja e Couto de S. João da Foz (c. 1626-c.1649)* [s/n. fl.]. O cronista enumera as obras de D. Miguel da Silva na Foz do Douro, a igreja matriz, o farol, um padrão no meio do rio: «...hã guarita dentro na agoa que he como balisa a modo de padrão...» e, para além delas: «...Fez na Cantareira hã ermida de Nossa Senhora, obra reall grandiosa, de meia laranja, e em hã lanço della para a parte do rio pos hũ letreiro...». A capela pode ser a de invocação de Nossa Senhora da Lapa, reconstruída em 1819, ao gosto neoclássico, substituindo uma anterior, que teria sido fundada em 1340 segundo inscrição da fachada (QUARESMA, Maria Clementina - *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto*. Lisboa: SNBA, 1995, p. 63). É possível que algumas das cornijas actuais tenham sido reaproveitadas do edifício quinhentista, e que as inscrições visíveis reproduzam a que o escriba beneditino salientou, o que seria bem plausível, dado o gosto epigráfico e antiquário de D. Miguel da Silva.

<sup>89</sup> O que seria mais uma razão para atribuir o seu projecto ainda à década de sessenta; razões de carácter financeiro, relacionadas sobretudo com o trabalho de desbaste da encosta, que, vinte anos depois, atrasarão por dois anos o início da obra propriamente dita, terão levado ao seu adiamento. Refira-se, ainda, que a crise verificada na construção da capela-mor, a que já fizemos referência, se deveu, em grande parte, à constatação, por parte da confraria, de que existiam alterações ao projecto inicial que provocariam um encarecimento da obra (ver nota 49).

Vitrúvio, o de *stasio*: aptidão que possuem as formas arquitectónicas para que, quando correctamente escolhidas, pudessem fazerem saltar à vista, simultaneamente, traços, visíveis e invisíveis, definidores de um *character*<sup>90</sup>. Relação fisiognomónica que não será a única, com origem na Antiguidade Clássica, a informar a arquitectura religiosa ao longo da Idade Média e virá a ser reafirmada no período post-conciliar.

De qualquer forma, a execução da fachada será bem mais fruste, na desmaterializada escultura ou na colocação angular dos plintos e impostas, ainda ao modo «moderno» manuelino – mais uma vez teremos que citar a fachada de Santa Cruz - ou do vizinho plateresco galego, do que aquele que encontramos em Braga, o que parece afastar a hipótese de Manuel Luís ser o seu executor. Tibiezas que se coadunam com a deficiente compreensão da tectónica clássica que revela a igreja: na nave, as pilastras que deveriam preencher os intervalos entre as criptolaterais primam pela ausência e são, externamente, substituídas por contrafortes similares aos que Castilho empregou na Graça; no exterior não existe embasamento, enquanto os cunhais rusticados se esgotam antes de alcançar as coberturas, que em certas zonas parecem flutuar, à falta de cornijas, sobre os pés direitos.

Coloca-se, ainda, uma questão: porque não se optou em Viana pela cobertura da nave e da capela-mor por caixotões pétreos, se o conhecimento dessa técnica pode ter sido, exactamente, uma das competências que Frei Jerónimo encontrou em Manuel Luís quando o chamou a Ponte de Lima? Duas ordens de razões poderão explicar essa ausência, sendo a primeira de carácter marcadamente ideológico. Uma cobertura desse tipo poderia significar o «ânimo grandioso» em questões de arquitectura e o ser «sospeito em caso de edifício magnífico» que Bartolomeu dos Mártires censurava, em carta escrita de Trento a Frei Jerónimo Borges, em 1563, a respeito de Frei João de Leiria, que não se coadunava com as suas ideias de uma edilícia «forte mas pobre»<sup>91</sup>. Este partido, que o arcebispo adoptará em Viana, pode explicar a austeridade da capela-mor e da cobertura e a *sprezzatura*, por defeito, dos elementos estruturantes. Mas, igualmente por motivos ideológicos, ele nunca se implementaria na fachada, que se tornara, depois de Trento e Borromeu, numa mandorla não só de *character*, mas também de clareza, contrastando com o tratamento anónimo concedido às restantes paredes exteriores.

A fachada-retábulo, porém, não corresponderá exactamente às

<sup>90</sup> PAYNE, Alina - *The Architecture...*, p. 48.

<sup>91</sup> SOUSA - *Vida...*, p. 205.

ideias de Borromeu sobre o assunto, não condenatórias, segundo Blunt e ao contrário do que sucedia com o seu amigo Bartolomeu dos Mártires, da utilização da Ordem clássica. O arcebispo de Milão especifica mesmo que ela deveria ser empregue *pro fabricae firmitudine*<sup>92</sup>, ou seja, quando era uma afirmação de *consuetudo*. Mas não será essa a única discordância entre os dois prelados. Se, como foi dito, a fachada-retábulo é uma continuidade medieval; igualmente a será a arquitectura «pobre» preconizada pelo Primaz dominicano, identificada com um ascetismo que orientou toda a sua prática religiosa e a sua visão da Reforma católica, dificilmente conciliável com o *cultus exterior* preceituado por Borromeu<sup>93</sup>.

<sup>92</sup> Sobre a estreita ligação entre Bartolomeu dos Mártires e o arcebispo de Milão Carlos Borromeu ver: DIAS, José Sebastião da Silva - *Correntes do pensamento religioso em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, vol. I, pp. 81-82; SOUSA - *Vida...*, pp. 243, 259, 368, 471, 632, 669, 677; CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa, Tip. União Gráfica, 1946, vol. V, pp. 211-217. Paulo Varela Gomes refere que Bartolomeu dos Mártires se opunha à decoração arquitectónica classicista, que denominava por «preceitos gentílicos (...) denunciando assim uma orientação de retorno a igreja primitiva» (GOMES, Paulo Varela - *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII. A planta centralizada*. Porto: FAUP, 2001, p. 387, nota 8). Na carta, várias vezes citada, enviada de Trento em Fevereiro de 1563, Frei Bartolomeu dos Mártires sustenta uma arquitectura que «...em algũa maneira cheire a santa pobreza e em algũa maneira se pareça com os edifícios que desejavam nossos Padres antigos...» (SOUSA - *Vida...*, p. 205); ou seja, põe a tónica na necessidade de uma arquitectura paleocristã que será também preconizada por Carlos Borromeu. Como se adianta na nota seguinte, porém, o conceito de arquitectura paleocristã do arcebispo de Milão era sensivelmente diferente do que o arcebispo bracarense dela fazia. Quanto à utilização das ordens arquitectónicas clássicas, as hipóteses ainda recentemente expressas por alguns autores, de que Borromeu tinha qualquer tipo de inibição em relação a elas não têm, segundo Richard Schofield, qualquer fundamento; o que vem no mesmo sentido da afirmação de Blunt, segundo a qual o arcebispo consentia na utilização das ordens clássicas *pro fabricae firmitudine*. Blunt vê mesmo, nessa afirmação do arcebispo de Milão, que era conhecedor de arquitectura, pois na sua biblioteca encontravam-se, entre outros, o *De re aedificatoria* de Alberti, as *Antiguidades de Roma* de Ligorio, o tratado de Serlio, as *Vite dell' architetti*, e uma edição de Vitruvius, a vontade vitruviana de *consuetudo* e uma negação da *sprezzatura* (BLUNT, Anthony - *La teorie artistiche in Italia dal Rinascimento al Manierismo*. Torino, 1966, p. 124. Apud SCHOFIELD - Richard - *Architettura, dottrina e magnificenza nell'architettura ecclesiastica dell'età di Carlo e Federico Borromeo*. In REPISHTI, Francesco e SCHOFIELD, Richard - *I dibattiti per la facciata del duomo di Milano 1582-1682. Architettura e Contrariforma*. Milano: Electa, 2004, pp. 172 e 174).

<sup>93</sup> Sobre o perfil ideológico de Frei Bartolomeu dos Mártires ver: DIAS - *Correntes...*, vol. I, p. 83. Depois de descartar qualquer aproximação entre ele e humanistas como Erasmo, Silva Dias afirma: «... O nosso Primaz, tal como Savonarola e os renovadores religiosos do século XV, é ainda em tudo isso um representante convicto da Idade Média e da melhor tradição católica. O seu ideal reformador consiste, essencialmente, na austeridade da vida e nas elevações ascético-místicas...». Paulo Varela Gomes considera Santa Cruz de Viana como sendo a primeira igreja «borromica» da história da arquitectura portuguesa «começada no ano em que Bartolomeu dos Mártires conheceu S. Carlos e acabada pouco depois das *Instruções* (GOMES, Paulo Varela - *Arquitectura...*, p. 123). Varela Gomes refere ainda o modo como, em sua opinião, a fachada da igreja se coadunava com os preceitos publicados em 1577 nas *Instruções* (Ibidem, p. 387, nota 8). Quanto ao *cultus exterior*, para a ortodoxia romana, a igreja era o *locus* do culto externo. Desde os anos cinquenta do século XVI que a argumentação católica a respeito disso se tornava extremamente articulada e as *Confirmatione* de Luigi Lippomano, de 1553, baseadas na experiência dos acontecimentos religiosos na Alemanha, oferecem uma

Será lícito supor que, quando Frei Bartolomeu dos Mártires admoestou Frei Jerónimo Borges, para que evitasse em Viana o que ele considerava ser «o engenho e magnanimidade» de Romero em Amarante<sup>94</sup>, tivesse em mente as áreas de serviço do convento, também dominicano, de S. Gonçalo, as únicas que então estavam concluídas. Em Santa Cruz de Viana, porém, as várias oficinas, claustro e dormitórios só seriam iniciadas no mesmo ano, 1563, em que a carta foi escrita. Com efeito, os alicerces da igreja só serão lançados três anos depois, em 1566, na presença de um arcebispo recém-regressado do concílio<sup>95</sup>, cronologia que não terá sido inocente no que respeita à novidade planimétrica do templo e à relação do primaz com Borromeu.

Cremos, por conseguinte, que o arcebispo terá desempenhado, juntamente com Frei Jerónimo de Barros e Frei João de Leiria, em articulação com o provincial reformador Martinho de Ledesma, mentor da fábrica de S. Domingos na rua da Sofia, e um mestre, simultaneamente conhecedor do ambiente da arquitectura coimbrã e da matriz da Foz, um papel determinante no plano do convento. Será interessante referir a esse respeito que o pedreiro António Lopes que, a partir de 1555, trabalhou com Pêro Fernandes no

contestação sistemática das ideias – não apenas luteranas – sobre o tema, referindo em determinado passo: *...mostremo il far de la chiesa in honor di Dio e de santi e li ornarle suntuosamente, essere cosa che grandemente piace a Dio (...)* Chi vuole vedere quanto piaccia a Dio, che la sua casa sia suntuosamente fabricata, e superbamente ornata... (LIPPOMANO, L – *Confirmatione et stabilimento di tutti li dogmi catholici*...Venezia, 1553, c. 178 ss. Apud SCHOFIELD, Richard – *Architettura*..., p. 137). Carlo Borromeu exprime, nos debates e nos seus escritos, o tema da magnificência dos edifícios religiosos; as igrejas, como casas de Deus, deveriam superar os templos antigos em riqueza, devendo a fachada ser a parte mais magnífica da construção. Os escritos de Borromeu em matéria de arquitectura fariam parte *...della battaglia titanica tra cattolici ortodossi e protestanti circa la legittimità del "culto esterno"*, *punto chiave dell'ideologia cattolica da cui dipendono numerosi aspetti delle chiese posttridentine*... (Ibidem, p. 125). Os decretos do Concílio de Trento, datados de 17 de Setembro de 1562, quando Carlo Borromeu era secretário de Pio IV, tinham veementemente sublinhado a necessidade do *cultus externus*. O conceito tinha sido já expresso, de forma cristalina, por Conrad Braun em 1548 e será enunciado de forma definitiva, no que concerne, a arquitectura eclesiástica, nas *Instruktionen* publicadas pelo mesmo Carlos Borromeu em 1577 (Ibidem, pp. 125-126). Borromeu que conservava na sua biblioteca autores como Eusébio, Josefo, Paulino de Nola, Procópio, Prudêncio e Sidónio, que descreviam o esplendor das grandes basílicas paleocristãs (Ibidem, p. 144). Um ponto fundamental era a impressão geral desses textos: as igrejas tinham cores ricamente variadas, luzes brilhantíssimas e proporções espectaculares, mas também eram decoradas a ouro, prata e pedras preciosas, o que será um aspecto matricial no debate, ocorrido na segunda metade de Quinhentos, sobre a imagem e o significado da arquitectura dos primeiros cristãos (Ibidem, p. 148). Carlos Borromeu será um dos principais mentores do *revival* paleocristão, o que está bem patente na *Prefazione* das *Instruktionen*; as igrejas deveriam ser tão esplêndidas quanto possível, como o eram no tempo dos apóstolos (Ibidem, p. 169 e ss).

<sup>94</sup> SOUSA – *Vida*..., pp. 205-206. Ver RUÃO – *Arquitectura*..., p. 85.

<sup>95</sup> Para Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, a austeridade da igreja e a sua planta «jesuítica» teriam sido directamente sugeridas pelo arcebispo, devido à sua estadia em Trento (CALDAS; GOMES – *Viana*..., p. 61).

claustro do Colégio da Graça, deverá ser o mesmo que encontramos, em 1577 e 1592, a operar no convento vianês; passado coimbrão semelhante pode ter João Rodrigues, que aí laborou pelo menos entre 1572 e 1597<sup>96</sup>. Mais uma vez, portanto, deparamos com um ambiente associado à rua da Sofia, o que fortalecerá a conjectura do mestre em questão ter sido Manuel Luís. Todavia, essa suposição, por muito forte que seja, não conseguirá, à falta de comprovativos documentais, descartar a hipótese tradicional de João Lopes-o-Moço que, em 1563-64, segundo Figueiredo Guerra, executará na Colegiada de Viana o pórtico da capela do Santíssimo Sacramento<sup>97</sup>. Este possui uma filiação ruanesaca e coimbrã evidente, para além de alardear uma igualmente notória semelhança com as edículas laterais do primeiro registo da fachada de São Domingos<sup>98</sup>, mas, igualmente com o pórtico da igreja da Misericórdia de Braga... Para além disso, João Lopes deve também, com os seus irmãos, ter conhecido a matriz fozeira<sup>99</sup>; aliás, poderá ter ainda participado na obra da

<sup>96</sup> A 5 de Agosto de 1549, João Luís foi contratado para executar o claustro do colégio dominicano de São Tomás, em Coimbra, desenhado por Diogo de Castilho; em 1555, juntaram-se-lhe os companheiros Pêro Fernandes e António Lopes. Este António Lopes poderá ser o mesmo, natural de Cernache, que trabalhou em Santa Cruz desde pelo menos 1533. Surge depois no Colégio da Graça, sobretudo associado a Jorge Dias e, em 6 de Agosto de 55, contratou, também com João Luís, as obras para a sacristia e igreja da Orveira (CRAVEIRO – *O Renascimento*..., pp. 467-468). Pode tratar-se do mesmo que assina como testemunha, em 1577, uma acta notarial realizado em S. Domingos de Viana (ANTT, Conventos de Viana. Os Pregadores. *Mosteiro de Santa Cruz de Viana do Castelo*, Livro 1, 1577, Novembro 2, fl. 11) e, de novo, em 1592, a 22 de Dezembro (Idem, Livro 11, fl. 37v<sup>o</sup>). Um João Rodrigues trabalhava em 1525 em Santa Cruz; poderá ser o mesmo que, antes, operou nos Jerónimos. Mais tarde, um pedreiro com o mesmo nome surge como testemunha em vários actos notariais efectuados em S. Domingos de Viana: em 4 de Março de 1572, juntamente com os também pedreiros André Martins e Estevão Álvares (ADB, *Convento de Santa Cruz de S. Domingos de Viana do Castelo*, D. 14, fl. 101v<sup>o</sup>); em 2 de Novembro de 1577, juntamente com António Lopes e um terceiro pedreiro chamado António Pires (ANTT, Conventos de Viana. O. Pregadores. *Mosteiro de Santa Cruz de Viana do Castelo*, Livro 1, 1577, Novembro 2, fl. 11); em 13 de Março desse mesmo ano (Idem, fl. 14); em 25 de Maio de 1588, de novo com António Pires (ADB, *Convento de Santa Cruz de S. Domingos de Viana do Castelo*, D. 14, fl. 90v<sup>o</sup>); finalmente, em 23 de Julho de 1597 (Idem, Livro 11, fl. 64v<sup>o</sup>). Se se tratava do mesmo indivíduo que aparece no início do século em Coimbra, teria que ter então uma idade muito avançada.

<sup>97</sup> GUERRA – *Archivo*..., p. 154. Ver ainda RUÃO – *O «Eupalinos»*...vol. II, p. 520. Ruão cita aí uma outra alusão de Figueiredo Guerra à capela, e à sua execução por João Lopes-o-Moço (GUERRA, Figueiredo – *Egrejas e capellas de Viana, Jornal Popular*).

<sup>98</sup> CALDAS; GOMES – *Viana*..., p. 58. Os autores salientam que, dada a semelhança, o seu arquitecto se identificaria com o do convento de S. Domingos.

<sup>99</sup> Sobretudo o mais velho dos «Lopes», João, pode ter, não só conhecido, mas também acompanhado de perto a obra da matriz da Foz, já que os seus pais, João Lopes-o-Velho e Juliana Fernandes, depois de o primeiro ter sido mestre do convento de S. Bento da Avé-Maria, iniciado em 1518, residiram, no Porto, na rua das Tendras próximo da Sé, em habitação que lhes foi emprazada pela Mitra portuense em 1538: «...que as ditas casas ficam obrigadas em vida do dito João Lopez ao correjimento do cano de agoa que hora vem ao chafariz da Se...». O mestre trabalharia para a Sé em numerosas obras, até à sua morte em 1556 (AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP, 2000, p. 89). Sobre a actividade de João Lopes-o-Velho na Sé do Porto ver ainda: BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto. Novos dados documentais rela-*

Serra do Pilar, ao lado de Jerónimo Luís, nas décadas de setenta e oitenta<sup>100</sup>, o que para além de firmar a associação a Ruão, assinalaria ainda uma importante colaboração entre os «Luís» e os «Lopes» que se pode ter repetido em Viana. Contra a hipótese de João Lopes ter estado presente desde o início na fábrica, e em favor de Manuel Luís, conta a sua muito menor experiência em termos de arquitectura religiosa, os contactos prévios deste último com João de Leiria e os Dominicanos, o ambiente coimbrão da obra de Viana, o seu trabalho prévio no Porto e em Braga e, quase contemporâneo, em Ponte de Lima. Paradoxalmente, essa inexperiência coadunar-se-ia também com a possibilidade de ter sido Mateus Lopes, então ainda em início de carreira, a executar a fachada-retábulo concluída em 1576.

A fábrica conventual, contudo, apenas se concluiria bem para além dessa data. Assim, a retirada, no início de 1582, após a resignação da cadeira arquiépiscopal<sup>101</sup>, de Frei Bartolomeu para Santa Cruz de Viana, onde viria a morrer em Julho de 1590<sup>102</sup>, e o acompanhamento próximo das obras, poderão ter acentuado a honestidade ciceroniana do convento. Este será

*tivos à sua igreja.* Porto : Edições Marânus, 1946, pp. 11-12; 14-15 ; AFONSO, José Ferrão – Entre a continuidade e a reforma : algumas considerações sobre a Sé do Porto quincentista, *Museu*, IV Série, nº 15 (2006), p. 98, nota 103 e 100, nota 105; Idem – A igreja e a criação de uma paisagem urbana institucional : a envolvente da Sé do Porto no séc. XVI. *Douro. Estudos & Documentos*, nº 20 (2005), p. 184. Em 1553, caberia a Gonçalo Lopes receber o ordenado devido a seu pai João-Lopes-o-Velho pela sua actividade de manutenção do aqueduto do chafariz da Sé (Ibidem, nota 116). Carlos Ruão salienta que João-Lopes-o-Moço empregaria janelas em *tabula ansata* na torre da matriz de Vila do Conde (RUÃO – *Arquitectura...*, p. 112).

<sup>100</sup> Segundo Matos Reis, João Lopes terá trabalhado, entre Outubro e Dezembro de 1573, na Serra do Pilar. O que se teria ficado a dever aos poucos meios de que dispunha Bartolomeu dos Mártires para levar a cabo a obra do convento de Santa Cruz. Nesse sentido, pretendeu, e não conseguiu, que a Câmara de Viana custeasse parte da fábrica, tendo a contenda sido levada à corte entre 1572 e 1574. A falta de recursos terá levado a uma maior morosidade da obra, podendo mesmo ter parado a construção. Nesse entretanto, João Lopes encarregou-se da obra da torre da matriz de Vila do Conde, em 1573, antes de, nesse mesmo ano, se deslocar para a Serra. Como, entretanto, as obras de S. Domingos teriam recommençado, visto que o arcebispo canalizou recursos para elas, João Lopes poderia ter regressado. No essencial, a obra estaria concluída em 1576 (REIS - Lopes..., pp. 157-158). Em 1577, João Lopes está de novo na Serra do Pilar, a trabalhar nas obras do claustro. Em Julho, Agosto e Setembro dos anos seguinte receberia pagamentos por esse trabalho ; em 1582 regressaria à Serra. Matos Reis atribui-lhe ainda o chafariz do centro do claustro, entre os trabalhos não discriminados que executou em 1577, mas avança também a possibilidade de autoria de Jerónimo Luís (REIS - Lopes..., pp. 158-159). Carlos Ruão, porém, não concorda com a participação de João-Lopes-o-Moço na obra da Serra do Pilar, salientando a liderança de Jerónimo Luís e «o facto de se encontrar documentado em Viana na década de 80 e a sua situação de subalternidade na empreitada do Pilar em perfeita dissonância com a sua idade e experiência». Identifica-o, sim com «João Lopes, pedreiro, morador no julgado de Gaia» que é testemunha, em 1577, de um documento notarial efectuada no Porto (RUÃO, Carlos – *Arquitectura...*, pp. 221 e 223, nota 413).

<sup>101</sup> Ibidem, p. 521 e ss.

<sup>102</sup> RUÃO – *O «Eupalinos...»,* vol. II, p. 600.

determinante para uma boa parte da arquitectura portuguesa do século seguinte, com a sua secundarização da ordem, assimilada, através de um austero débito de expressão e de significado, no sistema de paredes. O que correspondeu a uma progressiva afirmação dos valores pictóricos, que a utilização da cal acentuará, em detrimento dos estruturais; em obras como a de Viana nasce a «traça sem estilo» que informará muita da arquitectura de Seiscentos<sup>103</sup>. Com efeito, apenas em 1584 se contratará a execução do cruzeiro em madeira, pelo mesmo João Gonçalves que, possivelmente, tinha colaborado com Manuel Luís na Misericórdia de Braga<sup>104</sup>. No ano anterior, em 6 de Agosto de 1583, o recém-retirado arcebispo tinha feito ao convento uma avultada doação, entre outras razões porque «...asy a jgreya deste dito mosteyro como muytas oficinas estavam ajnda por acabar...»<sup>105</sup>. Nesse ano, o vigário Frei Luís do Espírito Santo, talvez para remunerar a obra da cobertura do cruzeiro, pediu cem mil reis emprestados em Braga «...para

<sup>103</sup> «...Do século XVI ao século XVII, muito mestres portugueses ou a trabalhar em Portugal, defendiam e praticavam a *traça sem estilo* (no feliz dizer de Fernando Mariás), ou aquilo a que a História da Arte viria a apelar *estilo chão*. O que importava eram os princípios da concepção do edifício. Isto explica (...) a permanência tectónica do gótico em plena Idade Clássica. A formação da mão-de-obra portuguesa e de alguns mestres, no âmbito de um período de surto construtivo gótico manuelino, preferia estes princípios de tradição longa e segura, já testados...» (PEREIRA, Paulo - A 'traça' como único princípio – reflexão acerca da permanência do Gótico na Cultura Arquitectónica dos séculos XVI e XVII, *Estudos de Arte e História – homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa : Veja, 1995, p. 198. Apud RUÃO – *O «Eupalinos...»,* vol. I, p. 14). Para Paulo Varela Gomes e João Vieira Caldas, a carta de Frei Bartolomeu dos Mártires de 1563, será determinante para o que apelidam de «soluções chãs» da arquitectura portuguesa posterior (CALDAS; GOMES – *Viana...*, p. 61).

<sup>104</sup> Em Braga, na rua Nova dos Pelames, em casa do entalhador João Gonçalves e sua mulher Bárbara de Castro, este afirmou: «...elle os dias pasados contratara com hos muito reverendos padre frei Francisco do Espfrito Santo vigario do mosteiro de Santa Cruz da villa de Viana e mais padres e convento do dito mosteiro de Santa Cruz de lhe fazer certa hobra no dito mosteiro como he forrar ho cruzeiro da dita igreja e outras cousas que mais largamente se contem em hua escretura de obriguação e contrato antre elles celebrada que antre elles fezera Joam Casado Jacome tabellião na dita villa aos vinte e tres dias do mes de Abryl do presente ano de myl quinhentos e oitenta e quatro anos. Na qual obriguação elle dito João Gonçalvez se obriguava a fazer toda a dita obra conteuda na dita escretura te o São Miguel de Setembro de mill e quinhentos e oitenta e sinco anos boa e de receber e de muyto boa madeyra e limpa, para o comprimento de que se obrigava a dar fianças boas e abastantes na forma da dita escretura, para o cumprimento de que presentava como presentou elle João Gonçalvez como seus fiadores e principais pagadores de todo ho contehudo na dita escritura e obriguação della a Diogo Gonçalvez seu jrmão delle dito João Gonçalvez morador no assento de Santa Maria de Cequeira e a Pero Anes seu cunhado morador na quinta de Pamplona da freguesia de São Miguel de Cabreiros ambos do termo da villa de Barcellos que presentes estão...». (ADB, *Nota Geral*, 1ª série, 49, 1584, Maio 8, fl. 1 e ss). Como se vê, João Gonçalves é irmão de Diogo Gonçalves, o mestre pedreiro que já foi referido (ver nota 68). Em 6 de Setembro de 1585, o carpinteiro João Gonçalves, que se indica morar em Viana, é testemunha de um acto notarial contratado no convento (ADB, Convento de Santa Cruz de S. Domingos de Viana do Castelo, D 14, fl. 275).

<sup>105</sup> ADB, Convento de Santa Cruz de S. Domingos de Viana do Castelo, D. 14, 1583, Agosto 6, fl. 10vº. Deve ser a esta doação que se refere Lourenço Alves : ALVES, Lourenço – *Arquitectura religiosa do Alto Minho*. Viana do Castelo : [s.n.], 1987, vol I, p. 332.

com elles poder continuar e prosseguir as obras que hora se fazem na dita casa de Santa Cruz...»<sup>106</sup>. A conclusão das capelas da igreja, o segundo piso do convento, a varanda sobre a barra e o chafariz do claustro datam já das primeiras décadas do século XVII<sup>107</sup>; o capítulo estaria terminado entre 1592 e 1595<sup>108</sup>.

Essa será a segunda razão, longe de desprezível, para a arquitectura «forte mas pobre» de Viana: as contínuas dificuldades económicas. Arquitectura «pobre» que será outro argumento contra uma actividade continuada de Manuel Luís em Viana, após a possível colaboração inicial no debuxo da igreja. Com efeito, ele dirigiu, comprovadamente, uma outra obra, S. Gonçalo de Amarante, do arcebispado de Braga e dominicana, em que fortíssimas semelhanças planimétricas e altimétricas com Santa Cruz se aliam a diferenças marcantes nas concepções de *decor* e *sprezzatura*. O que se, por um lado, vem baralhar justificações para a atribuição do convento de Viana aos «Lopes», visto que elas, em boa medida, se baseiam na competência amarantina de Mateus, por outro, paradoxalmente, dão força à hipótese João-Lopes-o-Moço.

Na verdade, porém, os nomes de António Lopes e João Rodrigues são os únicos documentalmente comprovados que, durante um período bastante longo, surgem associados ao convento vianês em Quinhentos. Em favor deles e de Manuel Luís, ou pelo menos, da ascendência dominico/graciana/coimbrã de São Domingos será possível ainda esgrimir um argumento de peso: a janela termal do transpeto sul de Viana, considerada a mais precoce do seu género na arquitectura portuguesa, pode ter um antecedente; se a que existe na sacristia da igreja dos Eremitas de Coimbra datar da campanha castilhiana original, precedeu-a pelo menos duas décadas.

## 5 - S. Gonçalo de Amarante

Dificuldades económicas similares às que assinalamos para S. Domingos de Viana ocorreram no também dominico convento de S. Gonçalo de Amarante; se as obras das oficinas foram iniciadas em 1543, a antiga igreja de

<sup>106</sup> ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 53, 1585, Agosto 21, fl. 184.

<sup>107</sup> GUERRA - *Archivo...*, p. 107.

<sup>108</sup> ANTI, *Conventos de Viana. Os Pregadores. Mosteiro de Santa Cruz de Viana do Castelo*, Livro 11. Em 22 de Dezembro de 1592 as reuniões dos conventuais não se efectuam ainda na casa do capítulo do convento, visto esta não estar operacional (Idem, fl. 37v<sup>o</sup>); em 29 de Agosto de 1595, porém, ela estava já concluída (Idem, fl. 46v<sup>o</sup>).

S. Gonçalo, anterior ao convento, serviu de templo até se iniciar a construção da actual capela-mor, o que pensamos ter apenas ocorrido em 1581<sup>109</sup>. Entretanto, as oficinas, com a excepção dos claustros, estariam operacionais em 1554, data que, como se afirmou, se registou na antesacristia<sup>110</sup>. A igreja nova seria iniciada depois; as obras, porém, seriam muito morosas devido ao ciclópico trabalho de desbaste do maciço rochoso, a poente da antiga ermida, e às posteriores dificuldades na execução dos alicerces. De qualquer forma, o início da sua construção ou, pelo menos, de um maior interesse por ela, pode ter ocorrido após a eleição para a cadeira arquiépiscopal do dominicano Bartolomeu dos Mártires<sup>111</sup>, cuja intercessão, juntamente com a do monarca e do povo de Amarante conseguiria, em 1561, a beatificação de S. Gonçalo; o que justificaria, igualmente, a autorização concedida por D. Sebastião para um peditório destinado às obras<sup>112</sup>. Será lícito pensarmos que, quando do regresso do arcebispo de Trento, em 1564, ou mesmo antes, pudesse ter ocorrido a alteração ao projecto inicial ordenado por D. João III, de um templo de três naves que Frei Luís de Sousa adianta<sup>113</sup> e é também

<sup>109</sup> No primeiro antigo que escrevemos sobre Manuel Luís, em que se focou particularmente a igreja de S. Gonçalo, afirmou-se, baseado nos dados então estudados, que a igreja e capela-mor se teriam iniciado apenas em 1581 (AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 15). Hoje, porém, um estudo mais aprofundado produziu uma conclusão diferente, como explicaremos ao longo dese capítulo.

<sup>110</sup> RUÃO - *Arquitectura...*, p. 73. Refira-se a semelhança de algumas das aberturas dos dormitórios com as da *loggia* de Negrelos, atribuída a Cremona e, no geral, a sua proximidade ao universo das fachadas da Relação de Braga, do Paço de Concelho de Vila do Conde e da residência abacial de D. Miguel da Silva na Foz do Douro, estas duas últimas obras também do Cremonês.

<sup>111</sup> Essa é também a opinião de Ana Goy, que refere ter sido o arcebispo dominicano o responsável pela promoção da nova igreja, que substituiria o santuário medieval (Cf. GOY (Diz), Ana - *A fachada de la Iglesia de San Gonzalo de Amarante y su influencia en la arquitectura Galaico-Portuguesa*, in *Monumentos*, nº 3 (1995), p. 17). Refira-se que a data da sacristia, 1554, pode corresponder ao fim dessa fase; Pêro Fernandes, aliás, surgirá, logo no ano seguinte, em 1555, associado à empreitada do portal de São Tomás em Coimbra.

<sup>112</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3-6, cx. 403, 1586. Maio 28, fl. 329 v<sup>o</sup>. É de realçar que em 1562 é comprada uma casa, situada frente à igreja, para se fazer um terreiro para ela (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/117-3, *Livro do Foral*, fl. 6v<sup>o</sup> e *Ibidem*, K/25/3/7, cx. 404, 1562, Janeiro 18, fl. 278-278 v<sup>o</sup>). O pagamento da casa é efectuado pelo prior do convento, Frei Brás de Besteiros e Frei Julião Romero. Este aparece depois mais uma vez mencionado na documentação conventual (Idem, 1562, Fevereiro 12, fl. 411); talvez não por coincidência, poderá datar dessa época a alteração ao projecto inicial (em artigo anterior, por in experiência na investigação, adiantamos que tal se verificara em 1553, o que aqui corrigimos (cf. AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 15).

<sup>113</sup> Frei Luís de Sousa refere que D. João III ordenou a um arquitecto que fosse ver o local e executasse a planta do novo convento; a igreja então desenhada tinha três naves e grandes dimensões: «...A igreja seria de grande capacidade de comprimento, e largura, e com suas três naves, ficando a capela-mor sobre o rio, para recolher em si a sepultura do santo; e correndo o corpo da igreja contra o monte, e o resto do Mosteiro lançado à parte direita da igreja, com bastante gasalhado para vinte frades ...» (SOUSA, Frei Luís de - *História de S. Domingos*, p. 191).

referido por Rafael Moreira e Carlos Ruão<sup>114</sup>. Alteração que pode ter surgido na sequência de idêntico processo ocorrido em São Domingos de Coimbra; quase em simultâneo, não esqueçamos, pode ter surgido concepção idêntica para a também dominicana igreja de Santa Cruz de Viana.

A nova planimetria substituiria a antiga traça basilical, devida a Romero, por uma igreja criptocolateral de cruz latina com santuário profundo<sup>115</sup>. A capela de Santiago, primeira das laterais do lado do Evangelho, instituída por Francisco Cerqueira junto da porta que, a partir da testada norte do transepto, acedia ao claustro, obra da empreitada anterior de que Pêro Fernandes foi mestre, assinala-se já no ano de 1564: «capella que hora está feita». No documento da fundação revela-se igualmente, a existência, junto dessa porta, da colateral do Santíssimo Sacramento<sup>116</sup>. Em 1564, os fregueses de S. Gonçalo reuniam-se no cruzeiro da igreja<sup>117</sup>; alguns anos depois, em 1569, ocorrem mais duas instituições de capelas. Em artigo anterior, por uma incorrecta interpretação textual, concluiu-se que uma delas, a de Domingos Ferreira, se teria localizado numa nova capela-mor cuja construção se iniciava<sup>118</sup>. Uma análise mais atenta dos documentos, porém, situa-a, juntamente com outra então fundada, no novo cruzeiro: a capela do Senhor Jesus, de Amaro Queirós, será a colateral da capela-mor do lado da epístola «...que se hora faz primeyra do alltar mayor que cay contra ho rio e rua pablyqua desta villa. Convem a saber des o pillar da capella de Domingos Ferreira para dentro todo o vão e pano da dita capella...»<sup>119</sup>; e a da Senhora da Rosa, de Domingos

<sup>114</sup> Já se referiu a ideia de Rafael Moreira sobre essas alterações, que se teriam ficado a dever a Romero, provavelmente por volta de 1553. Para Carlos Ruão, porém, essa data seria muito precoce para a concepção de um templo com as características de S. Gonçalo; para ele, o projecto definitivo seria de Mateus Lopes, datando já do início da década de 80 (RUÃO – *Arquitectura...*, pp. 77-78).

<sup>115</sup> É por essa altura que Romero surge, pela última vez, na documentação do convento (ver nota 113).

<sup>116</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3-7, cx 404, fl. 140, 1546, Maio 6. Referido em CARDOSO, António – *S. Gonçalo de Amarante: formas e persistências do seu culto. Instituição da Ordem Terceira de São Domingos*, separata de *Encontro sobre História Dominicana (2) Santarém (Portugal)* 1982. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1987, p. 5.

<sup>117</sup> ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1564, Outubro 15, fl. 66. O documento, contudo, não especifica se se tratava do cruzeiro da nova igreja ou da antiga ermida.

<sup>118</sup> AFONSO, José Ferrão – *Manuel Luís...*, p. 15; Idem – Manuel Luís, um mestre pedreiro..., p. 11. O autor refere que a capela de Domingos Ferreira, instituída em 1569, implicaria que existisse uma nova capela-mor, pois ela localizou-se na «igreja nova», sendo a «segunda capella da capella mor do dito mosteiro». Carlos Ruão, aliás, retomaria essa ideia (RUÃO, Carlos – São Gonçalo de Amarante e os Lopes: um estaleiro de formação e maturação de uma escola de pedraria. In *Amarante. Congresso Histórico 98. Actas...*, vol. III, p. 98). Ao contrário do que o autor e Carlos Ruão afirmam, porém, a construção da capela-mor não se iniciava, pois a capela em questão, bem como a de Amador de Queirós, se localizavam no braço direito do transepto da nova igreja que arrancava. Sabemos, aliás, que na capela-mor não era permitida a construção de jazigos, para além, naturalmente, do já existente de São Gonçalo.

<sup>119</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/-6, cx 403, 1569, Junho 17, fl.

Ferreira, localizou-se, junto dela, na testada sul do transepto, na «igreja nova (...) segunda capella da capella maior do dito mosteiro»<sup>120</sup>. Refira-se que, quando da instituição da capela de Jesus, os Dominicanos adiantaram que ela se situava muito perto de uma outra, com a mesma designação, que a tinha precedido na primitiva ermida e pertencera aos antepassados de Amador de Queirós: «...sepultura amigua do moimento allevantado na parede da egreja velha da bamda de demtro pegado com o alltar de jhus e omde hora cay pouco mais hou menos a dita capella...»<sup>121</sup>. A construção do cruzeiro, portanto, não implicou a demolição da antiga igreja, que continuava a ser utilizada como santuário<sup>122</sup>.

O corpo do novo templo não deve, durante as décadas de sessenta e setenta, ter avançado muito para além da zona do cruzeiro e as paredes deste pouco devem ter ultrapassado o nível do solo. Com efeito, as prioridades de Bartolomeu dos Mártires, depois da partida para Itália, reorientaram-se; em carta escrita de Trento, no ano de 1562, dirigida ao governador do bispado Frei João de Leiria, admoesta-o acerca da necessidade de «acudirmos às principais obrigações dos pobres e dos estudantes», pelo que a sua atenção se deveria concentrar nas fundações de S. Domingos de Viana e do Colégio jesuíta de S. Paulo<sup>123</sup>. No ano seguinte, em 1563, escreveu a missiva a que aludimos, em que expõe a sua antipatia pelo antigo e grandioso projecto de Romero para S. Gonçalo e pelos gostos pouco austeros, em matéria de arquitectura, de João de Leiria. Como referimos, poderá datar dessa época a reformulação do desenho da igreja, em que este último deve ter desempenhado papal de relevo; depois disso, as despesas com a construção do novo seminário bracarense, iniciado em 1572, terão ainda mais condicionado os recursos aplicados em S. Gonçalo. O convento esteve, então, quase deserto; em 1566 tinha apenas dois religiosos, 12 anos depois, em 1578, três<sup>124</sup>. Não deverá, portanto, ser coincidência que as obras apenas tivessem sido retomadas,

219 e ss; (uma versão da instituição, transcrita posteriormente, encontra-se em Idem, fl. 213. Referido em CARDOSO – *São Gonçalo...*, p. 6. Carlos Ruão transcreveu integralmente o documento referente à fundação desta capela (RUÃO – São Gonçalo..., p. 448).

<sup>120</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/-6, cx 403, 1569, Abril 24, fl. 211 (transcrito em Setecentos em: Idem, fl. 215). Referido em CARDOSO – São Gonçalo..., p. 7.

<sup>121</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/-6, cx 403, 1569, Junho 17, fl. 219. Apud RUÃO – São Gonçalo..., p. 448.

<sup>122</sup> Cf. RUÃO – São Gonçalo..., p. 436.

<sup>123</sup> SOUSA – *Vida...*, p. 179.

<sup>124</sup> Respectivamente: ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/7, cx. 404, 1566 Maio 1, fl. 467 e Idem, K/17/5-54, 1578, Janeiro 14, fl. 138 vº.

de forma significativa, através do patrocínio de Filipe I, pouco antes da resignação de Bartolomeu dos Mártires em 1582; o monarca, tendo visto no popular S. Gonçalo uma oportunidade para se afirmar frente aos novos súbditos, renovara, no ano anterior e por um lustro, a licença concedida por D. Sebastião para um peditório nacional que sustentasse a fábrica<sup>125</sup>. Manuel Luís, que a confiarmos na afirmação de Rafael Moreira, fora o mestre em 1559, retomará então esse cargo que ocupará, provavelmente, até 1585, quando o abandonou definitivamente pela construção da capela-mor da Misericórdia do Porto. Se, em anteriores artigos, se adiantou essa hipótese, ela pode hoje ser documentalmente confirmada: em Fevereiro de 1581, sendo vigário Frei António dos Santos, ele é já mestre das obras do convento<sup>126</sup>. Em consonância com o que atrás foi dito, a actual capela-mor apenas terá sido iniciada nessa campanha de obras<sup>127</sup>. Embora apresente nos cunhais robustas pilastras, o que se percebe dadas as dificuldades geológicas do sítio mas pode revelar, igualmente, a execução de um projecto antigo, no óculo que se abre na sua parede norte, voltada ao rio, mostram-se motivos *rollwerk* que se coadunam melhor com o início da década de 80 e as informações documentais de que dispomos apontam também nesse sentido.

Em Janeiro de 1583 já se refere a «porta travessa da igreja nova»<sup>128</sup>, em Maio de 1586, mais de um ano depois de Manuel Luís ter abandonado a obra<sup>129</sup>, os Dominicanos de S. Gonçalo afirmam que a primitiva ermida

<sup>125</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, Livro 78, fl. 329v<sup>o</sup> - 330. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 73.

<sup>126</sup> *Ibidem*, fl. 190 v<sup>o</sup>, 1581, Fevereiro 28. Manuel Luís, como mestre das obras do convento, é testemunha na instituição de uma importante capela, dedicada a S. Gonçalo pelo antigo bispo de Malaca Dom Frei Jorge de Santa Luzia, que tinha falecido e enviado ao convento a quantia de 1000 cruzados para a fundação. Frei António dos Santos, o grande responsável pelo reatar dos trabalhos em S. Gonçalo, era já vigário no início de 1580 (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/17/5-54, fl. 213, 1580, Janeiro 11). Será ele a ordenar a «Memória da edificação do mosteiro» em 1581, documento essencial, e muito citado, para a compreensão da história da construção do convento; nele se alude ao papel do biscainho Julião Romero, à sua ida a Roma e ao importante papel que António dos Santos desempenhou no reatar dos trabalhos do convento «as quais em seu tempo crecerão tão que por esse respeito calem do da sua virtude» (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/6, cx 403, 1581 Agosto 8, fl. 1 e ss). Note-se ainda, que a presença de Manuel Luís como mestre das obras, no início de 1581, coincide com o primeiro dos três livros de obras, respeitante a esse ano, a que alude Carlos Ruão (RUÃO - *Arquitectura...*, p. 78).

<sup>127</sup> Ver AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 15; RUÃO, Carlos - *Arquitectura...*, p. 78.

<sup>128</sup> ADP, *Fundo Monástico*, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/6, cx 402 (2), 1583, Janeiro 4, fl. 183.

<sup>129</sup> Manuel Luís é chamado ao Porto em Julho de 1584, para erguer a nova capela-mor da Misericórdia portuense. Em 24 de Julho desse ano inicia a obra; porém, no livro de pagamentos das férias, até Janeiro do ano seguinte, a sua ausência está frequentemente anotada (ASCMP, B, Bc<sup>o</sup> 3, 12, fl. 1 e ss). Na verdade, nesse mês indica-se que ainda estava à frente da obra amarantina e até Fevereiro de 1587

estava finalmente «desfeita»<sup>130</sup>, enquanto a igreja nova se construía; por essa razão, uma testemunha esclareceu que os ofícios se efectuavam num templo improvisado, de madeira, onde também se expunha o Santíssimo<sup>131</sup>. Um mês antes afirmava-se que, ao longo do ano decorrido após Manuel Luís ter deixado o estaleiro, se tinha trabalhado intensamente, não apenas na nova capela-mor, mas no corpo da igreja; se a primeira estava prestes a fechar-se, no segundo concluíam-se duas capelas<sup>132</sup>. A fábrica iniciada por Manuel Luís em 1581 deve ter-se centrado, portanto, no mais urgente; destruir a antiga ermida e, no seu lugar, erguer uma novo santuário que poderia, mesmo antes de o corpo da igreja estar concluído, acudir às necessidades mais prementes do culto, mantendo intactos, conforme a vontade expressa de D. João III, a sepultura do santo e, com ela, o retábulo-mor em pedra, ordenado pelo «Piedoso», que apenas seria desmontado em 1610<sup>133</sup>.

fará frequentes deslocações a Amarante (Cf. AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 16). Em Abril de 1586 Mateus Lopes era já o mestre da obra de S. Gonçalo (BASTO, Artur de Magalhães - *Falam Velhos Manuscritos*. Mateus Lopes Mestre das Obras do Bem Aventurado S. Gonçalo, *O Primeiro de Janeiro*, 27/8/43, p. 1 e 3).

<sup>130</sup> «...Por estar a igreja velha do dito santo totalmente desfeita he ha hobra nova estar em termos de se fazer...» (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3-6, cx. 403, 1586, Maio 28, fl. 330. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 73).

<sup>131</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/6, cx 403, fl. 324 v<sup>o</sup>.

<sup>132</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3-6, cx. 403, 1586, Abril 29, fl. 318-318v<sup>o</sup>. Apud BASTO - *Falam velhos manuscritos...*

<sup>133</sup> «No anno de 1610 se acha fazer este convento o retabulo velho de madeira por ser de fundamento da capela mor de pedra (...) No seu principio se acha a dita capela mor ser fundada com seo retabulo do qual ainda servem algũas pesas na fonte do Pouco Sizo e outras por outras partes...» (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/117-3, *Livro do Foral*, fls. 10 e 11). Essas são afirmações de um cronista conventual, que afirma ainda que esse retábulo tinha esculpidas as armas de D. João III e seria substituído por um outro, em madeira, no ano de 1610, de que alguns elementos se podiam encontrar na antesacristia e no antecoro. O retábulo em pedra pode ter resultado de uma visita em consequência da qual, sendo arcebispo de Braga o cardeal D. Henrique, foi ordenada, em 1545, a construção de um retábulo no altar da antiga igreja (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/-6, cx 403, 1545, Fevereiro 8, fl. 25). A «Fonte do Pouco Sizo» referida deve tratar-se da que hoje se encontra a norte do convento, frente ao mercado, e que, na verdade, é resultante de uma amálgama de peças de diversas épocas, entre as quais sobressai um escudo real e outros fragmentos esculptóricos. Alguns destes, como as cabeças de anjo e a cartela central, representando S. Gonçalo, podem ter pertencido ao retábulo. Aliás, enquadrar-se-iam bem no âmbito da escultura de João de Ruão dos finais da década de cinquenta. António Cardoso, em artigo sobre o convento, refere-se a essa fonte, aludindo às semelhanças existentes entre a cartela de S. Gonçalo e as que se encontram no interior da igreja, sobre a arcaria das colaterais: «...São Gonçalo, aqui representado com símiles formais na fonte/tanque da cerca do Convento, certamente da mesma época e da mesma oficina (com soluções desemedidas no décor, a ver com os maneirismos) e que encontramos nas obras de Mateus Lopes, nomeadamente em San Martin Pinario, em Santiago de Compostela...» (CARDOSO, António - O convento de S. Gonçalo de Amarante, utilizações e reutilizações. *Monumentos*, nº 3 (1995), p. 11). Na verdade, a cartela da fonte podia pertencer à mesma série das que guarnecem o clerestório da igreja; porém, a sua origem, que não a execução, deverá estar em João de Ruão - são idênticas, por exemplo, às que o normando empregou no túmulo de João da Silva em S. Marcos (1559)

Continuam, porém, por esclarecer as razões pelas quais Manuel Luís, que deve ter colaborado com João de Leiria na traça da planta criptocolateral, executada cerca de duas décadas antes, terá trocado a obra de Amarante pela da capela-mor da Misericórdia portuense. Poderemos, contudo, especular que a substituição do vigário Frei António dos Santos, a quem possivelmente se deveu a sua contratação, por um novo prior, Frei Manuel de São Domingos<sup>134</sup>, as dúvidas sobre a continuidade do financiamento, originadas pelo aproximar do termo do quinquénio concedido pelo monarca para a recolha de esmolas e o reencontro com antigos patronos terão pesado na sua decisão. Deliberação semelhante, por motivos quase idênticos, tomará mais tarde Mateus Lopes em S. Martinho Pinário<sup>135</sup>. A capela-mor do Porto seria, com efeito, economicamente bem mais atractiva, dada a incerteza dos proventos dominicanos e as constantes interrupções, que o mestre bem conhecia, na obra amarantina<sup>136</sup>; os bons recursos que a doação de D. Lopo concedera à Misericórdia portuense seriam, desse modo, um argumento de peso. Aí poderia, igualmente, concluir um projecto seu, com aproximadamente a mesma idade do de Amarante, mas que transformará, investindo-o de um flamenguismo que originará a sua quase suspensão, dado o excessivo aumento dos custos. Na realidade, o *spätgotik* apenas surge, timidamente, em S. Gonçalo no *strapwerk* das absides das colaterais do transepto, já concluídas em 1586, no óculo referido da capela-mor, nas ruanescas cartelas da nave e nos dois registos inferiores do pórtico da fachada principal. Para além do projecto geral do pórtico, pelo menos a execução do primeiro registo poderá ser atribuído a Manuel Luís, já que em 1586 estava quase concluído, faltando apenas os capitéis e o entablamento<sup>137</sup>.

– e não em Mateus Lopes; este apenas adoptaria um modelo que, mais tarde, aplicaria na Galiza, o que não quer dizer que apenas tivesse contactado com o ambiente da obra de Ruão em Amarante.

<sup>134</sup> Frei Manuel de São Domingos é prior já em 8 de Janeiro de 1585 (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/6, Cx. 403, fl. 1).

<sup>135</sup> GOY DIZ, Ana - La Iglesia. La arquitectura, *Santiago: San Martín Pinario: Monasterio de San Martín Pinario. Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, 1999, p. 218. Depois da morte de Frei António de Comontes, os trabalhos de S. Martinho Pinário praticamente pararam, devido à falta de recursos para a obra. Por essa razão, Mateus Lopes, sem contar com o apoio do abade e tendo cumprido as condições do contrato, abandonou o estaleiro em 1601, mesmo sem ter procedido ao fecho do cruzeiro.

<sup>136</sup> Saliente-se, igualmente, os conflitos entre os Dominicanos e a população, clérigos e Câmara de Amarante e a oposição destes à obra da nova igreja. Em 1583, os frades acusam estes últimos de não terem contribuído para a obra da igreja nova, enquanto os vereadores, povo e clérigos se afirmavam satisfeitos com a antiga ermida que fora destruída (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/15/3/6, cx. 402 (2), 1583, Janeiro 4, fl. 183 e ss).

<sup>137</sup> Conforme a vistoria efectuada, nesse ano, por Gonçalo Lopes (RUÃO - *Arquitectura...*, p. 47).

Com efeito, os sucessores de Manuel Luís em S. Gonçalo, Mateus e Gonçalo Lopes, Pedro Afonso e João Lopes de Amorim, continuarão a executar a sua traça; é mesmo possível que o «crescimento» da obra, que Gonçalo Lopes e os Dominicanos afirmavam ter-se verificado entre 1585 e 1586, se deva à disponibilidade dos materiais que o portuense deixara aparelhados<sup>138</sup>. O que não impediu que lhe introduzissem algumas transformações que, no caso do claustro nobre, que em 1586 «estava fundado para ser de abóboda», permitirão a analogia estilística, inegável, com a crasta beneditina de São João de Poio, em Pontevedra, de Mateus Lopes<sup>139</sup>. A estrutura contrafortada do claustro, o sistema gótico de abobadamento das naves e os dois registos, contudo, devem ao modelo implementado por Diogo de Castilho em Santa Cruz que será, aliás, repetido em Viana.

Os «Lopes» não conseguirão concluir o convento com a facilidade que em 1586 Gonçalo Lopes entrevia no seu relatório. Provavelmente esse optimismo deveu-se ao facto de o mais difícil estar feito: terraplanar a encosta, lançar os alicerces e aparelhar o granito. Bons auspícios que se podem, igualmente, ter ficado a dever à necessidade de, com o intuito de renovação da licença do esmolar para a obra, impressionar favoravelmente o monarca. Com efeito, ela seria concedida, pelo mesmo período, cinco anos, da anterior, que foi concluído em 1591. Porém, nesse ano «...em que vão 48 annos senão achava a igreja acabada nem se achou noticia de que se lhe pos o ultimo remate por faltarem os livros antigos de despesas das obras deste convento, nem a igreja como serve ficou com a sua ultima perfeição, porque sendo ella traçada para fechar toda de abobeda por sima, e hirem as paredes engrossando para sustentar o peso da dita aboboda, ou porque faltarão ou cansarão as consignações reais ou por hirem em demenuição as esmolas que tiravão os memposteiros, não teve o convento outro remédio senão fecha la de madeira...»<sup>140</sup>. Depois disso, em 1595, e talvez com o intuito

<sup>138</sup> Como se verifica por este excerto do depoimento de Gonçalo Lopes: «...O corpo da igreja com sua capela, a qual capela começam agora de ir fechando, a qual se acabará perfeitamente por todo o Agosto, por estar feito o aparelho para isso...» (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3-6, cx. 403, 1586, Julho 5, fls. 329 v<sup>o</sup> - 333 v<sup>o</sup>. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 75). Este método de trabalho será seguido também por Manuel Luís na capela-mor da Misericórdia do Porto (ver nota 49).

<sup>139</sup> GOY DIZ, Ana - *La arquitectura en Galicia en el paso del Renacimiento al Barroco (1600-1650): Santiago y su área de influencia*. Santiago: Xunta de Galicia, 1996, p. 433. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 96. Os Beneditinos contrataram Mateus Lopes em 1580 para dirigir as obras do mosteiro; contudo, não se adianta quando se terá iniciado o claustro, que em 1588, portanto depois de Mateus Lopes estar à frente de S. Gonçalo, não estava ainda concluído.

<sup>140</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/117-3, *Livro do Foral*, fl. 10.

de, definitivamente, concluir a fábrica, Filipe II declarou-se, por provisão, padroeiro do convento<sup>141</sup>. Em 1600, nova provisão real tentará atalhar as recorrentes dificuldades de abastecimento de materiais e homens<sup>142</sup>; em 1611 o arquitecto régio Diogo Marques Lucas deslocou-se a Amarante para traçar um caminho separador entre Dominicanos e Clarissas<sup>143</sup>; a fachada poente e o nartex, porém, apenas se concluirão em 1619<sup>144</sup>, a cúpula e o transepto a partir de 1641<sup>145</sup>.

A fachada «sem estilo» ocidental segue, no avanço em relação à escarpa, o mesmo modelo de S. Salvador de Bouças e Santa Cruz de Viana. Todavia, a tridentina concentração de *character* e clareza no portal lateral obscureceu-a. Ostracismo que contrasta vivamente com a afirmativa festividade da decoração coimbrã que, entre outros, Pêro Fernandes, um dos impulsionador do hipotético plano de Romero<sup>146</sup>, disseminou por

<sup>141</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/17/3-1, fl. 4 vº.

<sup>142</sup> ANTT, Chancelaria de Filipe I, *Privilégios*, Livro 4, 1600, Dezembro 7, fl. 223.

<sup>143</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Gonçalo de Amarante*, K/25/3/7, cx. 404, fl. 289 e ss. Em 1600, a 12 de Novembro, um alvará real confirma o acordo alcançado, em 5 de Outubro de 1599, entre o povo de Amarante, a Câmara e os Dominicanos, para que fosse mudado o caminho existente entre os dois conventos, São Gonçalo e Santa Clara «por devassar ambos os ditos mosteiros». Mais tarde, o monarca ordenou que, visto ter sido informado de que, entre os dois conventos apenas existia uma cerca, se construísse em seu lugar «hũa separação entre os ditos mosteiros com duas cerquas e se fizesse hũ caminho de largura bastante que ficasse entre as cerquas de hũ e outro mosteiro». Para executar essa obra, o rei mandou a Amarante o arquitecto real Diogo Marques Lucas; este desenhou a traça das cercas e do caminho entre elas, que foi aprovada pelo Desembargo do Paço. Dessa traça foi dado conhecimento aos provinciais das duas Ordens, S. Domingos e S. Francisco, e o corregedor da Comarca foi incumbido de se deslocar a Amarante e «...ponha em efeito a obra destes muros conforme a traça que fez o dito Diogo Marquez...» (Idem, 1611, Julho 30, fl. 325 e ss). A fl. 405 do mesmo volume manuscrito encontra-se transcrita a carta, dirigida ao monarca a partir de Lisboa e datada de 1611, Abril 2, em que Marques Lucas apresenta o relatório da sua visita a Amarante e indica as obras a efectuar.

<sup>144</sup> CARDOSO – O convento..., p. 11.

<sup>145</sup> RUÃO – *Arquitectura...*, p. 81.

<sup>146</sup> Para além de Pêro Fernandes que, afirmou-se, trabalhou em S. Gonçalo pelo menos entre 1550 e 1554 e, neste ano, foi mestre da obra, de Manuel Luís e dos «Lopes», registaram-se os seguintes nomes de pedreiros que operaram no convento quinhentista: Pedro Dias (ADP, *Fundo Monástico*, Convento de S. Gonçalo, K/25/3/6/ cx. 403, 1544, Junho 27, fl. 85; Idem, 1549, Junho 13, fl. 95; Idem, 1569, Agosto 30, fl. 182 vº); Duarte Pires (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1549, Dezembro [s/n. fl.]); Francisco de Sevilha (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1550, Outubro 12, fl. 4 vº; Idem, Agosto 1550, Agosto 24, fl. 58); Gonçalo Fernandes (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1553, Março 31, fl. 9 vº); Francisco Afonso (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1553, Dezembro 8, fl. 14 vº); António Martins (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1554, Abril 4, fl. 21); Francisco Afonso (Ibidem); Gonçalo Fernandes (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1554, Julho 25, fl. 25 vº); Duarte Pires (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1555, Janeiro 13, fl. 27 vº); Francisco Álvares (Idem, 1559, Novembro 4, fl. 177 vº); António Dias (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1560, Setembro 5, fl. 41 vº; Idem, 1575, Maio 28, fl. 28 vº); Francisco Ribeiro (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1569, Fevereiro 9, fl. 19 vº; Idem, 1580, Março 26, fl. 36); João Fernandes (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34,

pórticos, fontes, aberturas de claustros e dormitórios, fustes, peanhas e capitéis, em grutescos, cartelas, vasos, volutas, mascarões e balaústres. Provavelmente, uma das últimas realizações dessa primeira campanha de obras, decorrida entre 1543/1554, seria o pórtico, retirado de Sagredo, que a partir do braço sul do transepto da igreja acede ao claustro nobre. No restante corpo do templo, porém, os elementos do *decor* possuem um desenho diferente, com suavidade articulada, coerente e contida que deve à Graça de Castilho mas, sobretudo, à obra de Ruão. Referem-se a um projecto que, como temos vindo a afirmar, encaixaria perfeitamente na década de sessenta; para os compreender, porém, será necessário recuar à matriz da Foz.

Os heterodoxos capitéis jónicos do arco da capela-mor da Foz repetem-se no interior do hexágono, sustentando a cúpula e, no exterior, nas consolas, ou modilhões sobre pilastras do entablamento. A origem desses capitéis poderá estar em S. Pedro do Vaticano e Bramante<sup>147</sup> e Cremona já os tinha utilizado no claustro da Sé de Viseu. Consolas sobre pilastra, idênticas às que se distribuem no entablamento exterior do hexágono da Foz, aparecem, depois de 1565, na capela-mor de Nossa Senhora de Agosto, de Manuel Luís, no Porto. Deixaram, porém, de estar integrados, como na Foz, num sistema de *concinnitas*; pelo contrário, manifestam, na diversidade morfológica e proporcional, a *licenza* de uma *sprezzatura* que deve à escultura de Ruão e suportam o semi-círculo da abóbada da capela-mor que reflecte, igualmente, as micro-arquitecturas coimbrãs do normando. A capela-mor associa-se à castilhiana abóbada da nave, extremamente estilizada, com cinco chaves e terceletes, em que se destacam elementos decorativos como as *tabulae anseatae* e o capitel jónico estriado que João de Ruão utilizou no claustro da Serra<sup>148</sup>. O emprego livre das mísulas, ou modilhões sobre suportes

1569, Setembro 20, fl. 20; Idem, 1584, Maio 27, fl. 54); João Afonso (Idem, 1569, Agosto 30, fl. 182vº); Pedro Afonso (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1583, Janeiro 16, fl. 40); Manuel Fernandes (ADP, *Paroquiais de S. Gonçalo de Amarante*, Bbn. 34, 1585, Janeiro 27, fl. 59).

<sup>147</sup> Cf. FROMMEL – *Architettura...*, p. 107, III. 18.

<sup>148</sup> Ver RUÃO – *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 400. Em artigo anterior referiu-se que a abóbada de Nossa Senhora de Agosto recordava as coberturas dos Jerónimos e da catedral de Braga, ainda outras duas semelhantes existentes em Ourense e devidas ao português Bartolomeu de Rosendo. Aludia-se ainda ao facto de o presumível pai de Manuel Luís, João Fernandes, ter provavelmente trabalhado em Santa Maria de Belém e de o pedreiro João Vaz, nome que surge, igualmente, entre os que trabalharam nos Jerónimos e muito possivelmente era natural de Ourense, ser sogro de Manuel Luís (AFONSO – Manuel Luís, um mestre pedreiro..., p. 9). Na tese de Maria de Lurdes Craveiro indica-se também o nome de um pedreiro, João Vaz que trabalhou em Santa Cruz de Coimbra pelo menos entre 1529 e 1531 (CRAVEIRO – *O Renascimento...*, p. 456). Poderá tratar-se, mais uma vez, do mesmo persona-

interrompidos, associada ao sistema tectónico de pilares, pilastras e colunas, será assiduamente praticada por Manuel Luís. Surge, contemporaneamente a Nossa Senhora de Agosto, em S. Martinho de Penafiel (c.1559 - c.1571)<sup>149</sup> e desenvolve-se na nave de S. Gonçalo, nas criptocolaterais ou na zona do coro; aí, as mísulas, em cuidado alongamento, são intensamente ruanescas. Os mesmos modilhões de Penafiel, sobre colunas interrompidas, reaparecem na galilé de Pombeiro, de Jerónimo Luís<sup>150</sup>.

O sistema tectónico do corpo da igreja de Amarante mostra erros óbvios de execução; as pilastras do cunhal entre o transepto e a nave desaparecem a meia altura, enquanto as aberturas originais do clerestório, substituídas no século XVIII, estavam completamente desfazadas do ritmo dos arcos das capelas laterais. A esses erros, atribuíveis, como em S. Domingos, às dificuldades económicas mas, igualmente à particular *sprezzatura* que resultou do pouco conhecimento dos pedreiros sobre a tectónica vitruviana e ao seu perfeito domínio da técnica construtiva medieval, associa-se um outro com origem no debuxo; como em Viana, os panos murários laterais da nave não fossem articulados por pilastras e, em seu lugar, existem contrafortes exteriores. Todo o sistema edilício se baseia, portanto na parede: «...porque sendo ella traçada para fechar toda de aboboda por sima, e hirem as paredes engrossando para sustentar o peso da dita aboboda...».

Em Amarante, porém, a essas *sprezzatura* que caracterizamos por defeito, alia-se uma outra, aparentemente erudita e de origem italiana. No

gem e, desse modo, firmar-se-ia ainda mais o elo coimbrão de Manuel Luís, pois sabia-se que este era casado com Joana Vaz, filha de um pedreiro chamado João Vaz que, nos anos quarenta do século XVI, trabalhava e vivia no Porto na rua de S. Miguel. Sendo assim, é possível que o matrimónio tivesse decorrido em Coimbra e que, já na década de quarenta, João Vaz viesse residir para o Porto. A ligação coimbrã vem ainda esclarecer a filiação da abóboda de Nossa Senhora de Agosto, segundo um tipo que, embora fosse comum em Espanha, foi importado para Portugal pelos Castilhos, Diogo e João, e cujos últimos desenvolvimentos o primeiro exporá em Coimbra, precisamente na igreja de Santa Cruz.

<sup>149</sup> Templo que resultou da adaptação de uma igreja manuelina anterior, dedicada ao Espírito Santo, cuja capela-mor se conservou, como capela lateral, e teria sido iniciado logo após 1559, ano de um acordo obtido no Porto, entre Gonçalo Correia, sucessor do fundador, o cristão-novo João Correia, e a população local, acerca da construção da igreja. A data de 1570 encontra-se inscrita na fachada retábulo (LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1875, vol. VI, p. 572).

<sup>150</sup> Jerónimo Luís surge como «mestre das obras de Pombeiro» em 1600 (Arquivo Municipal de Guimarães, Documentos Avulsos, nº 18 g. Apud PINHEIRO, Alfredo Dias - *A Misericórdia de Guimarães*. Guimarães: Minerva Vimarenense, 1931, p. 52. Apud RUÃO - *Arquitetura...*, p. 129). Na sua tese de doutoramento, Carlos Ruão coteja as mísulas jónicas da galilé de Pombeiro «...os capitéis desenvolvem um jónico muito próximo ao que podemos observar no Pilar, com um voluta muito fina e uma moldura dupla marcando o arranque do fuste. Neste particular, o mestre transforma-os em mísulas que terminam em concha, interrompendo o lançamento do fuste...», com os que referimos, de Manuel Luís, na capela-mor de Nossa Senhora de Agosto (Idem - *O «Eupalinos...»*, vol. II, pp. 423-424).

arco triunfal da capela-mor de Manuel Luís, a utilização da ordem jónica como factor de monumentalização, sobrepujada por mísulas em que assentam as imagens de S. Pedro e S. Paulo - apropriada, segundo Serlio, por se tratar «daqueles santos masculinos cujas vidas estavam a meio caminho entre o robusto e o delicado»<sup>151</sup> - poderia remeter para a *licenza* desenvolvida por Miguel Ângelo no vestíbulo da *Biblioteca Medicea Laurenziana* em Florença. Ecoa aqui o conhecimento da obra do florentino por João de Ruão; o modilhão sobre o capitel, que surgira no universo das micro-arquiteturas ruanescas, transferiu-se em S. Gonçalo para a macro-escultura do arco triunfal. Essa irudita interpretação, todavia, esbarra numa tradição nortenha: nos finais da década de 40, a mesma colocação surge na colonata do pátio da casa de Despacho da Misericórdia portuense; depois, nos anos 60, repete-se, na mesma situação, mas duplicando as mísulas, sobre os capitéis jónicos que suportam a cobertura tripartida de S. Martinho de Penafiel; contemporaneamente, na capela dos Alfaiates, Manuel Luís assentou um bojudo modilhão, substituindo o capitel, sobre cada uma das pilastras laterais da fachada.

Em S. Gonçalo, como na capela-mor da Foz, o jónico associa-se a um entablamento dórico, mas desta vez interior; no arco cruzeiro amarantino, contudo, os gigantes jónicos emolduram pilastras geminadas da mesma ordem, solução que remete, mais uma vez, para João de Ruão e para o arco triunfal da capela-mor de S. Domingos de Coimbra, de que só resta a coluna adossada do lado da Epístola com o respectivo capitel. Com o seu monumental arco cruzeiro magnificado pela cúpula, a caixa de oração, luz e clareza da igreja amarantina celebra uma nova concepção, triunfalmente pagã e dominadoramente visual da arquitectura religiosa. Conduz, num crescendo marcado pelas criptocolaterais, a extrema legibilidade da nave ao clímax do arco; apolíneo *apotropaion* que, simultaneamente, glorifica e cala o arcaísmo ctónico dos despojos do santo conservados na cripta. Compreende-se, portanto, a reticência que o austero Bartolomeu dos Mártires manifestou por Amarante e o gosto com que o pragmático Filipe I de Portugal epigrafou no arco a conclusão do santuário em 1586.

<sup>151</sup> SERLIO, Sebastiano - *Sebastiano Serlio on Architecture*, vol. I: Books I-V of « Tutte l'opere d'architettura et prospectiva », by Sebastiano Serlio, translated from the Italian with an Introduction and Commentary by Vaughan Hart and Peter Hicks. New Haven & London: Yale University Press, 1996, p. 320. Ver, sobre estas colunas, o importante trabalho de Fausto Martins: MARTINS, Fausto, Sanches - Colunas triunfais da igreja de S. Gonçalo de Amarante. Interpretação simbólica, iconográfica e iconológica. In *Amarante. Congresso Histórico 98. Actas...*, vol. III, p. 323 e ss.

## 6 - A importância das companhias e um regresso à Foz

A capela-mor de Amaranate conclui, intercedida pela tridimensionalidade da Ordem no arco triunfal, a organização apolínea do novo espaço eclesial contra-reformista. Conceito que tem origem na matriz da Foz e não se desenvolveu, de forma tão afirmativa, na obra dos «Lopes», mas repetir-se-á, com maior ou menor intensidade, noutras igrejas do aro do Porto de descendência luisina, como S. Lourenço, São Salvador de Grijó, S. João Novo, Moreira da Maia<sup>152</sup> ou a Misericórdia da rua das Flores. Integrou também as duas exedras colaterais e originárias, não apenas de Alberti, mas também, possivelmente, da pesquisa arqueológica romana empreendida, entre outros, por Baldassare Peruzzi<sup>153</sup>.

No exterior da capela-mor da matriz da Foz, os elementos estruturais significantes, métopas e triglifos, estão bem marcados no entablamento dórico; os triglifos, porém, como Rafael Moreira também salientou, não possuem as seis *guttae* canónicas, mas apenas três, ou seja seguem a interpretação particular de Diego de Sagredo. A mesma interpretação *sagrediana*, depois de surgir nas mísulas de remate das pilastras laterais de Nossa Senhora de Agosto, de Manuel Luís, desenvolve-se no entablamento da fachada-retábulo da igreja de S. Martinho de Penafiel, que ostenta a data de 1570. Fachada que, aliás, tem algum parentesco com S. Domingos de Viana; o jónico do pórtico, porém, com fustes lisos moldurados cuja origem deverá estar no claustro da Serra, é muito similar ao empregue no portal da igreja da Misericórdia de Vila do Conde, cuja construção se iniciou em 1599<sup>154</sup>, e em obras mais tardias, como no claustro de Grijó, no arco triunfal de S. Lourenço e nas portadas da rotunda da Serra do Pilar e da igreja de S. João Novo. Grijó, S. Lourenço, Serra do Pilar e S. João Novo a que podemos associar o nome de Gonçalo Vaz, genro de Manuel Luís<sup>155</sup>. As pilastrinhas jónicas estriadas

<sup>152</sup> Que se deveu a Gregório Lourenço, mestre pedreiro que foi, como vimos, filho do bracarense Diogo Gonçalves (ver nota 68).

<sup>153</sup> FROMMEL - *Architettura...*, p. 129.

<sup>154</sup> FERREIRA, Mons. José Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz. Origens e Monumentos*. Porto: Marques Abreu, 1923, p. 28. A data aí indicada, 1559, não é, porém, a correcta. O contrato da obra da actual igreja data de 1599, sendo contratantes a Misericórdia e os mestres portugueses Gaspar Gonçalves, António Sousa, Pantaleão Brás e Gregório Lourenço (Arquivo de Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos*, 1599, Março 10).

<sup>155</sup> Gonçalo Vaz, genro de Manuel Luís, é mestre de obras do convento de Grijó desde pelo menos 1581 (ADP, Fundo Monástico, *Convento de S. Salvador de Grijó*, 3884, 1581, Abril 15, fl. 227. Apud AFONSO,

do nicho exterior da capela dos Alfaiates e, na abóbada interior, as volutas caneladas dos capitéis da mesma ordem, inspiradas no claustro da Serra, tinham iniciado esta série nortenha de jónico luisino que será, igualmente, adoptado pelos «Lopes».

As caneluras, antecedendo desta vez capitéis dóricos, surgem também nas pilastras do arco cruzeiro da igreja da Misericórdia de Vila do Conde. Este, que abre para uma abóbada de berço, esquadrelada com painéis decorados a brutesco, é ladeado por duas colaterais da mesma ordem. Por conseguinte, o mesmo tipo de cabeceira escalonada tripartida, cuja origem, dissemos, se pode encontrar na Misericórdia de Coimbra e, antes dela, na matriz da Foz. As semelhanças de concepção entre o outão do templo da Misericórdia vilacondense e o do Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus em Braga (c.1563-c.1599)<sup>156</sup> são notáveis, pese embora o facto de em Braga o «modo

José Ferrão - Um património sem tempo. A arquitectura "longa" de Quinhentos no Porto e os exemplos do hospital de D. Lopo de Almeida e do convento de S. João Novo. *Boletim Interactivo da Apha*, 2 (Novembro 2004) <http://www.apha.pt/boletim/boletim2>, p. 11.) Em 1608, assina como testemunha um documento notarial no Colégio de S. Lourenço, indicando-se que habitava junto dos Jesuítas (ADP, *Fundo Notarial*, 1º Cartório, 3ª Série, Livro 128, fl. 148vº a 151. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 244). Poucos anos depois, em 1614, um documento do Colégio indica que, junto da portaria, existia uma casa em que «pousa o mestre das nossas obras», o que presume que ele dirigisse então a fábrica (ADP, *Fundo Monástico, Colégio de S. Lourenço*, 1905, fl. 2vº. Apud AFONSO - *Um património...*, p. 12). Carlos Ruão admite, igualmente, essa possibilidade (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 381). Em 1617, Gonçalo Vaz desempenha idêntica função no convento de S. João Novo (BASTO - *Apontamentos...*, p. 537), devendo, portanto, ser-lhe atribuído o magnífico chafariz das Virtudes (AFONSO, José Ferrão - A janela e a "Ideia", notas sobre a arquitectura longa de Quinhentos no Porto», *Boletim Interactivo da Apha*, 4 (Dez. 2006), <http://www.apha.pt/boletim/boletim4/artigos/JFerraoAfonso.pdf>, p. 5). Relativamente à igreja circular da Serra do Pilar, Ruão refere: «...Este é um projecto de um arquitecto maneirista a trabalhar no círculo português no dealbar do século XVII. De Gonçalo Vaz a Valentim Carvalho, o seu nome pode, a qualquer altura, ser revelado pelos arquivos...». (RUÃO - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 387) Saliente-se, de facto as semelhanças entre os pórticos dos dois templos e a inspiração, nas aberturas do claustro da Serra, que Gonçalo Vaz foi buscar para os vãos do registo inferior da fachada de S. João Novo. Análise que vem, assim corrigir a afirmação, feita em artigo anterior, de que a igreja original dos Eremitas pudesse ter uma galilé e a actual se devesse a um projecto posterior (AFONSO, José Ferrão - *Um património...*, p. 13). Sobre Gonçalo Vaz, ver ainda RUÃO - *Arquitectura...*, p. 241 e ss.; Idem - *O «Eupalinos...*, vol. II, p. 440 e ss).

<sup>156</sup> O Colégio de S. Paulo, fundado por D. Diogo de Sousa, seria entregue por Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1560, aos Jesuítas. Em 1563 refere-se um arquitecto da Ordem enviado a Braga para traçar as suas linhas mestras. A obra da igreja, porém, apenas se terá iniciado em 1566. No ano seguinte, o visitante ordenou alterações ao projecto inicial, sendo chamado outro arquitecto da Ordem, o irmão Silvestre Jorge, que permaneceria em Braga entre Junho de 1567 e Fevereiro de 1568, para riscar um novo projecto. As obras da igreja, contudo, seriam interrompidas em 1568, em detrimento da construção dos dormitórios, para serem retomadas apenas em 1579; nesse ano, porém, o desenho do templo será de novo alterado, passando a integrar um cruzeiro. Em 1588, o Santíssimo Sacramento é trasladado para nova igreja, que em 1590 seria completamente desentulhada (cf. MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal 1542-1759*. Porto: FLUP, 1989, p. 491 e ss.; RUÃO - *Arquitectura...*, p. 175 e ss).

de ver» da Companhia ter preferido, à austeridade geométrica do *scaenae frons* de Vila do Conde, uma parangona sensorial. Apesar disso, não existe em Braga a audaz e tridimensional concepção escultórica de Manuel Luís, embora seja nítida a ascendência fozeira no jónico dos capitéis de ângulo, rematando os fustes estriados de pilastras (chãs no intradorso, ao modo de Ruão), que se articulam com um entablamento dórico em que surgem as mesmas três *guttae* de Sagredo presentes na Foz; a semelhança completa-se na presença das duas exedras laterais<sup>157</sup>. No santuário, contudo, o modelo é outro: a abóbada, esquadrelada e flamenguista, é similar às das cabeceiras de S. Domingos de Coimbra.

Na igreja de S. Paulo de Braga existem também os tirantes de ferro, que, mais uma vez, foram executados pelo relojoeiro Fernão Gonçalves<sup>158</sup>.

<sup>157</sup> Rafael Moreira salientou, igualmente, a ascendência fozeira do arco cruzeiro de S. Paulo (ver nota 8).

<sup>158</sup> Manuel da Costa, reitor do Colégio, contratou-se em 1587 com o relojoeiro Fernão Gonçalves, morador em Braga, «fora da Porta Limpá»: «...de lhe fazer sete tirantes de ferro para a igreja nova que se hora faz do dito Colegio e bem assy catorze pendoraes do mesmo ferro para (?) ao alto os ditos tirantes. Hos quais tirantes havião de ser o vão deles de sesenta pallmos de comprido e allem diso todo o mais que for necessario para chegarem de parte a parte e se emmecharem nas paredes de cada parte (fl. 95) nos frechais e bonecos dellas, tudo na ordem que der Pero Fernandez carpinteiro morador nesta cidade e pella medida que elle ordenou. E os pendoraes avião de ser de quinze pallmos de comprido pouco mais ou menos e pella medyda e ordem que o dito carpinteiro der e avião de ser oitavados e os ditos tirantes cadeados e peralltados conforme aos moldes que estavam feitos que hũ delles era de ferro e o outro de pao. E bem assy os ditos pendoraes avião de ser conforme outrosy aos moldes diguo outrossy ao molde de ferro que estava feito da groidão dele e avião de ser oitavados como dito he sem embargo do dito molde ser redondo. Os quais tirantes avião de ser bem batydos e lavrados, chãos, dereitos e da dita groidão sem falha e desempenados e sem noo algũ e tambem soldados todos e cada hũ delles e cada peça de per sy. E terão cada hũ delles dous buracos muyto bem feytos que se farão distantes tanto hũ como do outro para se emmecharem os ditos pendoraes por elles e nos pees dos ditos pendoraes cada hũ delles tera sua pinha hou rosa de ferro com sua maçanetta tudo muito bem feito e acabado e serão da grandura necessaria e conforme a tall obra e a escolha de ser rosa ou pinha ficara nelle ditto padre reitor ser o que mais quiser. E no allto dos ditos pendurais cada hũ delles tera seu ferro para levar sua chaveta forte rija e muyto boa como a obra requer. E os ditos tirantes terão cada hũ delles de cada parte nas pontas dous braços com que finjão os ditos frechaes e bonequos onde se hão de emmechar com seus ferros e chaveta que ha de passar de hũ braço ao outro e tambem a ordem do dito Pero Fernandez carpinteiro. E hos ditos buracos dos ditos tirantes avião digo tirantes e braços delles avião de ser muyto bem feitos e fortes e sem falta algũa e seguros de modo que a juizo de dous officiaes sem suspeita que o dito padre reitor escolher ou nesta terra ou fora della toda a dita obra e cada parte dellas e suas peças serão vistas e examynadas se são de receber e estão conforme a dita obra requer e segura bem feita e acabada e que não aja nella falta algũa per honde a dita obra não fique segura e se possa aruinar. A qual obra elle ditto Fernão Gonçalves avia de dar feita e (fl. 95vº) acabada e toda em perfeição e pella maneira atraz dita toda bem obrada com atraz fica ditto ate por todo ho mes d'Agosto primeyro vindouro do presente ano de myll e quynhentos e oitenta e sete anos. E polla dita obra lhe avião de dar por cada arratel della lavrado vinte e tres reis e a conta do ditto preço lhe avião de dar cem quintais de ferro dentro nesta cidade posto em casa delle ditto Fernão Gonçalves assy como for fazendo a obra na qual avião de entrar quatro quintais de ferro vergualhão e o mais de pasta. E por cada quintal avia elle Fernão Gonçalves de descontar de preço da dita obra tres cruzados por quintal e elle padre reitor avia de mandar buscar a sua custa a casa delle Fernão Gonçalves ha dita obra. Porem, se não couberem pellas ruas e fenderem ou

Mas, enquanto as paredes se esgotam, em Vila do Conde, no aperfeiçoamento da caixa lisa, na igreja jesuíta de Braga metamorfoseiam-se para configurar um cofre de oração. Os muros laterais perfuraram-se por arcaria, que experimentalmente multiplicou os quatro confessionários de cada lado, ordenados em 1567 pelo visitador padre Torres<sup>159</sup> - duplicando os pares que se abrem em cada parede de São Martinho de Penafiel - numa tentativa de criar um modelo de criptocolaterais. Assim, existem nove arcos em cada costã (na do lado do Epístola, cinco retábulos e quatro confessionários; na do Evangelho, três confessionários, uma porta travessa e cinco retábulos). O movimento dos arcos interrompe-se num curioso falso transepto marcado por dois retábulos de maiores dimensões que alcançam a cobertura de madeira, sistema que seria semelhante ao da primeira igreja da Serra do Pilar<sup>160</sup>. Ao contrário de S. Domingos de Viana e S. Gonçalo de Amarante, porém, as pilastras dórico-tosacanas, separadoras dos nichos laterais, marcaram presença em S. Paulo; elas, porém, esgotam-se numa moldura que, sobre a arcaria, corre ao longo da parede.

A execução da capela-mor dos Jesuítas de Braga deveu-se, muito provavelmente, a António Sequeira, que terá sucedido nesse cargo ao seu pai António Gonçalves<sup>161</sup>. Ele foi talvez o mais importante mestre pedreiro

quebrarem ou receberem algum defeito ao trazer da tall obra sera a conta delle ditto Fernão Gonçalves que tornara toda a concertar e trazer a sua custa ate o ditto colegio...» (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 63, 1587, Junho 26, fl. 94vº e ss). Em Novembro desse ano, no Colégio de S. Paulo, tendo concluído a obra, o relojoeiro dá-se por quite ao reitor do pagamento que lhe era devido. Feitas as contas, os tirantes ficaram por 285.666 reis. Como testemunhas, assinam o carpinteiro Pêro Fernandes e o pedreiro Diogo Jorge (Idem, nº 65, 1587, Novembro 7, fl. 15vº).

<sup>159</sup> MARTINS - *A arquitectura...*, p. 502.

<sup>160</sup> GONÇALVES, A. Nogueira - O Claustro do mosteiro da serra do Pilar. *Estudos de história de arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 109. Em 1579, afirma-se que um cruzeiro com 30 palmos tinha sido, devido às parcas dimensões do templo, ordenado pelo visitador padre Manuel de Sousa. Depois da construção desse cruzeiro, a igreja ficaria «muito boa e capaz» (MARTINS - *A arquitectura...*, p. 522).

<sup>161</sup> António Sequeira, ou de Sequeira, era filho do mestre pedreiro António Gonçalves. Este, morador na freguesia de Sequeira, termo de Barcelos, assina como testemunha, juntamente com Afonso André, morador na freguesia de S. Martinho de Dume, no Colégio de S. Paulo, indicando-se que eram ambos pedreiros, em Janeiro de 1572 (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 14, 1572, Janeiro 4, fol. 73 vº). Em Maio desse ano, António Gonçalves estava à frente das obras do Colégio: «mestre das obras deste Collegio»; por essa altura, António Sequeira já deveria trabalhar aí, pois assinam ambos como testemunhas num contrato notarial efectuado no Colégio; ambos referem como morada a mesma freguesia de Sequeira, termo de Barcelos (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 14, 1572, Maio 19, fl. 18 vº). Afonso André assina de novo como testemunha no Colegio em 1573 (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 15, 1573, Abril 28, fl. 159). No ano seguinte, o mesmo Afonso André surge, no seminário do Campo da Vinha, a vender uma propriedade ao seu cunhado Jorge Gonçalves, também pedreiro e igualmente morador em S. Martinho de Dume (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 22, 1574, Setembro 25, fl. 112vº e ss). Em 1576, António Sequeira, «mestre das obras», casa com Catarina Dias, filha do almocreve Diogo Pires (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 28, 1576,

de Braga no século XVI; em parceria com Diogo Vaz, que, como vimos, trabalhou na Misericórdia, seria o responsável por obras tão importantes como o Seminário de São Pedro do Campo da Vinha; a essa dupla deveu-se também a reconstrução da ponte do Prado, sobre o Cávado<sup>162</sup>. Não fora a

Outubro 14, fl. 132v<sup>o</sup> e ss). Esse cargo de «mestre das obras» deve referir-se ao Colégio de S. Paulo. Em 1579, António Sequeira é nomeado como fiador pelos pedreiros Pêro Anes, do couto de Vimieiro, e do seu irmão Domingos Anes, morador em Braga, que contratam a excução de uma fonte na cerca do convento de Nossa Senhora dos Remédios, em Braga. Essa fonte pode ter sido traçada por Gonçalo Lopes, pois adianta-se, no contrato, que «...tudo sera a vista de Gonçalo Lopes...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 36, 1579, Outubro 13, fl. 62-62 v<sup>o</sup>). No mesmo ano, a 30 de Outubro, António Sequeira, morador na Praça do Peixe, nomeia, com sua mulher Catarina Dias, vários procuradores, entre os quais o irmão desta última e seu cunhado, António Dias (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 36, 1579, Outubro 30, fl. 81). Em Dezembro de 1579, as obras do Colégio prosseguiram a bom ritmo, pois: «...Na abobeda da Samta See», compareceram perante o tabelião «os cidadãos e povo desta cidade de Braga», que nomeiam procuradores para que pudessem requerer sua justiça «...acerqua do fechar da porta de Santiago desta mesma que ho Colégio da Companhia de Jesus desta mesma ora quer tomar e tapar e sobre a dita causa he todas suas dependências...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 36, 1579, Dezembro 19, fl. 170). Em 1582, como se referiu, António Sequeira surge como mestre das obras do seminário de S. Pedro, cargo que partilhava com Diogo Vaz, indicando-se que seu pai António Gonçalves tinha já falecido e que tinham contratado, em 26 de Maio de 1579, a execução de um lanço desse edifício que estaria, inicialmente a cargo do mesmo Jorge Gonçalves (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 43, 1582, Março 5, fl. 11 e ss). Depreende-se, portanto, que António Sequeira e Diogo Vaz sucederam no cargo por morte de António Gonçalves, no ano de 1579. Será exactamente nesse ano que reconheçam, como informa Sanches Martins, as obras da igreja do Colégio de S. Paulo e se deu uma alteração importante na traça, não só do templo, mas também do refeitório (MARTINS – *A arquitectura...*, pp. 570-579).

<sup>162</sup> Em 1586, na freguesia de Maximinos, no casal de S. Pedro em que morava António Martins, António Sequeira, morador em Braga e Diogo Vaz, morador na freguesia de Santa Maria de Sequeira, termo de Barcelos, mestres da ponte do Prado, disseram que «...tomarão certa obra da dita ponte de Prado por arrematação da mão do senhor provedor da comarca da correição de Viana da Foz de Lima por preço e contia de oytocentos e corenta mill reis como mais larguamente constava da escretura e mais papeis que disse ha. Por vertude do que fizeram muyta parte da obra da dita ponte conteuda no dito contrato de que receberam (fl. 15v<sup>o</sup>) seiscentos e corenta mill reis pouco mais ou menos para elles e seus companheyros como constava do livro de recebimento que disso ha, de que he escrivão Antonio Nogueira, escrivão das sydas da villa de Guimarães. E porquamto estava ajnda parte da dita obra da dita ponte para acabar conforme ao contrato e elle dito Diogo Vaz não estava em tempo pera ajudar d' acabar a dita obra como hera obrigado, depois de feitas contas antre ambos do dinheiro que se recebera como do restante obra que estava por fazer acharão que do que estava recebydo elle dito Dioguo Vaz se dava diguo Vaz estava paguo e entregue e satesfeito da parte e quinhão que lhe cabya asy do dito dinheiro recebydo como outro que ho dito Antonio Cequeira tinha mais posto a sua conta e de sua casa e fazenda. E por asy ser disse elle ditto Dioguo Vaz que elle se consertara com ho dito Antonio Cequeira que querendo tomar a sua conta a obra que estava por fazer na dita ponte conforme ao contrato e a fazer a conta do dinheiro que estava para receber e dando a elle ditto Dioguo Vaz vinte e sete mill reis por quallquer parte quinhão direito e aução que tenha e possa ter no dinheiro que esta por receber do tall contrato da obra que esta por fazer na forma do ditto contrato e lhe cederia todas as suas auções que tinha e podia ter na parte e quinhão que lhe cabya da tal obra e entereçe de dinheiro della que esta para receber e per asy ser e se contentar com hos ditos vynte e sete myll reis que elle ditto Antonio de Cequeira lhe avya de dar na maneira seguinte. Convem a saber seis mill reis que elle Diogo Vaz confessou ja ter em sj recebydos desta conta da mão do dyto Antonio de Cerqueira e com vynte e hũ mill reis que lhe avya de dar ate para todo ho mes d'agosto primeyro vindouro deste presenta ano de myll e quinhentos e oytenta e seis anos. E por ays ser disse elle ditto Dioguo Vaz que cedia e trespassava como de feito cedeo e trespassou nele ditto Antonio Cequeira toda e quallquer aução que tinha e possa ter na dita obra sobreditta da dita pon-

profunda capela-mor, que resultou de uma alteração ao plano original<sup>163</sup>, a experimentalista *plain box* da igreja de S. Paulo seria a mais «jesuíta» e sulista das igrejas da Companhia no Norte; excepção que se alarga ao ambiente italiano da fachada, similar, é certo, à de S. Roque<sup>164</sup>, mas alargando o ar de família a S. Sebastião de Rimini, de Alberti que, com elas, partilha da mesma semanticidade oculta na geometria<sup>165</sup>.

É altamente provável que Manuel Luís, na sua qualidade de mestre das obras do arcebispo Agostinho de Castro, tenha, com objectivos semelhantes, implementado o mesmo modelo de arco triunfal nas colaterais românicas da Sé de Braga. Embora a reforma de três delas esteja documentada para o início do século XVIII, indica-se na documentação coeva que essa remodelação

te e que elle dito Antonio Cequeira a acabe soo e arrecade e aja todo ho dinheiro que se deve do resto do dito contrato para cumprir com ha dita obra e arrecadar e se entreguar do dinheiro que mais tem posto de sua casa ...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 59, 1586, Julho 17, fl. 15 e ss). Mais tarde, António Sequeira, «mestre das obras da ponte do Prado», morador em Braga, afirmou que, por o lageamento da ponte não estar ainda concluído, se tinha contratado com o pedreiro Gaspar Vaz, morador no assento de Santo André de Guondicarle (?), termo de Braga, para que ele lhe lajeasse dezanove braças na ponte do Prado «...de bom llagemanto ygual e aprumo conforme a dita obra da dita ponte e asy e da maneira que estiver o melhor llagemanto della de maneyra que seja de receber e levará em conta redomdo na forma do mais llagemanto da dita ponte e melhor. Convem a saber cinco braças no meio da dita ponte que estão sem pedra nenhũa e o mais que estiver pera fazer no cabo do pee da ponte que esta desconta a vylla de Prado. Ho qual Gaspar Vaz ha de fazer ho tall llagemanto ate por todo ho mes d'Outubro primeyro vindouro do presenta ano de myll e quinhentos e oytenta e seis annos pondo todo de sua casas asy pedra ate os carretos como todo ho mais e lhe ha de dar por cada braça myll reis. Convem a saber pollos que ouver de fazer nos lugares que não forem no llagemanto que se ouver de fazer no cado da dita diguo fazer no meio da ponte homde não tem nenhũa pedra porque estas que serão cinco braças pouco mais ou menos e lhe ha de pagar a mill e dozentos e cincoenta reis e todas mais a myll reis como dito he...» (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 59, 1586, Agosto 20, fl. 76v<sup>o</sup> e ss). Em 1587, na Praça do Peixe, em casa de António Dias, António Sequeira, mestre das obras da ponte do Prado, morador na mesma Praça, afirmou ter nomeado o mesmo António Dias, seu cunhado, para que em seu nome pudesse arrecadar «...todo o dinheiro que lhe for devydo nas partes destes reynos por respeito da finta que se fez para obras da dita ponte de Prado...». António Dias e António Sequeira declararam que o primeiro tinha já entregue todo esse dinheiro ao segundo. Por essa razão, este dá-o por quite dessa quantia (ADB, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 61, 1587, Março 5, fl. 163 e ss). Mais dois documentos do notarial bracarense se referem à cobrança dos dinheiros da finta da ponte por António Dias, procurador dos mestres da obra Diogo Vaz e António Sequeira e da sua entrega a este (ADP, *Nota Geral*, 1<sup>a</sup> Série, 63, 1587, Julho 23, fl. 170v<sup>o</sup> e ss e Idem, Julho 24, fl. 175 e ss). Neste último, refere-se que o contrato de procuração com António Dias tinha sido estabelecido em 12 de Agosto de 1585, pelo que será essa, pouco mais ou menos, a data de início das obras.

<sup>163</sup> Seria o visador padre Torres que, em 1567, ordenou, entre outras disposições, que a igreja deveria ter capela-mor (MARTINS – *A arquitectura...*, p. 502).

<sup>164</sup> Silvestre Jorge, o arquitecto jesuíta cuja vinda a Braga foi ordenada, em 1567, pelo visador padre Torres em 1567, dirigirá a fábrica da casa professa de S. Roque, em Lisboa, entre 1562 e 1565 (MARTINS – *A arquitectura...*, p. 502). A fachada, porém, é de Terzi.

<sup>165</sup> Não será este o único contacto entre o florentino e a arquitectura quincentista nortenha. Já se salientou que Rafael Moreira encontrara um carácter albertiano da Matriz da Foz. Adiante-se que a utilização das cordas que abraçam a capela-mor podem ter paralelo com idêntico cordame que envolve o embasamento do templo Malatestiano de S. Francisco em Rimini.

deveria seguir o modelo da ábside do Santíssimo Sacramento, a primeira do lado da Epístola e, segundo J. Ferreira de Almeida, esta deveu-se a Agostinho de Castro<sup>166</sup>. Em 1596, no desempenho do seu cargo de mestre das obras do arcebispo, Manue Luís projectou para uma delas, a de S. Martinho de Dume, um gradeamento cuja execução esteve a cargo de Fernão Gonçalves. No documento indica-se que indicando-se que o arcebispo «... hora de novo manda reformar...» a capela<sup>167</sup>. O mestre-de-obras do arcebispado não se

<sup>166</sup> Manuel Joaquim Moreira da Rocha, no seu estudo sobre o mestre pedreiro e arquitecto Manuel Fernandes da Silva, refere que este reformou, durante o arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles, duas das capelas, a da Santíssima Trindade e a de S. Martinho, ficando uma terceira, a de S. Pedro de Rates, a cargo dos pedreiros Miguel Fernandes e Filipe Vicente. A primeira, de S. Martinho, reformada em 1707, deveria, segundo o contrato, ficar idêntica à do Santíssimo. Joaquim Manuel da Rocha sugere que esta deveria ter igualmente resultado da campanha de obras do Arcebispo Moura Teles, mas a verdade é que não encontrou nenhuma referência documental a essa obra (ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga 1693/1751*. Porto : Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão - 4, 1996, p. 77 e ss). J. Augusto Ferreira, pelo contrário, indica que a capela do Santíssimo Sacramento (primeira colateral do lado da Epístola) foi ordenada por Agostinho de Castro (1587-1609) (FERREIRA, J. Augusto - *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*. Braga, 1932, tomo III, pp. 103 a 105); Aguiar Barreiros informa que o mesmo arcebispo reedificou «pelo menos», a de Santa Marta (hoje de Nossa Senhora da Rosa, 2ª colateral do lado do Evangelho), quando da trasladação das ossadas de S. Martinho de Dume, que aí foram depositadas em 1607 (BARREIROS, Padre Manuel de Aguiar - *A cathedral de Maria de Braga. Estudos críticos archeologicos-artisticos*. Edição facsimilada incluída nas comemorações do IX Centenário da Cathedral de Santa Maria de Braga. Braga : Sólivos de Portugal, 1989, p. 50). D. Rodrigo da Cunha refere que Agostinho de Castro «ordenou as capelas em que estão os gloriosos corpos de S. Giraldo, S. Martinho de Dume e S. Tiago Interciso», para além de ter deslocado o Santíssimo para capela própria, para cujos gastos comprou 15.000 reis de juro (CUNHA, D. Rodrigo da - *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução fac-similada, com notas de apresentação de José Marques. Braga : [s. n.], 1989, vol. II, p. 413). A capela de S. Pedro de Rates (primeira colateral do lado da Evangelho) que, desde 1552, albergava as relíquias do mártir bracarense, para aí trasladadas por Baltasar Limpo, tinha sido, em 1579, decorada com frescos, da autoria dos pintores bracarenses Fernandes e Lucas Soares, com um programa iconográfico que incluía a representação do purgatório (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 35, 1579, Junho 26, fl. 28 e ss. Apud SERRÃO, Vítor - *André de Padilha...*, p. 54). Mais tarde, seria decorada com os azulejos de António de Oliveira Bernardes que exhibe actualmente; esta é a única que exhibe a cobertura em caixotões de pedra erguida no início do século XVIII; por ela podemos reconstituir a cobertura da capela do Santíssimo ordenada por D. Agostinho de Castro, idêntica à que Manuel Luís desenvolverá, pela mesma época, na vizinha igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

<sup>167</sup> No «Campo que foi Vinha», na casa de Simão Gavião, tesoureiro das rendas do arcebispo «... que per comyssão e mandado do senhor arcebispo digo do arcebispo Nosso Senhor e a conta de sua fazenda e rendas elle se contratasse com Fernão Gonçalves, rellojoeyro morador a Porta Limpia desta cidade, pera que ho dito Fernão Gonçalves lhe faça hñas grades de ferro com seu frontespicio pera a capella da Madanella syta na Santa See desta cidade que ho dito arcebispo Nosso Senhor hora de novo manda reformar e como tall elle dito senhor Symão Gavião estava contratado com ho dito Fernão Gonçalves que elle lha fizesse primeiro reformar pera para ella trazer o corpo de São Martinho de Dume, arcebispo que foy desta cidade, que hora esta em depositoryto no mosteyro de Sam Frutuoso. E como tall ele dito senhor Simão Guavião estava contratado com ho dito Fernão Gonçalves que presente estava para que elle lhe fizesse as ditas grades com seu frontespicio remates e artuas (?), alquitrave e frizo e cornijas asy no banco grande e sobre os ballaustres como no de cyma das artuas (?) e nas ilharguas hñ ovado com seus acompanhamentos e cenozia (?) de cada parte que (?) que sera do ovado da mostra que esta da parte do sul. E avião de ter quinze ballaustres, os deliguados com suas portas de abrir com sua fechadura

limitava, portanto, a supervisionar os trabalhos de arquitectura; mantinha, igualmente um controle apertado sobre o ambiente decorativo das suas obras. De qualquer modo, surgem aí as pilastras caneladas da Foz, desta vez associadas à ordem coríntia, particularmente própria, segundo Serlio, para templos dedicados à Virgem Santa Maria, a quem D. Agostinho iria rededicar a sua Sé. Ao mestre das obras do arcebispo se deverá aliás, atribuir igualmente o púlpito de jaspe do lado da Epístola, que ostenta as armas de Frei Agostinho de Jesus<sup>168</sup>.

Sobre o arcebispo Frei Agostinho afirmava D. Rodrigo da Cunha, seu sucessor, que «se tratava no exterior como príncipe, no interior como frade»<sup>169</sup>. Duplicidade que, para além de reflectir os ensinamentos de Castiglione e dos Jesuítas, testemunha a difusão do Nicodemismo e terá importantes consequências na arquitectura<sup>170</sup>. A Foz de D. Miguel de Silva foi também

posta da banda de dentro das grades com sua chave e quatro mais groços conforme as mostras de pao da grocião de cada ballaustre. E toda a dita obra avia de ser de ferro muito bom e bem lavrado e em toda sua perfeição e na forma da mostra que loguo mostrarão em hñ papell que estava asynado por elle dito Simão Guavião com ho dito Fernão Gonçalves e Manuel Luis mestre d'obras. Somente os ballaustres deliguados não terião no meio os filletes que estão na mostra e tudo ho mays seja como pella ditta mostra esta debuxado e que hos eses (?) dos ovados hão de ser virados pera ho corpo da See (fl. 44v<sup>o</sup>) e tudo conforme a dita mostra e melhor. E ordena que tudo o necessaryo lhe daria o dito mestre Manoel Luis pera que a dita obra fique em toda sua perfeição e da grosura das grades asy das quinze como das quatro derão loguo a elle dito Fernão Guonçalves hña mostra de pao das digo Gonçalves duas mostras de pao da vitola do cadrado das meias e o mais avia de ser feyto na forma que estava debuxado na dita mostra de papell e outras duas mostras ficam em poder delle Simão Guavião. E lhe avya de dar a dita obra acabada em tudo e per tudo ate dia de Pascoa de Fillores primeyra vindoura do ano que vem de mill quinhentos noventa he sete anos e avia de começar loguo e não abrir mão da dita obra nem tomar outra obra ate a acabar em sua perfeição. E avya de por de sua casa todos hos guastos e ferro e posto na dita capella e a assentara e quanto ao banco da pedra de baixo honde se ha de assentar as grades e chumbo e pedreyros que hão de fazer os buracos do banco de baixo sera a conta da fazenda do arcebispo Nosso Senhor. E os ditos ballaustres avião de ser de dez pallmos d'alto des o banco em que se ham de assentar te o frizo do allto e o alquitrave e frizo e cornija sera de hum pallmo e a mais altura dos remates serya conforme aos doze pallmos de ferro e pedra. E lhe avya de dar por cada arratell lavrado asy de hña cousa como de outra a setenta reis e da fechadura chave e pregadura e todo ho ferro que na dita obra se poser. E pera efeito de tudo loguo ao fazer desta escritura elle dito Simão Guavião deu e entregou a elle dito Fernão Gonçalves perante mim tabbaliã geral e testemunhas ao diante nomeadas corenta mill reis...». Fernão Gonçalves disse ainda que para a obra ficar melhor a fechadura deveria ser posta do lado de fora das grades e não de dentro «... e que sendo necessaryo pera a dita obra ser de tudo perfeita mais seis ballaustres ou outra obra qualquer elle se obriguava a fazer...» (ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 91, 1596, Setembro 5, fl. 44 e ss).

<sup>168</sup> CUNHA, D. Rodrigo da - *História...*, vol. II, p. 413.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>170</sup> Sobre o Nicodemismo ver : GINZBURG, Carlo - *Il Nicodemismo : Simulazione e dissimulazione religiosa nell'Europa del'500*. Torino : Einaudi, 1970. Particularmente sobre a sua influência na arquitectura ver: BURROUGHS, Charles - *The italian Renaissance palace façade. Structures of Authority, Surfaces of Sense. Series: Res Monographs in Anthropology and Aesthetics*. Cambridge : Cambridge University Press, 2002, p. 33. Burroughs refere como Giovanni della Casa fala no *Galateo*, tratado sobre maneiras escrito em 1558, da falta de sinceridade cerimonial. O tema em moda da *Metamorphosis* - a alteração

pioneira nessa mutação capital, que à fisionomia do *character* substituiu a representação antropocêntrica; não esqueçamos que o bispo de Viseu foi amigo de Castiglione, que lhe dedicou o *Cortetano*. Nesse jogo de máscaras se deve incluir o convento de Nossa Senhora do Pópulo, dos Eremitas de Santo Agostinho (i.1596), que será a última grande obra de Manuel Luís e o *terminus*, no Norte do país, do longo caminho percorrido pelos mestres na direcção da uma completa apreensão do significado da Ordem<sup>171</sup>. Plenitude que será acompanhada pelo desaparecimento das arqueológicas referências fozzeiras, como as *tabulae ansatae* ou as colaterais do cruzeiro. No processo, mingou-se o carácter apolíneo de S. Gonçalo e acentuou-se a filiação no goticismo da Graça coimbrã, através de uma aproximação ao princípio do elevado e ininterrupto túnel que a orientara. Como vimos, essa terá sido a primeira obra em que Manuel Luís participou; o arcebispo mecenas Agostinho de Castro foi também estudante no Colégio da rua da Sofia que depois viria a dirigir<sup>172</sup>. A traça «sem estilo» da igreja contrastava com o *character* da fachada-retábulo, visível ainda em gravura seiscentista<sup>173</sup>; no Pópulo, porém, a penumbra que a clareza da fachada supunha será perturbada pelo expressivo sistema tectónico, neomedieval, dos contrafortes laterais.

Terá Agostinho de Castro conhecido Manuel Luís na Graça ou, pelo menos, sabido que ele trabalhara aí, tendo essa possível familiaridade influído na sua escolha para mestre das obras arquiepiscopais? Não sabemos e será difícil prová-lo; o anterior trabalho do portuense no arcebispado, na época

da aparência externa, enquanto o interior permanecia o mesmo - fundava-se na poesia de Ovídio e, na década de 40, a imposição da Inquisição romana, associada a outros meios de disciplinar a opinião, encorajaram o desenvolvimento, entre cortesãos, do Nicodemismo, ou seja a camuflagem estratégica da heterodoxia religiosa, que implicou um aumento do fosso entre o comportamento privado e a moralidade pública. O desempenho literal de um papel estava na moda, numa época de grande interesse pela encenação do drama antigo, intensificado pelo cenário arquitectónico. Mesmo a sinceridade podia ser um uma forma de auto-representação e, para Burroughs, será esse o ambiente apropriado para a arquitectura *in maschera* de Serlio.

<sup>171</sup> Sobre o convento do Pópulo e Manuel Luís ver AFONSO - *Manuel Luís...*, p. 20; Idem - *A rua das Flores...*, p. 313. Ver ainda, sobre o convento e a forma, como, na igreja, se aplicou a Ordem toscana, o que diz Carlos Ruão: «Todo o edifício utiliza um único modelo de ordem arquitectónica. De acordo com o tratado de Sebastiano Serlio e o seu Livro IV, desenvolve-se o Toscano com capitel com ábaco e equino, filete, friso e astrágalo ou bocel e filete inferior. No exterior do edifício as mesmas molduras marcam presença...» (RUÃO - *O «Eupalinos»...*, vol. II, pp. 411-412, citação a p. 412).

<sup>172</sup> MARQUES - *A imagem...*, p. IV. José Marques salienta ainda que, na fachada da Graça se abriga, no nicho central, uma imagem de Nossa Senhora do Pópulo que poderia ter influído na invocação do convento bracarense. Para além disso, Agostinho de Castro, ao conceder ao convento bracarense essa invocação, estava também a vincular «espiritualmente, o novo convento da cidade primaz à casa-mãe dos Eremitas de Santo Agostinho, isto é, ao Convento do Pópulo, sito na praça do mesmo nome, da cidade de Roma».

<sup>173</sup> OLIVEIRA, Eduardo Pires de; BANDEIRA, Miguel Melo - *Uma imagem inédita de Braga no século XVII*. Braga: BPB, 1994, p. 40, quadrícula 1 B.

de Bartolomeu dos Mártires, terá, também, sido decisivo. Mas a fidelidade dos mecenas religiosos, e das suas Ordens, a pedreiros, às suas companhias e ligações familiares parece óbvia. Assim, Pêro Luís, um dos pedreiros que, dissemos, trabalhou em Coimbra e poderá ser parente de Manuel Luís, surge como testemunha do contrato assinado em 1533, no Porto, entre Diogo de Castilho e os fundadores do convento franciscano de Monchique<sup>174</sup>. Deve ter sido ele o responsável directo pelo estaleiro portuense e, mais tarde, Manuel Luís trabalhará para as freiras de Monchique. Executou aí, pelo menos, uma das suas especialidades, a construção de um muro-cais que separava o pomar do rio<sup>175</sup>; mas ele, ou alguém do seu círculo, poderá ter levado a cabo outras obras para as Franciscanas do Porto. Pensamos, por exemplo, em António João, um mestre que, ao que tudo indica, fora seu criado<sup>176</sup> e que, em Amarante, trabalhou na Igreja seiscentista do convento, também franciscano, de Santa Clara. Dela resta uma luísina e falamengusita capela lateral, de invocação de S. José, com abóbada esquartelada, que abre para o antigo corpo da igreja por um arco com entablamento dórico<sup>177</sup>. António

<sup>174</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de Monchique*, K/18/5-5 fl. 6vº. Publicado por BASTO, Artur de Magalhães - *Apontamentos...*, p. 468. Magalhães Basto, porém, transcreveu «Lopes» onde se devia ler «Luís».

<sup>175</sup> ADP, Fundo Monástico, *Convento de Monchique*, K/18/4-79,1586, Junho 9, fl. 368. O preço da obra, que tinha sido contratada em 4 de Julho desse mesmo ano, foi orçado em 276.000 reis e deveria estar concluída em Setembro.

<sup>176</sup> Em 1592, na rua de Dom Gualdim em Braga, na casa de Manuel Luís, «mestre de obras», estando presentes o pedreiro António João e sua mulher Ana Gonçalves, filha de João Gonçalves e Maria Martins, já falecida, moradora na freguesia da Madalena, termo de Gaia da cidade do Porto, disseram que Ana Gonçalves «...avya vinte e tantos anos que tynhão servydo a elle dito mestre Manoel Luis e sua molher e hora tynhão feyto conta com elle de todo ho serviço que lhe fezera ate este dia e achamdo lhe ter paguo todo asy dinheiro que lhe derão como vestydos e roupa e outras cousas lhe não estavam devendo de resto mais que nove myll reis, hos quaes nove myll reis loguo ao fazer desta escreitura elle ditto mestre Manoell Luis deve pagar a elles António João e sua molher perante mym taballiam geral e testemunhas ao diante nomeadas per moedas de reall...» ADB, *Nota Geral*, 1ª Série, 76, 1592, Setembro 14, fl. 37 e ss).

<sup>177</sup> Em 1610, o pedreiro Belchior Lopes é testemunha de um emprazamento no locutório do convento (ADP, Fundo Monástico, *Convento de Santa Clara de Amarante*, 2/K/19/5, 1610, Maio 16, fl. 62. No ano seguinte o mesmo Belchior Lopes, juntamente com António João, assinaram como testemunhas de outro emprazamento, efectuado nas «grades» do convento (Idem, 1611, Fevereiro 12, fl. 72). Devia-se estar então a iniciar a construção da nova Igreja de Santa Clara. Segundo o relatório enviado, em 1611, por Diogo Marques Lucas ao monarca referente à construção de um caminho e cerca entre os dois conventos de S. Gonçalo e Santa Clara, refere-se que o muro a construir nessa zona «comessara onde na dita trassa esta a letra D e figurarão vinte e sinco palmos livres dos quaes figurarão as relegiosas do dito mosteiro de sancta Clara vinte e dous, para poderem fazer a capella mor delle...» (ADP, Fundo Monástico, Convento de S. Gonçalo de Amarante, K/25/3/7, cx. 404, fl. 327vº. Ver nota 144). Manuel Maria Reis e António Portugal indicam que a igreja foi demolida em 1963, quando se procedeu à regularização da rua, e a sua construção teria ocorrido a partir da segunda metade do século XVI, tendo então sido instituída como panteão familiar dos Sousas, senhor do concelho de Gouveia de Riba-Tâmega e dos Cerqueiras. Referem depois que Craesbeek descreve o templo em 1726 como sendo azulejado e coberto por tecto apainelado com pinturas e molduras douradas. A nave tinha duas capelas laterais, da Senhora

João esteve ainda activo no Porto, onde participou em várias parcerias com o genro de Manuel Luís, Gonçalo Vaz, executando ainda o dormitório para o Colégio de S. Lourenço<sup>178</sup> e o claustro do convento de S. Francisco<sup>179</sup>.

As companhias de pedreiros e os laços familiares que as teciam continuavam a estar, desse modo, bem dinâmicos no início do século XVII, como o tinham estado nos finais da primeira metade da centúria anterior; as traças e a disseminação de modelos que supunham deveram muito a

da Agonia e S. José, esta ainda hoje existente e instituída em 1620 pelo Dr. Manuel de Cerqueira, que estaria aí sepultado. A mais antiga das sepulturas do pavimento da igreja datava de 1560 e a capela-mor mostrava, sobre o arco triunfal, as armas de Sousa, senhor de Gouvea. Era abobadada e esquadrelada em painéis com florões, sendo o panteão familiar dos Sousas (PORTUGAL, António - *Casa da Cerca - Adaptação a biblioteca e arquivo Municipal de Amarante*. Porto : Eterogéneas, 2003, p. 6 e ss). Na verdade Craesbeck refere que a capela de S. José foi ordenada por Manuel de Cerqueira, mestre escola da Sé de Évora e Desembargador na Real Casa da Suplicação. A capela situava-se frente à dos Terceiros, com invocação da Senhora da Agonia. Segundo uma relação de 1592, as freiras de Santa Clara viviam em grande pobreza e, em 1602, saíam a pedir esmola. Manuel de Cerqueira seria um dos grandes benfeitores do convento cuja capela-mor tinha, no arco, o escudo de armas do seu padroeiro Tomé de Sousa, senhor de Gouvea e trinchante de D. João IV. As dimensões da capela, cujo orago era Nossa Sr<sup>a</sup> da Assunção, eram de 7 varas e meia por 4 varas e meia, sem a grossura das paredes, que sustentavam a abóbada «que tem seus rompantes e espigões lavrados e florões nos painéis, tudo de pedra escorada e fina». Aí jaziam Martim Afonso de Sousa e Joana de Tovar, avós de do padroeiro Tomé de Sousa o seu tio Martim Afonso de Sousa, abade de Tabuado e Gonçalo de Sousa, o «Maltês», irmão do padroeiro (CRAESBEECK - Francisco Xavier da Serra - *Memórias ressuscitadas de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima : Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. I, p. 260 e ss). O padre Carvalho da Costa confirma essas informações: Tomé de Sousa, filho de Fernão de Sousa, governador de Angola, herdou a sua casa por morte de um irmão, Gonçalo de Sousa e foi mestre sala e trinchante de D. João IV. Casou com D. Francisca Coutinho, filha de João de Castelo Branco e Cecília de Menezes, esta última filha de D. João Coutinho, conde do Redondo (COSTA, Carvalho da - *Corographia Portuguesa*. Lisboa : [s. n.], 1706, vol. I, p. 137). Daí vem o equívoco que atribui a construção da igreja aos condes de Redondo: Albano Sardoeira afirma que o convento foi reedificado e ampliado em 1560 pelo conde de Redondo, senhor de Gouvea e Riba-Tâmega ; tendo também feito grandes obras o Dr. Manuel de Cerqueira, que foi um dos ilustres provedores da Misericórdia de Amarante e possuía na igreja uma capela da invocação de S. José, com as armas dos Cerqueiras (SARDOEIRA, Albano - *O Convento de Santa Clara 1894-1969, Marânus. Antologia de textos sobre Amarante: a terra e as gentes*, com organização e prefácio de António Cardoso. Amarante : Câmara Municipal Amarante, 1979, p. 131). As *Memórias Paroquias* de 1758, citadas por Maria José Queirós Lopes, adiantam que a capela mor de Santa Clara era, à época, reedificada de novo, com a tribuna ainda por dourar, sendo então já padroeiro o conde do Redondo. Tinha dois altares colaterais do lado direito - da Senhora da Agonia e Santa Ana e do lado esquerdo um de Nossa Senhora do Rosário. O tecto da igreja era «capinelado de santos», bem como o coro. Frente ao altar dos Terceiros situava-se uma «capelinha com grades de ferro de abobeda e no altar huma imagem do Senhor S(am) José» (LOPES, Maria José Queirós - *A Misericórdia de Amarante*. Amarante : Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 2005, p. 139 e ss). A igreja, portanto, não datava de 1560, mas do primeiro quartel do século XVII.

<sup>178</sup> Obra que se terá prolongado até 1602 (RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol. II, p. 380). Está presente, em 1603, na arrematação da construção da conduta da água de Paranhos para a Porta do Olival com Gonçalo Vaz, Gaspar Gonçalves, Manuel Gonçalves e Pantaleão Brás em finais de 1603 (Ibidem, p. 453). Trabalhou ainda na importante obra do cais do rio Douro, a nascente da praça da Ribeira; nesse cais, iniciado ainda no século XVI, tinham operado, entre outros, Gaspar Gonçalves e Gonçalo Vaz (Ibidem, p. 479).

<sup>179</sup> BASTO - *Apontamentos...*, p. 395.

elas. Um pedreiro, João de la Faya, labutou nos Jerónimos e, depois de 1530, em Coimbra, em Santa Cruz. Pedro de La Faya, talvez seu filho, dado como morador em Braga, trabalhará para D. Miguel da Silva, pelo menos entre 1534 e 1536<sup>180</sup>, nas quase desconhecidas obras empreendidas pelo bispo de Viseu no mosteiro beneditino de Santo Tirso, de que era abade comendatário<sup>181</sup>. Posteriormente, colaborou com Miguel de Arruda na Sé de Miranda do Douro<sup>182</sup>. Nesta, desenvolve-se o modelo de fachada, com torres harmónicas

<sup>180</sup> Assina como testemunha vários actos notariais firmados no mosteiro entre 1534 e 1536 (ADP, *Fundo Monástico*, Mosteiro de Santo Tirso, K/16/1-71, 1534, Novembro 25, fl. 184v<sup>o</sup>; Idem, 1536, Outubro 5, fl. 225v<sup>o</sup>; Idem, 1536, Outubro 23, fl. 231v<sup>o</sup>). Álvaro Gonçalves, pedreiro de Viseu, surge, igualmente como testemunha, assinalado várias vezes entre 1528 e 1529 (Idem, K/16/2-3, 1529, Maio 15, fl. 202v<sup>o</sup>; Idem, K/16/1-71, 1528, Novembro 8, fl. 56v<sup>o</sup>; idem 1529, Maio 15, fl. 79v<sup>o</sup>). Mais tarde, em 1565, o mesmo Álvaro Gonçalves é designado «mestre das obras do mosteiro de Santo Tirso» (Idem, K/16/2-3, 1565, Março 20, fl. 519v<sup>o</sup>). A reforma empreendida por D. Miguel da Silva na igreja beneditina incluiu ainda a construção de um coro, que esteve a cargo de mestre André, «mestre das obras de marcenaria que o Senhor Bispo mandou fazer no dito mosteiro» (Idem, K/16/1-71, 1536, Agosto 18, fl. 217). Na mesma data, mestre André é designado como «mestre dos coros» (Idem, fl. 219), assinando ainda como testemunha por duas vezes no dia 30 de Agosto desse ano, indicando-se a sua residência : «ora estante no dito mosteiro» (Idem, fls. 221 e 222). Mestre André, de nacionalidade siciliana e, provavelmente, trazido por D. Miguel da Silva de Itália, juntamente com Francisco de Cremona, executará logo depois, entre 1537 e 1539, de parceria com o português António Simões, um novo coro para Baltasar Limpo na Sé do Porto e, em 1546, para o mesmo prelado, uma cúpula, com lanternim, em madeira, para o cruzeiro da mesma igreja (Ver BASTO, Artur de Magalhães - *Silva de História e Arte (Notícias Portucalenses)*. Porto : Livraria Progredior, 1945, p. 120 e ss; Idem - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: CMP, Setembro Dezembro 1957, vol. XX, fasc. 3-4, p. 378 e ss). Pinho Brandão publicaria algumas das verbas respeitantes ao contrato e pagamentos efectuados pela obra do coro. (BRANDÃO, Domingos de Pinho - *Obra de Talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto : Documentação I*. Porto : [s. n.], 1984, vol. I, p. 43 e ss). Sobre a construção do coruchêu, ou cúpula, Magalhães Basto alargar-se-á mais em artigo publicado no Boletim Cultural da CMP (BASTO, Artur de Magalhães - *A Sé do Porto. Novos Dados documentais relativos à sua Igreja*. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto, 1946, vol. III, fascs 3-4, p. 7 e ss, 20 e ss); José Ferrão Afonso sobre a sua morfologia (AFONSO, José Ferrão - *Entre a continuidade e a reforma: algumas considerações sobre a Sé do Porto quincentista*. *Museu*, IV Série, n.º 15, (2006), p. 83; Idem - *Da periferia ao centro, do centro à periferia. O Porto e a planta centrada no século XVI, O Tripeiro*, 7.ª Série, n.º 7/8, (Julho/Agosto 2005), p. 195). Terá sido ainda Mestre André o responsável pela construção de um novo coro alto para a Sé de Viseu, igualmente ordenado por D. Miguel da Silva, embora executado já após a sua partida para o exílio em 1544 (BARROCA - *As fortificações...*, p. 25). Na reforma da igreja do mosteiro de Santo Tirso participou ainda o organista português Álvaro Cardoso, que provavelmente terá tido a seu cargo a construção de um novo órgão para o coro (Idem, 1536, Agosto 15, fls. 227 e 228v<sup>o</sup>) e o pedreiro Fernão Garcia, morador em Braga (Idem, K/16/1-71, 1528, Setembro 1, fl. 44v<sup>o</sup>; Idem, 1528, Março 3, fl. 67 v<sup>o</sup>; Idem, 1529, Março 5, fl. 71 v<sup>o</sup>).

<sup>181</sup> Ver BARROCA - *As fortificações...* pp. 25-27. Mário Barroca adianta que a reforma do mosteiro terá incidido na capela-mor e a encomenda de mobiliário, entre o qual se contavam cadeiras para o coro. Dessa reforma apenas restaria hoje a inscrição encomendada em 1529 para o cenotáfio dos condes D. Martim Gil de Sousa e de sua mulher D. Violante Sanches, actualmente no claustro. A data de 1529 terá correspondido à conclusão dessa obra, pelo que a deveremos associar ao Álvaro Gonçalves citado na nota anterior.

<sup>182</sup> Sobre a Sé de Miranda, ver RUÃO - *O «Eupalinos...»*, vol I, p. 319 e ss.

e alinhadas, que Cremona, provavelmente seguindo o projecto de Rafael para o Vaticano<sup>183</sup>, desenvolvera na matriz da Foz do Douro e que o mesmo Arruda implantará na Sé de Portalegre<sup>184</sup>.

<sup>183</sup> A Sé de Portalegre retomará, na fachada o modelo, com duas torres que, para Varela Gomes, são originárias do projecto para a fachada do Vaticano de Rafael (1518), publicado por Serlio, em 1547, no Livro IV. GOMES, Paulo Varela - *As Fachadas de Igrejas Alentejanas entre o Século XVI e XVIII, Penélope*, 5 (1991) p. 25.

<sup>184</sup> Miguel de Arruda foi, muito provavelmente, o projectista das três Sés joaninas: Miranda, Portalegre e Leiria (MOREIRA - *Arquitectura...*, pp. 357-358; RUÃO - *O «Eupalinos...»* vol. II, p. 79).